



Sara Marisa Neves Quintas

Capacitar para desenvolver: O papel das ONGD Portuguesas

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia sob orientação da Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque

Coimbra, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sara Marisa Neves Quintas

Capacitar para desenvolver: O papel das ONGD Portuguesas

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia sob orientação da Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque

Coimbra, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“The ends and means of development call for placing the perspective of freedom at the center of the stage. The people have to be seen, in this perspective, as being actively involved – given the opportunity – in shaping their own destiny, and not just as passive recipients of the fruits of cunning development programs.”

(Sen, 2000, p.53)

Obrigado a Timor porque me ensinou que o desenvolvimento significa abrir-se ao outro, dando-lhe a mão e, ao mesmo tempo, deixando que percorra o caminho por si próprio.

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho de investigação é um processo exigente e de permanente questionamento e aprendizagem, que se assemelha quase à construção de um puzzle pois começámos e recomeçámos inúmeras vezes até que todos os aspetos possam conjugar-se em harmonia. Mesmo quando ele está finalmente pronto, descobrem-se outras perspetivas e aguça-se a curiosidade para a concretização de novos puzzles. A construção torna-se mais rica e diversa se várias pessoas juntarem esforços no sentido de encontrarem o lugar certo para cada peça.

Às organizações que disponibilizaram o seu tempo, mesmo com todos os compromissos que têm, para partilhar a sua história. Uma história feita de conquistas e dificuldades onde prevalece a ideia de um desenvolvimento que capacita as pessoas para liderarem a sua própria vida e de uma cooperação em que todos têm alguma coisa a aprender, não existindo sabedoria, nem ignorância absoluta. Foi uma aprendizagem, enquanto pessoa e investigadora, conhecer de perto a realidade destas organizações que, apesar dos escassos recursos, multiplicam os esforços de maneira a prosseguirem os seus projetos junto das populações mais necessitadas do mundo.

À minha orientadora, Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque, por me ter ajudado a descobrir o caminho e me ter apoiado nos momentos mais difíceis, pelas críticas construtivas e pela sua experiência e visão da realidade. Esta investigação é um reflexo da sua constante presença.

Ao G.A.S. Porto (Grupo de Ação Social do Porto), ONGD na qual sou voluntária, que me permitiu lidar com diferentes realidades e vivenciar o desenvolvimento das pessoas pelo envolvimento em projetos de intervenção nacionais e em Timor. As pessoas que conheci em Portugal e, especialmente, em Timor foram a inspiração para o tema escolhido. Obrigado por me terem ensinado a estar onde é mais preciso e a fazer o que é mais preciso.

Aos meus pais e aos meus amigos que estiveram sempre presentes. Obrigado pela compreensão e as palavras de confiança no trabalho que estava a desenvolver.

A todos os que, apesar dos poucos recursos e das dificuldades diárias, continuam a lutar pelo seu desenvolvimento e do seu país.

RESUMO

O desenvolvimento tem assumido diferentes significados ao longo da história, justificando os discursos e as práticas imbuídos nos projetos de cooperação e de ajuda humanitária às populações mais carenciadas. Se durante muito tempo dominou uma perspectiva em que os países mais pobres deveriam seguir os padrões de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos, hoje reconhece-se que isto não faz sentido porque cada região tem diferentes recursos e capacidades que devem ser mobilizados e possui as suas próprias ideias de qual o caminho a seguir para o seu desenvolvimento. Assume-se, portanto, que não existem sociedades unicamente desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Ao longo deste trabalho é refletida a complexidade deste conceito, tendo como ponto de partida e objeto de análise o caso de quatro ONGD (Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento) portuguesas e a sua intervenção no âmbito da cooperação. Foi objetivo deste estudo compreender de que forma estas organizações promovem o desenvolvimento das populações dos países em desenvolvimento, analisando a lógica e os processos a este subjacentes, tanto a um nível concetual, como prático. Para isso, privilegiou-se uma metodologia qualitativa e a recolha de dados foi feita a partir de entrevistas, sendo o seu conteúdo posteriormente analisado através dos princípios da análise de conteúdo. Os resultados indicam que as organizações tendem a privilegiar uma conceção de desenvolvimento capacitadora, sustentada na proximidade às populações e no seu envolvimento nas diferentes fases dos projetos, bem como na adequação às especificidades culturais de cada contexto.

Palavras-chave: desenvolvimento, liberdade, cooperação, ONGD, capacitação, participação, diversidade cultural, pessoas e contextos.

ABSTRACT

The development has assumed different meanings over time, justifying the discourses and practices present in the cooperation and in the aid humanitarian projects to the neediest populations. For a long time, dominated a perspective which the poorest countries should follow the standards of the most developed countries, today it's recognized that this idea doesn't make sense because each region has different resources and capacities, as well as has their own ideas about the path to its development. So, it's

assumed that there aren't only developed or underdeveloped societies. Throughout this work, is reflected the complexity of the development concept, taking as an starting point and an object of analysis, the case of four Portuguese Non-Governmental Organizations (NGO) for Development and its intervention in the context of cooperation. The objective of this study was to understand how these organizations promote the development of the populations of developing countries, analyzing its logic and its processes both at a conceptual level, as a practical. Therefore, a qualitative approach was privileged and data collection was done through interviews and subsequently analyzed under the principles of content analysis. The results show that the organizations tend to privilege a conception of enabling development, sustained in proximity to populations and in their involvement during the different phases of the projects, as well as in the adequacy to the cultural specificities of each context.

Keywords: development, liberty, cooperation, NGO, capacity, participation, cultural diversity, people and contexts.

RESUMEN

El desarrollo tiene asumido diferentes significados a lo largo de la historia, justificando los discursos y las prácticas presentes en los proyectos de cooperación y de ayuda humanitaria a las poblaciones más carenciadas.

Si durante mucho tiempo hay dominado una perspectiva en que los países más pobres deberían seguir el modelo de desarrollo de los países más desarrollados, hoy se reconoce que eso no hace sentido porque cada región tiene diferentes recursos y capacidades que deben ser usadas y cada una tiene sus propias ideas sobre el camino a seguir para su desarrollo. Se asume, así que no existen sociedades solamente desarrolladas y subdesarrolladas. A lo largo de este trabajo se reflejó acerca de la complejidad de este concepto teniendo como punto de partida y objeto de análisis el caso de cuatro ONG (Organizaciones No Gubernamentales) para el desarrollo portuguesas y su intervención en el campo de la cooperación. Ha sido objetivo de este estudio comprender de qué forma estas organizaciones promueven el desarrollo de las poblaciones de los países en vías de desarrollo, analizando la lógica y los procesos asociados a este desarrollo, tanto a un nivel conceptual como práctico. Para eso, he enfocado en una metodología cualitativa y la recolección de datos ha sido hecha a partir de entrevistas, analizando después su contenido a través de los principios de análisis del

contenido. Los resultados indican que las organizaciones muchas veces privilegian una concepción de desarrollo capacitadora, sustentada en la proximidad à las poblaciones y en su involucramiento en las diferentes fases de los proyectos, así como en la adecuación à las especificidades culturales de cada contexto.

Palabras Clave: desarrollo, libertad, cooperación, ONG, capacitación, participación, diversidad cultural, personas y contexto.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

RESUMO	i
ABSTRACT	i
RESUMEN	ii
ÍNDICE DE CONTEÚDOS	iv
ÍNDICE DE ANEXOS	vi
ÍNDICE DE SIGLAS	vii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1. O desenvolvimento como centro de poder	5
1.1. Do colonialismo ao projeto de desenvolvimento	6
1.2. Do projeto de desenvolvimento ao mundo globalizado	13
1.3. O advento da democracia no mundo globalizado	18
2. O desenvolvimento como liberdade	24
2.1. O desenvolvimento e as capacidades	29
3. O desenvolvimento como cooperação	36
3.1. A Cooperação para o Desenvolvimento: motivações e lições	43
3.2. As Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento	45
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	50
1. Metodologia.....	50
1.1. Definição do problema, do objeto e dos objetivos do estudo.....	50
1.2. Enquadramento epistemológico e metodológico do problema de investigação	51
1.4. Procedimentos	57
1.5. Análise de conteúdo	60
2. Apresentação dos resultados.....	65
2.1. Caracterização das organizações	65
2.2. Frequência relativa de dimensões, categorias e subcategorias por eixo	66
3. Discussão dos resultados	70
3.1. Análise da frequência relativa de dimensões, categorias e subcategorias por eixo	70
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	108

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I: Guião de entrevista – Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento	109
ANEXO II: Guião de entrevista – Plataforma Portuguesa das ONGD	112
ANEXO III: Caracterização das ONGD	114
ANEXO IV: Entrevistas organizadas por eixos	117
ANEXO V: Apresentação das dimensões, categorias e subcategorias	149

ÍNDICE DE SIGLAS

ONGD - Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

FMI - Fundo Monetário Internacional

BM - Banco Mundial

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Millennium

OMC - Organização Mundial do Comércio

RNB - Rendimento Nacional Bruto

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

UE - União Europeia

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PMA - Países Menos Avançados

BPG - Bens Públicos Globais

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento representa um conjunto de crenças e de práticas que sustentam a sua legitimidade na partilha de um número alargado de aspetos e de verdades indisputáveis que, por vezes, tomam o carácter de mito (Rist, 2008). Juntas, crenças e práticas, refletem a lógica de uma sociedade que trata o desenvolvimento de modo familiar, ainda que, depois, exista uma grande dificuldade em defini-lo e perceber como deve ser aplicado.

Imperativo é, pois, desconstruir este conceito e, para isso, mobilizar uma abordagem multidimensional com vários contributos teóricos, os quais nos permitem compreender que o poder do desenvolvimento se encontra, de acordo com Pieterse (2010), no seu poder de contar uma história, no fundo, de ser uma narrativa e um discurso. Constitui-se, portanto, como uma história que acompanha a história do próprio mundo e as suas mudanças.

Se desenharmos uma linha do tempo, rapidamente percebemos, como mais à frente o presente trabalho mostrará detalhadamente, que os diversos acontecimentos mundiais se cruzam com as diferentes perspetivas de desenvolvimento. Assim, vemos que durante a época colonial, o desenvolvimento apareceu como a legitimação da hegemonia do mundo ocidental (colonizadores) sobre o não ocidental (colonizados), enquanto, na fase de descolonização, estava mais ligado à soberania nacional e à necessidade de cada estado perseguir o seu próprio crescimento (McMichael, 2004).

A partir da II Guerra Mundial e do início da Guerra-Fria, o desenvolvimento tornou-se a moeda de disputa entre o ocidente capitalista chamado de primeiro mundo e o bloco soviético comunista designado de segundo mundo, sendo que todos os outros países considerados mais pobres economicamente se enquadravam no terceiro mundo. Com a declaração Truman e a afirmação clara de que os Estados Unidos se destacavam dentro do primeiro mundo, em termos de avanço e crescimento económico e tecnológico, o desenvolvimento passou a dividir o mundo em regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas e aqueles que são modernos e aqueles que não são. Deparamo-nos com o projeto de desenvolvimento que vê na industrialização e no subsequente crescimento económico o caminho para os subdesenvolvidos se apropriarem da organização e dos padrões de vida dos mais desenvolvidos. A industrialização levada a cabo seguiu a construção de um sistema fábrica-mundo, alocando o trabalho qualificado

no primeiro mundo e o não qualificado no terceiro mundo, o que significa que, mais uma vez, aumentaram as disparidades entre ricos e pobres. Mesmo entre o terceiro mundo a diversidade era tanta que deixou de fazer sentido designá-lo como tal. Por isso, emergiu a preocupação do desenvolvimento além do estado, caracterizado pela troca global de bens, serviços e recursos. Abriu-se lugar à globalização e a um desenvolvimento associado à acumulação de riqueza e ao consumo através da liberalização da economia e da participação no mercado mundial (Hettne, 2005; McMichael, 2004; Taylor, 2005).

Claro que nem todos são convidados a entrar no mercado mundial e, por conseguinte, a globalização é vista mais como uma teoria e uma prática exclusiva do que inclusiva. Sob o véu da globalização intensificam-se as desigualdades e a pobreza em largos segmentos da população mundial, questiona-se a destruição ambiental em nome do crescimento, coloca-se em causa o etnocentrismo ocidental e a repressão feita às tradições e expressões culturais dos países em desenvolvimento (Pieterse, 2010).

Neste contexto, emergiu, por volta dos anos 80, um conceito de desenvolvimento de pendor mais humanista que o perspectiva tendo em conta múltiplos fatores – económicos, culturais, ambientais, educacionais, institucionais, políticos – e a expansão das liberdades de que cada um é portador (Banco Mundial, 2013). O desenvolvimento como liberdade, primeiro concetualizado por Amartya Sen e, posteriormente, por outros autores, como Martha Nussbaum, atribui uma importância acentuada às capacidades que são centrais para as pessoas alcançarem uma vida plenamente digna. Esta perspectiva assente na capacitação para o desenvolvimento incorpora a questão central a que esta investigação visa responder: de que forma as ONGD (Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento) portuguesas, na área da cooperação, promovem o desenvolvimento das populações dos países em desenvolvimento. Procurou-se compreender, fundamentalmente, o que é o desenvolvimento para estas organizações, em que perspectiva (s) este está mais situado? Será um desenvolvimento capacitador ou diretivo e orientado por entidades externas? Quais as dimensões que integram o desenvolvimento? Como é que o desenvolvimento é colocado em práticas nos diferentes países e contextos de intervenção?

Como a maior parte dos projetos das organizações portuguesas se situam na área da cooperação para o desenvolvimento procurou-se também entender em que medida é que esta, à luz das transformações ocorridas nos últimos anos, aposta na partilha de saberes, na valorização das culturas locais, na proximidade às comunidades e na sua

participação, ou seja, abandona a ideia de um norte global detentor dos saberes válidos e de um sul global recetáculo da intervenção.

Estas são questões pertinentes no momento atual, em que crescem as dúvidas quanto ao papel destas organizações e ao seu trabalho junto dos países em desenvolvimento. Num momento que é também de crise a nível nacional e internacional, torna-se premente repensar em conjunto com as ONGD as características que as distinguem de outro tipo de organizações, os desafios e as dificuldades que têm de enfrentar a nível interno, na sociedade portuguesa e nos próprios países onde estão, a qualidade e a eficácia da sua intervenção, o impacto que têm na vida das pessoas e as mudanças que estas evidenciam. Só disseminando o conhecimento que já existe e produzindo novo conhecimento se torna possível revelar as boas práticas presentes nos projetos das ONGD e o que precisa de ser, efetivamente, melhorado e alvo de uma reflexão mais aprofundada a fim de preservarem a seriedade da sua atuação e a capacidade desta se apresentar como uma alternativa importante.

Seguindo a lógica da construção do conhecimento científico, realizou-se, primeiramente, a pesquisa da literatura específica sobre o domínio em análise e, depois, definiram-se os objetivos operacionais e iniciou-se todo o processo metodológico. O estudo pretendeu, porque se suportou nos princípios da metodologia qualitativa, compreender as questões a partir de quem experiencia a promoção do desenvolvimento, as ONGD. Neste sentido, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a elementos das organizações e procedeu-se à análise de conteúdo das narrativas dos sujeitos.

O presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes essenciais: a primeira parte é o enquadramento teórico onde apresentámos o desenvolvimento como poder com uma perspetiva mais histórica, relacionada às questões da colonização/descolonização, da guerra-fria e da hegemonia americana, da industrialização, da globalização, da democracia; o desenvolvimento como liberdade com os contributos de Sen e da abordagem das capacidades de Nussbaum; e o desenvolvimento como cooperação com algumas reflexões acerca das características e das motivações da cooperação para o desenvolvimento e do papel das ONGD. Finalmente, na segunda parte, descreveu-se todo o processo metodológico, mostrando os dados recolhidos e a sua respetiva discussão e as conclusões que puderam ser retiradas.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O desenvolvimento como centro de poder

“Development thinking and policy, then, is a terrain of hegemony and counter hegemony. In this contestation of interests there are many stakeholders and multiple centers of power and influence.” (Pieterse, 2010, pp. 9-10)

No início de um novo século, num mundo de seis bilhões de pessoas, cerca de dois bilhões vivem com menos de dois dólares por dia e um bilhão com menos de um dólar. Oito em cada cem crianças não chegam ao seu quinto aniversário e nove em cada cem rapazes e catorze em cada cem raparigas, em idade escolar, não frequentam a escola. Juntam-se a estes problemas a falta de poder político e de voz das pessoas, a sua vulnerabilidade a problemas de saúde, à violência pessoal e a desastres naturais, os conflitos civis e as disparidades entre ricos e pobres (Haynes, 2005).

Perante este mundo profundamente desigual, em que muitos vivem em situação de privação e injustiça, clama-se pelo desenvolvimento, um conceito ainda sem significado preciso, embora a sociedade em geral se sinta familiarizada com este e, frequentemente, o defina, sem qualquer precisão, e mostre saber como se aplica.

Nesta reivindicação pelo desenvolvimento, evidentemente que se toma em análise todos aqueles países ou regiões que, pelas mais diversas razões, não se encaixam no rótulo de desenvolvidos e, por isso, são chamados de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O que é fundamental esclarecer, nesta discussão, é o que nos leva a dizer que existem os que são desenvolvidos e aqueles que se encontram ainda em desenvolvimento. Talvez seja pertinente começar por questionar, como propõe Haynes (2005): que imagens temos quando pensamos nas políticas, na economia, enfim, nas sociedades de países situados na África, Ásia, América Latina e Médio Oriente? Claro que diferem largamente, mas muitas das imagens, informadas, em especial, pela cobertura dos meios de comunicação social, são negativas, uma vez que as interações políticas, económicas e sociais destes países tendem a ser caracterizadas pela violência, instabilidade, corrupção, ganância e maldade. Há uma tentativa, então, de afirmar que em certos países o que é conhecido como processo de desenvolvimento não decorre da melhor forma há muito tempo.

Neste cenário, falta claramente dar conta da diversidade e da complexidade que compõem o chamado processo de desenvolvimento. Isto acontece devido à familiaridade social que todos mantemos com este conceito, porque constantemente ouvimo-lo e sentimo-nos legitimados a falar dele (Costa, 1992). Agora, é imperativo romper com as explicações simplistas que fundamentam o desenvolvimento.

A rutura passa por compreender que o desenvolvimento adquiriu diferentes significados ao longo do tempo, enquadrados em teorias/perspetivas específicas que procuram responder a um contexto histórico particular. Compreender o desenvolvimento, segundo Pieterse (2010), exige estar consciente de que a sua conceção e as suas políticas são um terreno maior onde tem lugar a assunção de posições de hegemonia e de contra-hegemonia, a negociação e a luta entre diferentes partes envolvidas e onde coexistem múltiplos centros de poder e de influência.

1.1. Do colonialismo ao projeto de desenvolvimento

“Those terms included acceptance of the discursive and institutional relationships that reproduced international inequalities. Third World states may have become individually independent, but they also were defined collectively as underdeveloped, within an imperial world.” (McMichael, 2004, p. 37)

O desenvolvimento, segundo McMichael (2004), é um conceito que surge durante o período colonial com uma função de legitimação da ideia de que as populações indígenas, quando comparadas aos europeus, se caracterizavam pelo seu atraso, a sua incapacidade de trabalharem a terra onde habitavam (não tinham direitos de propriedade) e a sua prisão às tradições.

Pelo contrário, a Europa era detentora de um aparelho missionário e militar/industrial que lhe conferia uma grande vantagem social e psicológica, legitimando a sua superioridade cultural.

Há, portanto, um claro apelo, em nome do desenvolvimento, à intervenção do mundo europeu sobre o não europeu, decorrente da relação natural e aparente de superioridade criada entre estes. Como nota o colonial histórico francês Albert Sarraut (1923, cit. in McMichael, 2004), a Europa encontrava-se séculos mais avançada ao nível da ciência, da experiência e da superioridade moral, o que lhe permitia ver-se a si própria como a portadora da civilização que tinha o dever de transmitir a todos aqueles que estavam atrás dela.

O desenvolvimento, tendo em conta estes pressupostos, assumiu o padrão básico de extração e produção especializada, nas colónias, de matérias-primas indisponíveis na Europa. Esta especialização entre economias europeias e as suas colónias, designada de divisão do trabalho colonial, estimulou a industrialização europeia, mas obrigou os não europeus a entrarem na produção de bens primários, desorganizando a sua cultura e destruindo o artesanato local, os sistemas de cultivo misto e as suas terras e florestas. As relações coloniais vividas, nesta época, podem ser apreendidas na frase africana: “quando os homens brancos chegaram tinham a bíblia e nós tínhamos a terra. Quando foram embora nós tínhamos a bíblia e eles tinham a terra” (McMichael, 2004, p.7). O facto dos não europeus perderem o controlo das suas terras, comprometeu também a sua vida espiritual, na medida em que esta estava fortemente conectada às suas paisagens (McMichael, 2004).

Como se depreende, o desenvolvimento, nesta época, implica a subjugação do mundo não europeu à organização social europeia e, ao mesmo tempo, degrada a integridade material e cultural das populações indígenas sujeitas a um violento processo de exploração por parte dos colonizadores (McMichael, 2004; Pieterse, 2010).

Durante o processo de descolonização, nos séculos XIX e XX, conferiu-se um novo significado ao desenvolvimento: a relação deste com o ideal de soberania, ou seja, a possibilidade de converter os sujeitos em cidadãos e o cumprimento do desenvolvimento económico para a justiça social. A descolonização envolveu ainda um certo nacionalismo universal que surgiu nos estados recém-independentes, claro com diferenças na configuração das várias forças sociais de cada sistema político nacional. Ainda que uns fossem mais centralizados, mais corporativistas e outros mais populistas ou descentralizados, o que uniu estes estados foi, a partir deste momento, o interesse em corrigir as falhas no seu progresso e em perseguir o ideal de desenvolvimento que já se começava a construir (McMichael, 2004).

Um outro momento marcante para o conceito de desenvolvimento foi o fim da II Guerra Mundial pelas transformações profundas que trouxe à Europa e ao mundo. A descoberta tardia dos campos de concentração mostrou ao mundo as atrocidades que podem ser cometidas quando uma raça tenta dominar outras e condenou o racismo e todas as formas de exclusão e subjugação de um grupo por outro, culminando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Rist, 2008).

Podemos dizer que o termo desenvolvimento, como hoje o conhecemos, deriva do período pós-guerra. Neste período, os grandes poderes estavam, sobretudo,

preocupados com a reconstrução de uma Europa arruinada e as transformações nas suas relações políticas, enquanto as mudanças ocorridas no Sul foram colocadas em segundo plano. Nesse sentido, em 1947, surgiu o Plano Marshall que tinha como objetivo apoiar a economia europeia, fornecendo a grande capacidade de produção americana que os mercados necessitavam. Não se pode esquecer também as contestações à política de Estaline e a emergência das novas democracias, como a Polónia, a Roménia, a Checoslováquia e a Hungria; a guerra civil na Grécia; a construção do muro de Berlim e o início da guerra fria (Pieterse, 2010; Rist, 2008).

Particular atenção deve ser dada à guerra-fria que dividiu o mundo em dois blocos geopolíticos: o ocidente capitalista (primeiro mundo) e o bloco soviético comunista (segundo mundo) que representa uma alternativa ao capitalismo. Os países menos desenvolvidos que se encontravam entre estes dois pólos de poder passaram a designar-se, como notam Bartenev e Glazunova (2013), pelo demógrafo francês Alfred Sauvy de Terceiro Mundo, uma alusão às ex-colónias que oprimidas e sem direitos estavam dispostas a seguir o modo de vida e a organização dos estados franceses da revolução. O Terceiro Mundo engloba, pois, o grupo de nações pós-colonial, consideradas empobrecidas em termos de comparação económica. Só para se ter uma visão mais exata do que esta divisão representava: no primeiro mundo concentravam-se 65% do rendimento para 20 % da população e no terceiro mundo 18% do rendimento para 67 % da população mundial (McMichael, 2004; Rist, 2008).

Tais circunstâncias históricas e o interesse dos Estados Unidos em não perder a sua influência face ao bloco soviético levaram à busca de modelos de desenvolvimento que impulsionassem as economias e a independência política dos novos países formados (Alvin So, 1990 cit. in Lima, 2006).

Assim, o primeiro mundo, em especial, os Estados Unidos destacava-se como o estado mais poderoso a nível económico, militar e ideológico devido ao seu padrão de vida superior, à sua herança não colonial e ao seu compromisso com o liberalismo e as relações internacionais. Tornou-se, desta forma, um modelo de sociedade desenvolvida e liderou um projeto internacional de desenvolvimento, inspirado na visão deste como uma empresa nacional que pode ser replicada à volta do mundo nos vários estados soberanos (McMichael, 2004; Rist, 2008).

É, neste contexto, que, no fim de 1948, o desenvolvimento aparece ligado à declaração Truman, discurso escrito para a tomada de posse do presidente norte-americano Truman que procurou estruturar a política externa americana e as respostas

que esta devia dar face às grandes mudanças mundiais. Esta declaração baseou-se em três pontos principais: a continuação do apoio americano à ONU, a manutenção do Plano Marshall para a reconstrução europeia e a criação de uma organização de defesa à ameaça soviética, a NATO. Para além destes, foi adicionado um quarto ponto que previa que a assistência técnica fornecida a partes da América Latina fosse estendida aos países mais pobres do mundo. O Quarto Ponto, parte do qual está abaixo explicitado, inaugurou a era do desenvolvimento:

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas.

More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas.

For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people.

The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques (...) (Rist, 2008, p.71)

Este excerto do Quarto Ponto da declaração Truman ilustra, de facto, uma nova forma de ver o desenvolvimento e as relações internacionais. Percebe-se, desde logo, uma íntima relação entre desenvolvimento e colonização, traduzida na possibilidade dos países de Terceiro Mundo receberem assistência do primeiro mundo e, deste modo, prosseguirem o seu crescimento económico nacional. Marcou o começo de um novo paradigma, pois ao usar o adjetivo subdesenvolvido, no final do primeiro parágrafo, dividiu o mundo em regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Como Gustavo Esteva (cit. in McMichael, 2004) criticou, no dia de apresentação desta declaração, dois biliões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas, isto é, por outras palavras deixaram de ser o que eram, em toda a sua diversidade, para se transformarem dentro de um espelho que é a realidade dos outros e, por isso, determina a sua identidade, em termos de homogeneização e minoria. A inovação terminológica aplicada no discurso,

consubstanciado na palavra subdesenvolvimento, alterou, desta forma, o próprio conceito de desenvolvimento (McMichael, 2004; Rist, 2008).

Obviamente que o termo desenvolvimento já tinha sido explicado por diversos autores no contexto socioeconômico, porém todos eles, seguindo a tradição ocidental, o descrevem como um processo intransitivo que acontece e sobre o qual nada pode ser feito para mudar, como frisa McMichael (2004). Com esta declaração, o desenvolvimento toma um significado transitivo, já que diz respeito a uma forma de organização social realizada por um agente sobre outro, e o subdesenvolvimento corresponde ao estado de ocorrência natural das coisas. O que vemos aqui não é uma mera alteração semântica, mas sim uma mudança no modo como o mundo é concebido, abandonando a lógica colonizador/colonizado e propondo-se, à luz dos direitos humanos, uma relação diferente, em que cada Estado é, individual e formalmente, igual, mesmo que não o seja na verdade. Neste sentido, cada nação era olhada em relação a si própria, visto que o seu desenvolvimento era interno, auto gerado e dinamizado, ainda que suportado por outros.

Isto significa que uma nação pode, com trabalho duro e perseverança, desenvolver-se ou, usando a relação patrão-trabalhador, o trabalhador poderá tornar-se chefe. Portanto, de acordo com esta concepção, o subdesenvolvimento não é o oposto de desenvolvimento, mas sim uma forma incompleta ou embrionária que pode ser concluída pelo apoio que os mais desenvolvidos prestam aos mais “atrasados” (McMichael, 2004; Rist, 2008).

Esta nova divisão do mundo distinguiu claramente os interesses dos EUA e o seu poder em dismantelar os impérios coloniais e ganhar acesso a novos mercados, embora não tivesse a pretensão de construir um novo império colonial. Nesta nova concepção do mundo, o subdesenvolvimento parece ser um estado de pobreza que existe sem uma causa evidente e o desenvolvimento caracteriza um estado de afluência, de riqueza e crescimento e de recursos que têm de ser mobilizados. Face a esta realidade, em que desenvolvimento e subdesenvolvimento alimentam a desigualdade entre diferentes partes do mundo, era necessária uma ação, não mais uma ação de transferência de valores ou de um programa pedagógico, em que as pessoas de fora tomam a iniciativa, como acontecia no período colonial, porém uma ação concertada nos esforços internacionais para o crescimento da produção e do melhor uso de recursos naturais e humanos (Rist, 2008).

O Ponto Quatro impôs, então, uma estratégia global que serviu, primeiramente, os interesses dos EUA e apresentou o desenvolvimento como um conjunto de medidas técnicas, assentes na ideia de que o crescimento e a prosperidade estão no aumento da produção, na utilização do conhecimento científico e na expansão do comércio, sem que para isso fosse preciso discutir a organização da sociedade, os meios de produção ou o papel do Estado (McMichael, 2004; Rist, 2008).

Esta declaração teve ainda outro papel importante, o de dividir o mundo entre aqueles que são modernos e aqueles que não são. A dicotomia tradição/modernidade transformou-se no padrão para julgar as sociedades e emergiu uma ordem nova e específica - o estado burocrático, a produção industrial, a lei racional, a especialização, o profissionalismo, a inovação técnica, o valor baseado no preço - que concentra o poder e a riqueza no primeiro mundo. Esta dicotomia passava por melhorar as condições materiais do Terceiro Mundo, dando-lhe a oportunidade de apropriar-se da civilização e dos padrões de vida das nações desenvolvidas e permitir que o Primeiro Mundo restaurasse o mercado mundial capitalista, acedendo aos recursos naturais das ex-colónias. Há, nesta perspetiva, a assunção valorativa de que o ocidente, Europa e EUA, tinha conquistado um estado de evolução avançado (de progresso, humanidade e civilização) e devia servir de modelo às sociedades primitivas do Terceiro Mundo (Lima, 2006; McMichael, 2004; Rist, 2008).

Assim, África, América Latina e Ásia recebem o rótulo de subdesenvolvidos e aceitam-no porque é um meio de beneficiarem da ajuda que orienta a nova conceção de desenvolvimento e afirmarem a igualdade legal que lhes tinha sido recusada, durante a colonização. Contudo, sublinha Rist (2008), o seu direito por autodeterminação foi conquistado em troca do seu direito de autodefinição, o que quer dizer que para conseguirem independência política, tiveram de abdicar da sua identidade e da sua autonomia económica e de percorrer o caminho do desenvolvimento, desenhado por outros.

O desenvolvimento, porque passou a ser a âncora para os estados-nação e uma estratégia mundial, afirmou-se como o projeto coletivo da humanidade (McMichael, 2004; Rist, 2008). O projeto do desenvolvimento é algo perseguido e incompleto, uma resposta política e intelectual a um determinado momento da descolonização que possibilita ao desenvolvimento ser universalizado como uma cultura mercantil comum a todos, através do estado-nação e do crescimento económico.

O estado-nação compreendia estados territorialmente definidos por sistemas políticos baseados na relação cidadão-governo que emergiu no século XXI e constituiu o quadro para o projeto de desenvolvimento.

Já o crescimento económico foca o desenvolvimento na transformação económica e na aplicação de uma medida universalmente quantificável para o medir. A carta das Nações Unidas, em 1945, proclamou um nível de vida ou um bem-estar crescente como objetivo global. A nível nacional, um indicador desse bem-estar pode ser as saídas de bens e serviços dentro de um país: o Produto Interno Bruto (PIB) ou a Renda *Per Capita*. O desenvolvimento baseia-se, por isso, na propriedade privada e acumulação da riqueza, ignorando as práticas culturais de partilha da riqueza dentro de certas comunidades, percebidas como um obstáculo à modernização.

Deste modo, um dos aspetos mais importantes do projeto de desenvolvimento foi, sem dúvida, o facto de pensadores, elites governamentais e cidadãos olharem para o desenvolvimento como o destino e verem a industrialização nacional como o seu principal veículo. A industrialização comporta duas assunções-chave: a primeira é a de que o desenvolvimento obriga à substituição da civilização agrícola por uma sociedade urbana e industrial, o que significa, no âmbito das políticas nacionais, uma propositada redução do tamanho e da participação do setor agrícola e um aumento dos setores da manufatura e dos serviços e também a transferência de recursos (comida, matérias-primas, mão-de-obra); a segunda é que a industrialização incorpora a direção linear do desenvolvimento, quer dizer que o objetivo das sociedades mais atrasadas é alcançar o nível de desenvolvimento do ocidente. A industrialização dominou grandemente a visão do desenvolvimento e, durante a guerra-fria, esta tornou-se a medida de sucesso de cada um dos blocos (Haynes, 2005; McMichael, 2004).

Até agora percebe-se que o desenvolvimento foi construído, essencialmente, sob uma relação de superioridade entre as sociedades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Seja na época colonial, seja no decurso do projeto de desenvolvimento, esta ideia, embora assuma em cada um dos períodos contornos diferentes, torna-se evidente. Como chama a atenção o excerto apresentado no início deste subcapítulo de McMichael (2004), o colonialismo minou o caminho que cada país deveria percorrer, individualmente, para encontrar o seu lugar, contudo o fim deste não significou uma rutura com a lógica da superioridade e da subjugação. Pelo contrário, cada país do chamado Terceiro Mundo integrou o paradigma do projeto de desenvolvimento, sendo obrigado a aceitar os seus termos e a encontrar formas de os realizar nos seus contextos

nacionais específicos. Define-se, apesar de ser independente, coletivamente como subdesenvolvido e, por conseguinte, deve aceitar e incorporar a organização social e o modo de vida moderno do Ocidente e abdicar das suas tradições e da sua cultura, consideradas retrógradas.

1.2. Do projeto de desenvolvimento ao mundo globalizado

“I met a seventeen-year-old girl who assembles CD-ROM drives for IBM. I told her I was impressed that someone so young could do such high-tech work. “We make computers”, she told me, “but we don’t know how to operate computers”. Ours, it would seem, is not such a small planet after all.”(Taylor, 2005, p.79)

Na análise feita por Pieterse (2010) dos discursos do desenvolvimento, a história contada até agora pode identificar-se com o primeiro discurso, desenvolvimento e poder. O projeto de desenvolvimento estendeu a promessa de um desenvolvimento nacional sustentado na industrialização e de uma unidade internacional ancorada politicamente nas Nações Unidas e economicamente nas instituições de Bretton Woods. O desenvolvimento era, assim, ligado ao poder do ocidente, especialmente, dos Estados Unidos e à ajuda aos países mais pobres, ainda que a disparidade entre o primeiro e o terceiro mundo fosse, nos anos 60 e 70, cada vez mais evidente (Hettne, 2005; McMichael, 2004).

Com a industrialização um número alargado de pobres rurais e urbanos viu-se privado dos benefícios do crescimento económico. Por conseguinte, o Terceiro Mundo, enquanto conjunto homogéneo, deixou de ter significado, já que os vários países e regiões mostraram diferentes níveis de industrialização e dificuldades de diversos tipos e intensidade. O projeto de desenvolvimento universal estava claramente a falhar (McMichael, 2004).

A expansão de indústrias exportadoras do Terceiro Mundo, sobretudo, dos Novos Países Industrializados, iniciou uma transformação no mundo. Esta transformação baseou-se na construção do sistema fábrica mundo, alimentado pela nova tecnologia e a globalização da produção de bens e serviços. A produção passa a ser, desta forma, mundial e organizada horizontal ou verticalmente de acordo com a hierarquia de competências dos diversos locais pelos quais esta se separa e é distribuída. Portanto, o trabalho qualificado concentra-se no Primeiro Mundo e o não

qualificado no Terceiro Mundo. Tomando por exemplo a corporação *Intel* em *Silicon Valley* na Califórnia, percebe-se que esta nova divisão significa que os engenheiros da corporação desenvolvem o *design* de um novo produto, mas quando este está pronto para a produção vai para uma plataforma da *Intel* na Malásia onde jovens mulheres montam as suas componentes e volta à Califórnia para o teste e a integração final, dirigindo-se depois para o mercado dos Estados Unidos, Europa e Japão. Fala-se, assim, de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho que não é apenas geográfica, entre norte e sul, mas é antes a separação entre um núcleo de trabalho relativamente estável e bem pago e outro casual e barato (McMichael, 2004).

O que advém desta bifurcação do trabalho é um mundo, crescentemente, preocupado com o desenvolvimento além do estado-nação, assente na troca transnacional de bens, firmas, recursos, enfim, no livre movimento de fatores económicos a nível global. Este pensamento sucedeu o projeto de desenvolvimento, não porque este tenha desaparecido, mas porque as suas coordenadas mudaram e emergiu uma nova forma de conceber o desenvolvimento e o seu discurso. Clama-se pela globalização ou, se pretendermos acentuar a sua dimensão política, pelo projeto de globalização. Enquanto no projeto de desenvolvimento a arena política era o território nacional, no projeto da globalização este é substituído por arenas alternativas: comunidades, cidades, redes de comércio justo, organizações internacionais e outros espaços (Hettne, 2005; McMichael, 2004).

Por volta dos anos 80, o endividamento financeiro atingiu um grande número de países em desenvolvimento e o regime de débito impôs novas disciplinas aos governos destes países que se tornaram mais preocupados com a gestão do seu lugar no mercado mundial, em função da eficácia (Taylor, 2005). O desenvolvimento identificava-se, por isso, nesta altura, com a liberalização da economia para uma melhor eficácia, o que significava uma penalização dos objetivos sociais e uma melhor participação no mercado mundial através da redução de tarifas e das regras de investimento estrangeiro, da promoção das exportações e da desregulação financeira. A modernidade passou, deste modo, a ser traduzida na propriedade global, como expressão do consumo, e a liberdade a ser representada pela participação no mercado global.

Muitos líderes dos países em desenvolvimento continuaram a reestruturar as suas economias, tendo em conta esta lógica neoliberal consubstanciada no discurso do crescimento da globalização que servia para explicar as políticas pouco populares

usadas para fazer face à crise de débito e legitimar o poder de algumas figuras conservadoras no seio dos governos destes países (Lensink, 1996, cit. in Taylor, 2005).

A emergência do neoliberalismo, nestes países, veio acompanhada de um discurso que apelava à construção da democracia. Vários autores tentam explicar este apelo e compreender as suas origens. Entre eles está William Robinson (1960, cit. in Taylor, 2005) que afirma que, ao contrário do fim da guerra-fria em que os sistemas autoritários e ditatoriais eram vistos, pelo ocidente, como pré-requisitos para o rápido crescimento no sul, a partir dos anos 80 inciou-se o que se chamou da terceira onda da democracia, em que os países em desenvolvimento tomaram como padrão os modelos ocidentais da democracia liberal. Este processo foi justificado por uma chamada pela democracia liberal por si só, de maneira a seguirem o ocidente, e em outros casos como expressão da frustração contra a austeridade imposta pelos ajustamentos estruturais, sendo certo que as questões da democracia e da boa governação entraram no quadro do desenvolvimento da globalização.

Nesta linha de pensamento, encontramos também Rita Abrahamsen (2000, cit. in Taylor, 2005) que realça o facto desta exigência democrática deixar os governos dos países em desenvolvimento reféns de um dilema: por um lado, tinham de apoiar os seus setores domésticos e, por outro, tinham de responder perante os credores e doadores externos. Isto resultou, segundo a mesma, na construção de democracias extremamente frágeis incapazes de satisfazer as necessidades e aspirações das populações, em particular dos pobres. Simultaneamente, o desenvolvimento e o crescimento socioeconómico, de acordo com Taylor e Vale (2000, cit. in Taylor, 2005), modelavam-se pelas exigências dos doadores e das organizações internacionais e, claro, pela sua compreensão específica da globalização. Já para Graft (1996, cit. in Taylor, 2005) e Hyden (1997, cit. in Taylor, 2005), este processo de democratização do sul fez parte de uma estratégia global para promover os valores ocidentais e institucionalizar um regime político coadjuvante com o paradigma liberal. Obviamente que a combinação do liberalismo político e económico não é democracia, embora o discurso assim o tenha determinado e tenha levado à construção ideológica de um conceito amorfo e demagógico de democracia (Taylor, 2005).

No entanto, é importante não cair no erro de ver a globalização de maneira reducionista como um processo unicamente emanado pelo Norte. Esta constitui antes uma convergência complexa de interesses entre uma elite coesa do norte, liderada pelos Estados Unidos, e elites do sul (Robinson 1995, cit. in Taylor, 2005). Apesar de ser um

processo multidimensional que abarca, de forma interdependente, a economia, a religião, a justiça, a sociedade, a cultura e a política, é, ao mesmo tempo, um processo limitado e desigual que levou à precarização do trabalho e ao crescimento das atividades informais; ao deslocamento das populações; à insegurança alimentar e ao nível da saúde; a crises de legitimidade política; ao comprometimento da soberania nacional e dos direitos sociais (Taylor, 2005). Além destas consequências, a mais poderosa talvez tenha sido a intensificação das desigualdades, uma vez que largos segmentos da população mundial, sem possibilidade de participarem no mercado, continuaram à margem ou experienciaram a deslocação, enquanto se desagregavam as instituições políticas e sociais (da família, do bem-estar, etc...).

Portanto, a inclusão e a exclusão figuram obrigatoriamente na globalização, na medida em que os ganhos conquistados num dado lugar são equilibrados pela miséria em outro lugar, isto é, a principal característica do mundo globalizado é a sua seletividade pois nem todos são convidados a entrar (Hettne, 2005; McMichael, 2004; Santos, 2001).

Este problema de legitimidade da globalização ganhou uma maior dimensão com o livro “Globalização e os seus descontentamentos”, em 2001, do prémio nobel e economista do Banco Mundial Joseph Stiglitz. Neste livro, ele fala dos aspetos económicos da globalização e das instituições internacionais que têm empurrado os mercados para a liberalização, resultando na pobreza e no caos político e social de muitos países dominados pelos interesses financeiros e comerciais do mundo desenvolvido e de outras elites. Vandana Shiva, porta-voz do movimento democrático, diz que todos os aspetos da nossa vida se viram reduzidos a comodidades e que a nossa identidade nos tornou meros consumidores do mercado global (McMichael, 2004).

Aliás, a globalização revela-se um campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e, por um lado, interesses hegemónicos e, por outro, interesses subalternos (Santos, 2001). Vemos, nitidamente, que as oportunidades de vida não se encontram acessíveis a todos de igual maneira (Hespanha, 2001).

Mais uma vez, é impossível entender o desenvolvimento se não o inserirmos nas transformações que ocorreram com o advento da globalização e se não tivermos em conta os acontecimentos mundiais que configuraram o rumo que esta tomou. É essencial, então, pontuar o 11 de setembro, a partir do qual o discurso do desenvolvimento se voltou para a guerra contra o terrorismo, uma doutrina de segurança, liderada pela hegemonia americana. Também a crise de 2008 trouxe novas

tendências no desenvolvimento global, nomeadamente, o crescimento das relações sul-sul no comércio, na energia e na política; a emergência dos novos países industrializados do sul como condutores da economia mundial; do “nós desenvolvemo-los” para “nós desenvolvemos”, negando o desenvolvimento como uma intervenção externa, ou a mudança do centro do desenvolvimento das grandes potências metropolitanas para os países em desenvolvimento; e o regresso aos estados (Schuurman, 2000, cit. in Pieterse, 2010; Slater, 2004 cit. in Pieterse, 2010). Para além disto, os novos países industrializados começaram a seguir o desenvolvimento pela via dos serviços, envolvendo competências e prioridades diferentes de anteriormente, e a África Subsariana começou a ser reconhecida como um lugar importante para investidores estrangeiros.

Atendendo, pois, a estas mudanças e, fundamentalmente, às suas consequências negativas têm-se proliferado contramovimentos que procuram seguir o desenvolvimento, tentando recuperar as tradições democráticas, o contrato social, os direitos humanos e mobilizando novas tecnologias e métodos de organização social que permitem revalorizar a vida social e ecológica em vez da comodidade omnipresente (McMichael, 2005).

Assim, depois do segundo discurso identificado por Pieterse (2010), globalização e caos, abre-se lugar a um quarto discurso focado no projeto global do desenvolvimento que prevê um fortalecimento da qualidade das relações internacionais. Para que este fortalecimento seja de facto possível, Pieterse (2010) chama a atenção para a necessidade de um compromisso no quadro do desenvolvimento global que passa por substituir uma cultura de homogeneização e polarização estrutural por um diálogo intercivilizacional, sustentado na superação da distância entre regiões e na horizontalização da ordem mundial. O desenvolvimento global implica, deste modo, a construção de instituições transnacionais e inter-regionais que cooperem a fim de capacitarem as regiões mais frágeis situadas na periferia e a permitirem que estas, em vez de simplesmente se adaptarem a um determinado padrão, sigam o seu próprio desenvolvimento.

Claramente, o projeto global do desenvolvimento anuncia um novo equilíbrio com um melhor papel para as sociedades em desenvolvimento e uma maior importância nas relações sul-sul. Por conseguinte, a cooperação para o desenvolvimento poderá assumir um papel essencial, na medida em que for vista não como um instrumento de reprodução do *status quo*, mas como um instrumento de construção de um novo

equilíbrio para a mudança global progressiva, em que a jovem de dezassete anos não poderá fazer computadores, sem que antes aprenda a usá-los. Afinal de contas, ao contrário do que poderá parecer, o nosso planeta não é assim tão pequeno (Pieterse, 2010; Taylor, 2005).

1.3. O advento da democracia no mundo globalizado

“Making democracy more equal in practice for poorer citizens through institutional improvements is an important remaining task. Rather than protecting democracy from poor people, securing democracy for them is a more urgent issue.” (Krishna, 2008, p.27)

O clamor pela lógica neoliberal, no mundo globalizado, como atrás foi referido, chegou acompanhada de uma chamada pela democracia, justificada em alguns casos pela inspiração no modelo ocidental e em outros como uma reação às políticas de ajustamento estrutural impostas aos países. Neste contexto, ao falar de desenvolvimento, não podemos esquecer que a democracia acompanhou e tem tido um papel importante na promoção deste.

Agora, é fundamental esclarecer o que se entende por democracia e em que moldes esta pode, de facto, fomentar o desenvolvimento de um país e expandir as liberdades das pessoas.

Segundo Robert Dahl (1971, cit. in Kamrava, 2005), a democracia deve integrar oito garantias fundamentais: a liberdade para criar e associar-se a organizações, a liberdade de expressão, o direito de voto, o direito de elegibilidade para cargos públicos, o direito dos líderes políticos competirem por apoio público e votos, o acesso a diversas fontes de informação, a eleições livres e justas e a instituições políticas governamentais que expressem os votos e as preferências dos cidadãos. Estas garantias possibilitam que a sociedade participe politicamente e determine vida do Estado, lembrando que a democracia representa o balanço de poder entre o Estado e os cidadãos.

Alguns sistemas políticos incorporam estas características, porém, outros permanecem desprovidos de uma base social significativa e orientam-se, na sua essência, apenas por e para uma elite com a maior parte da população como mera espectadora e observadora. Sendo assim, são chamadas de quase ou pseudo democracias que podem assumir uma forma parlamentar ou presidencial. A diferença entre estas encontra-se na extensão de poderes executivos e nos privilégios que são partilhados dentro da elite (Kamrava, 2005).

Na forma parlamentar, como é o caso da Turquia, de Israel e da Índia, a legislatura e os partidos políticos distribuem o poder entre as elites económicas e sociais que usam procedimentos e instituições democráticas (eleições, partidos, parlamento) para reproduzirem as suas posições económicas e políticas privilegiadas. Por sua vez, na forma presidencial, como na Argentina, na Venezuela e no Peru, o poder fica confinado nas mãos de um chefe executivo e o círculo interno de elites em que este confia costuma ser muito restrito, sendo que é eleito por um tempo pré-determinado até às próximas eleições presidenciais (Kamrava, 2005).

A emergência destas pseudo ou quase democracias pode acontecer, sobretudo, devido a dois fatores: a forma como a transição democrática ocorre e o desenvolvimento económico.

No que respeita à transição democrática, como reitera Kamrava (2005), esta resulta ou da emergência da sociedade civil ou de padrões particulares do desenvolvimento económico. Por si própria a sociedade civil não é capaz de iniciar e conduzir os processos de democratização, pois esta permanece uma tarefa essencialmente política causada por quebras e ruturas no edifício económico e político dos estados não democráticos que devem, depois, levar à queda do poder oficial. Claro que uma sociedade civil forte facilita não só a transição democrática, bem como se torna capaz de mobilizar os cidadãos para a ação e para a participação na vida do estado.

Quanto ao desenvolvimento económico, salientam-se na relação deste com a democratização dois aspetos: o primeiro é que se torna necessária a emergência de uma classe média considerável que é financeiramente autónoma do Estado e segundo é exigido um setor privado que apresente também um nível significativo de autonomia política e económica do Estado (Kamrava, 2005).

A classe média, enquanto componente crítica da sociedade civil, que possui autonomia política e recursos financeiros e organizacionais, ajuda à abertura democrática pelo apoio explícito ou implícito a iniciativas e entidades não estatais, como as organizações não-governamentais, distinguidas pelos valores do empoderamento, da independência política, do ativismo e da responsabilidade cívica. Pertencendo a estas organizações e associações, muitos dos quais responsáveis pelo início destas, desafiam as funções e o desempenho das instituições estatais em áreas e serviços que o estado não é capaz de assumir. Já a deserção do setor privado dos estados autoritários pode ter mais consequências para a construção e o fortalecimento de um estado democrático, desde que o setor privado, muitas vezes cúmplice e incorporado

dentro dos trâmites autoritários, tenha acumulado uma força organizacional e financeira importante (Kamrava, 2005).

Além destes elementos, a globalização pode também enfraquecer as elites estatais, pois incentiva a transparência e o fluxo livre de informação e encoraja a prestação de contas e a responsabilidade económica e política (Kamrava, 2005).

A ilustrar a importância destes elementos na transição democrática, contamos com o exemplo da América Latina e do Leste Europeu, em que a força da sociedade civil e a maior profundidade da globalização contribuem para os bons níveis de democratização, ao contrário do Médio Oriente e de África onde a sociedade civil está menos desenvolvida, não existindo ou encontrando-se num estado demasiado embrionário e frágil, e há uma resistência à globalização.

Depreende-se, por conseguinte, que um sistema político pode integrar todos os elementos institucionais e processuais de uma democracia, ainda que lhe falte a verdadeira essência democrática. O' Donnell (1994, cit. in Kamrava, 2005), tendo em conta esta compreensão, distingue entre consolidação e suporte, dizendo que uma quase democracia pode suportar sem ser consolidada ou ser institucionalmente consolidada, mas não ter adquirido ainda a profundidade societal e a ressonância, características de um sistema realmente democrático. De notar que a consolidação democrática é um processo contínuo e dinâmico que não se esgota e exige, neste sentido, uma permanente vigilância e a criação de salvaguardas institucionais. Envolvidos neste processo estão a criação de uma constituição democrática e o estabelecimento de instituições democráticas viáveis e funcionais, assim como a legitimidade do sistema e a sua capacidade para lidar eficazmente com os constantes desafios que possam surgir.

Pensar a democracia significa, assim, contabilizar todos estes aspetos, identificar a sua influência e o funcionamento que facilita ou obstaculiza a consolidação democrática e o desenvolvimento das sociedades.

Existem, como salienta Sen (2000), vários argumentos que se opõem à democracia e aos direitos civis e políticos proporcionados por esta, nomeadamente: os direitos dificultam o crescimento e o desenvolvimento económico; as pessoas escolheriam suprir as suas necessidades económicas, em vez de acederem à democracia; e os valores democráticos são uma prioridade do mundo ocidental e vão, principalmente, contra os princípios asiáticos.

É certo que alguns estados autoritários conseguiram um grande crescimento económico, mas é importante perceber o porquê e se este se deve ao regime em vigor,

notando que há apenas uma pequena evidência de que isto seja verdade. Alguns estudos comprovam que há uma relação positiva e outros que há uma relação negativa entre a democracia e o desempenho económico, o que exige que se vá além desta informação e se perceba as causas envolvidas nesta questão. Acrescente-se que aspetos como a abertura à competição, a entrada no mercado internacional, os altos níveis de educação e literacia, o sucesso das reformas da terra, os incentivos públicos à industrialização, a exportação e o investimento que suportaram o desenvolvimento económico do Este Asiático não são incongruentes com a democracia.

Atendendo ao segundo argumento, é pertinente questionar: será que a população dos países pobres se importa com a democracia e os direitos? As análises feitas entre diferentes países têm mostrado, segundo Krishna (2008), que a prevalência e a estabilidade da democracia estão associadas aos países com maior média de renda *per capita*. Em países mais pobres, as dinâmicas da pobreza são difíceis de ultrapassar e, frequentemente, dão origem a sistemas ditatoriais. Contudo, nas últimas décadas, o cenário mudou, na medida em que a democracia deixou de ser exclusiva dos países mais ricos e muitos outros alcançaram níveis consideráveis de democracia e de acesso a direitos civis, políticos e sociais, mostra Karatnycky (2004, cit. in Krishna, 2008).

Há ainda outra ideia recorrente na literatura sobre esta temática que é o facto de se considerar, recorrendo à pirâmide das necessidades de Abraham Maslow (1992, cit. in Krishna, 2008), que os pobres, porque têm menos tempo e dinheiro para partilhar, no fundo, pela sua condição, não se preocupam com a governação democrática. Argumenta-se que o modo de vida das classes mais baixas forma indivíduos rígidos e intolerantes, mais autoritários e extremistas e, portanto, pouco abertos à democracia (Lipset, 1963, cit. in Krishna, 2008).

Nesta linha de pensamento, espera-se que quando os indivíduos abandonem o ciclo de pobreza, comecem a apoiar a democracia, visto que o crescimento económico que experienciam lhes permite ter mais tempo, educação e dinheiro para se envolverem na política (Bueno de Mesquita e Downs, 2005, cit. in Krishna, 2008).

Contrapondo estes argumentos, Krishna (2008) refere que as análises realizadas não demonstram que as pessoas dos países pobres dão pouco suporte à democracia, mas antes que, numa determinada altura no tempo, estes estão menos propensos a serem democráticos do que os países ricos.

Os três estudos apresentados no trabalho de Krishna (2008), que englobam um conjunto de vinte países em África, na Ásia e na América Latina e incluíram entrevistas

individuais com mais de 35.000 sujeitos, comprovaram que os pressupostos acima explicitados estão errados ou pelo menos já não se aplicam mais. A população destes países não valoriza menos a democracia, pelo contrário concede-lhe um forte apoio quando têm em mãos outras alternativas e participam nas atividades democráticas tanto quanto os cidadãos dos países mais ricos. Os resultados são empiricamente robustos, geograficamente disseminados e deixam claro que, quer ricos, quer pobres optam pela democracia face a outras formas alternativas de governação e se envolvem nas várias atividades democráticas (voto, campanhas, protestos...).

Nem a crença e o suporte à democracia, nem a participação dependem da pobreza individual. Podemos dizer que este apoio à democracia nos países do sul tem crescido devido, especialmente, a dois fatores: a expansão da educação dentro das áreas rurais e das camadas mais pobres e a ampla difusão, nacional e internacional, de suporte à democracia, pois tem-se tornado pouco vantajoso não fazer eleições livres (Lipset, 1994, cit. in Krishna, 2008).

Nas últimas décadas, o número de pessoas que vai à escola aumentou exponencialmente, nos países em desenvolvimento. Obviamente que a qualidade da escola difere e as crianças ricas podem continuar a sua formação por mais tempo, mas aqui o que interessa é que a aquisição da capacidade de ler e escrever permite às gerações mais novas destes países desenvolverem uma grande capacidade de negociarem e darem sentido ao mundo onde os estados e os mercados operam, de compreenderem melhor a democracia e de se envolverem nela.

Claro que demonstrar que a maior parte das pessoas apoia a democracia não faz dela um sistema firmemente estabelecido. Em todos os países, é possível que haja uma reversão dos direitos adquiridos, admitindo-se que há uma fragilidade adicional nas democracias recém-formadas pela natureza embrionária das suas instituições. Mesmo quando as pessoas sentem que a democracia tem falhado na proteção do seu desenvolvimento, reconhecem, na sua grande maioria, que esta tem valor por si só ao tomar em conta a voz popular na tomada de decisão. Têm-se tornado, cada vez mais, capazes de distinguir entre a democracia como um sistema de regras e o governo no poder. Krishna (2008) forneceu a evidência de que a democracia é amplamente suportada pela maior parte das pessoas, ainda que suspeitem do seu desempenho e dos seus resultados.

Apesar deste ânimo renovado nas democracias do sul, é preciso consciencializarmo-nos de que os compromissos democráticos, não raras vezes,

permanecem superficiais e só chegam a ser uma tentativa, porque o acesso à proteção, aos benefícios e às oportunidades que a democracia oferece continuam a estar fora do alcance dos mais pobres e que vivem em áreas remotas. Muitas vezes, a corrupção representa um grande obstáculo à democracia e ao progresso económico dos países, conduzindo à ineficácia das políticas públicas e afastando o investimento e as atividades económicas das atividades produtivas. Alguns regimes, em particular, incentivam a corrupção ao dar poder discricionário a um pequeno grupo de pessoas e as economias supercontroladas e extremamente burocráticas são também um terreno fértil a este fenómeno. Criar sistemas de inspeção e penalização a aplicar nos casos de corrupção pode ser importante para preveni-la e alterar os padrões de comportamento.

O fortalecimento da democracia é uma dimensão essencial para o processo de desenvolvimento, uma vez que através dela se concedem um conjunto de direitos que possibilitam a formação de valores e prioridades, a discussão e o debate público de assuntos importantes e, em consequência disso, decisões e escolhas mais refletidas. Sabemos, por exemplo, que os valores de fertilidade diminuíram em muitos estados mais letrados da Índia porque existiu uma discussão pública sobre os efeitos negativos da alta taxa de fertilidade na vida das mulheres e jovens (Sen, 2000).

Ainda que não exista um consenso face a esta questão, sabe-se que a democracia é um sistema que possibilita a conquista de padrões de vida consideráveis para os seus cidadãos. A justiça social, a boa governação, a prestação de contas e a estabilidade política constituem quatro dos aspetos que suportam esta conquista, desde que não tomemos em conta uma definição minimalista de democracia (Calvert, 2005).

Porém, as suas conquistas dependem além das regras e dos procedimentos adotados, das oportunidades e de como estas são usadas por cada um. O maior desafio não é, então, substituir um regime autoritário por democrático, mas fazê-lo funcionar e torná-lo mais igual para os cidadãos pobres através da promoção de procedimentos e instituições que auxiliem o novo processo democrático e façam valer os seus compromissos. E isto só é possível se a democracia, como iremos ver de seguida, se preocupar com as liberdades dos sujeitos e permitir que estes as transformem em reais oportunidades para construir vidas plenas, em que se assumem como autores e atores da sua história.

2. O desenvolvimento como liberdade

“Development has to be more concerned with enhancing the lives we lead and the freedoms we enjoy. Expanding the freedoms that we have reason to value not only makes our lives richer and more unfettered, but also allow us to be fuller social persons, exercising our own volitions and interacting with – and influencing – the world in which we live.” (Sen, 2000, pp.14 e 15) ”

O desenvolvimento, como explicitado no capítulo anterior, é um centro de poder, em que coexistem múltiplos interesses e influências que se traduzem na sua evolução ao longo do tempo e nas perspetivas que sobre este têm sido construídas. Continua a ser um centro de poder, ainda que as visões alternativas não acentuem tanto este aspeto e procurem, sobretudo, aproximar o desenvolvimento das pessoas, dando-lhes os instrumentos necessários para caminharem por si próprias.

Esta nova compreensão do desenvolvimento mais voltada para a comunidade e a capacitação emergiu em meados dos anos 80, e depois ganhou maior visibilidade com os relatórios do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, em 1991 e 92. Estes conceberam o desenvolvimento como o alargamento das liberdades das pessoas e foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano que dá uma imagem de progresso do desenvolvimento humano em diferentes sociedades através da combinação de variáveis de esperança de vida, educação e rendimentos (Jafarzadeh & Beheshit, 2012; Pieterse, 2010).

É dentro deste cenário e suportado na ideia de que o desenvolvimento é muito mais do que crescimento económico que surgiu a abordagem do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, prémio nobel da economia. Na perspetiva de Sen (2000), a questão do desenvolvimento está na capacidade de cada um viver uma vida longa e de bem-estar, enquanto está vivo. Nussbaum (2000) que aprofundou também esta abordagem acredita que não é possível avaliar a qualidade de vida de um país apenas através do seu crescimento económico.

A propósito deste assunto, temos a história, em *Hard Times* de *Charles Dickens*, de uma rapariga a quem a professora de economia pediu que imaginasse que a sala de aula onde estava era um país e que tinha cinquenta milhões em dinheiro e, em seguida, perguntou-lhe se esta era uma nação rica. A rapariga respondeu que só saberia a riqueza do país quando percebesse quem possuía o dinheiro e se algum dele lhe pertencia. Esta história ilustra de facto a incompletude da informação que a abordagem do

desenvolvimento centrada no crescimento económico comporta. Além de perceber a distribuição da riqueza e dos rendimentos, seria necessário compreender outros elementos importantes, como a esperança média de vida, a mortalidade infantil, as oportunidades educacionais e de emprego, as liberdades políticas, a qualidade das relações de raça e género. Claro que Sen (2000) e Nussbaum (2000) não negam a importância da riqueza e dos rendimentos nas condições e na qualidade de vida das pessoas, pois possibilitam a compra de bens e serviços para alcançar certos padrões de vida. Contudo, vistos de forma isolada podem tornar-se preditores inadequados e, por isso, propõem uma outra visão de desenvolvimento que inclui, além do crescimento económico, outras dimensões.

Qual é, então, a diferença entre uma perspetiva que corresponde o desenvolvimento ao crescimento económico e uma perspetiva que se centra na expansão da liberdade? A diferença está, com efeito, no facto do desenvolvimento como liberdade se focar não tanto no resultado, mas no processo, nas oportunidades que as pessoas têm para conseguirem obter resultados que, na linguagem de Sen (2000), valorizam e têm razões para valorizar.

A visão de liberdade que Sen (2000) defende envolve quer os processos que permitem a liberdade de ações e decisões, quer as oportunidades atuais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. Assim, as situações de privação de liberdade podem acontecer devido a processos inadequados (como a violação do direito de voto ou outros direitos civis e políticos) ou a oportunidades inadequadas (incluindo a falta de oportunidade como a capacidade de escapar à morte prematura, prevenir a mortalidade ou a fome) que impedem as pessoas de alcançarem o mínimo que desejariam. É de evitar que nos centremos apenas em processos adequados, sem nos preocuparmos se os mais desfavorecidos sofrem de uma privação sistemática de oportunidades ou nos focemos somente em oportunidades adequadas, sem atendermos à natureza dos processos que trazem as oportunidades e a liberdade de escolha. Os processos e as oportunidades são importantes e cada um dos aspetos concebe o desenvolvimento como liberdade, ou seja, como a expansão das reais liberdades de que as pessoas gozam e a capacidade que estas têm para as usarem e alcançarem o que desejam na sua vida.

Jafarzadeh e Beheshit (2012) referem que ao olhar para o desenvolvimento das ditas sociedades avançadas se observam princípios e aspetos comuns: a capacidade mental e estrutural, a organização do corpo governamental, o cientificismo, o sistema

educacional e legal, a tranquilidade social e a cultura económica. No fundo, aspetos que expandem as liberdades dos seres humanos em todas as suas dimensões e lhes conferem poder de escolha, permitindo o seu desenvolvimento.

Esta liberdade, acrescenta Sen (2000), é crucial para o conceito de desenvolvimento por duas principais razões: a avaliação e a eficácia. A avaliação porque o sucesso de uma sociedade pode ser escrutinado pelas liberdades que os membros desta usufruem, posição que difere de outras abordagens tradicionais mais ligadas à utilidade e aos rendimentos. Isto significa que ter maior liberdade para fazer as coisas que se valorizam é fundamental só por si para a liberdade global da pessoa e fomenta as oportunidades desta para conquistar resultados valiosos. A eficácia, porque a liberdade melhora a capacidade das pessoas se ajudarem a si próprias e de influenciarem o mundo, o que chama a atenção para o aspeto da ação individual, do ser agente, isto é, de ser membro e fazer parte de atividades económicas, políticas e sociais, participando ativamente nos contextos em que se está inserido.

Para além de atender aos processos e às oportunidades e às razões pelas quais a liberdade é importante para o desenvolvimento, deve integrar-se a questão da responsabilidade. Para ilustrar a responsabilidade individual, Sen (2000) apresenta a história de Bertrand Russell, um ateu convicto, que ao morrer pergunta a Deus porque lhe deu uma evidência tão pequena da sua existência? Para ele era difícil compreender como é que o mundo é tão afligido pela miséria, fome e privação. Neste sentido, Russell prefere realçar a responsabilidade que cada um tem pelo desenvolvimento e pela mudança do mundo onde vive. A responsabilidade requer que, como seres humanos reflexivos e competentes, não deixemos de julgar e avaliar como é o mundo e o que precisa ser feito, contemplando a nossa própria vida e a dos outros. Quer dizer que a liberdade exige responsabilidade. Sem a liberdade para fazer algo, as pessoas não podem ser responsáveis por isso, mas a liberdade impõe também a cada um o dever de considerar se faz ou não determinada coisa.

E como se expandem as liberdades? A expansão, conforme Sen (2000) afirma, inclui os dois principais papéis da liberdade: o papel constitutivo e instrumental. O papel constitutivo diz respeito à importância das liberdades fundamentais para o enriquecimento da vida humana (por exemplo, ser capaz de escapar à mortalidade prematura, ter acesso à literacia, à participação política...) e que, portanto, são partes constitutivas do desenvolvimento. Já o papel instrumental relaciona-se com os

diferentes tipos ou formas de direitos e oportunidades que permitem a expansão da liberdade e, conseqüentemente, do desenvolvimento.

Aliás, a propósito deste papel, Sen (2000) menciona cinco tipos de instrumentos que se complementam e contribuem para a capacidade das pessoas em viverem mais livremente: as liberdades políticas que se referem às oportunidades que as pessoas têm de escolherem quem as governa, de escrutinarem e criticarem as autoridades, de se expressarem, informarem e escolherem entre os vários partidos; a facilidade económica que se foca no uso dos recursos, tendo em vista a conceção, produção e troca, dependendo, pois, dos recursos que a pessoa possui, das condições de troca, dos preços e do trabalho no mercado; as oportunidades sociais que tocam na proteção que a sociedade fornece ao nível da educação, saúde e outros setores e que influencia a liberdade das pessoas para viverem melhor, mas também a sua participação efetiva nas atividades económicas e políticas, na medida em que, por exemplo, a iliteracia e a incapacidade das pessoas lerem jornais e comunicarem adequadamente com as outras lhes impede de terem uma devida participação económica e política; algumas garantias relacionadas com o que as pessoas, nas interações sociais, têm a oferecer e o que esperam conseguir, pressupondo que a sociedade atua sob uma base de verdade e de abertura que protege as relações da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de acordos desonestos; e, por fim, a proteção social que serve para salvaguardar as pessoas em situação de vulnerabilidade e de privação, não importa o quão bem o sistema económico opera (inclui medidas de apoio aos desempregados, concessão de rendimentos suplementares e outras que beneficiem os mais desfavorecidos).

Sen (2000) defende, no que respeita ao último instrumento explicitado, que a proteção social e o crescimento económico se reforçam mutuamente, desde que haja um verdadeiro suporte político por trás, e contraria, assim, a opinião de alguns círculos políticos de que o desenvolvimento é um luxo que apenas os países ricos podem usufruir. Para ilustrar exatamente esta questão, temos os casos da China e da Índia que procuraram construir uma economia de mercado mais aberta e ativa internacionalmente, sendo que a diferença entre os dois países foi a forma como procuraram realizar este objetivo. Enquanto a China combinou esta procura com a aposta na formação de uma população altamente qualificada e letrada e, por conseguinte, obteve enorme sucesso, a Índia com uma alta iliteracia na população adulta, não obteve o mesmo sucesso.

Embora a perspetiva do desenvolvimento como liberdade não se foque no crescimento económico, reconhece, como já foi realçado, a importância deste e que o

seu impacto depende de como os seus frutos são usados. Há alguns autores, como Sudhir Anand e Martin Ravallion, que encontraram uma relação positiva entre a esperança de vida e o produto interno bruto, uma vez que o PIB tem um efeito positivo no rendimento, especialmente, dos pobres e na expansão dos fundos públicos. No entanto, existem também informações que nos dizem que em muitos países, como é o caso do Brasil, por trás de um crescimento considerável do PIB, persistem situações de desemprego, de negligência na saúde e na educação e de desigualdades sociais. Tendo por base estas informações, encontram-se dois grandes contrastes: para uma economia com um grande crescimento económico podemos encontrar países que tiveram um enorme sucesso no aumento da qualidade de vida (a Coreia do Sul e Taiwan) ou países sem sucesso nesta e noutras áreas (o Brasil) e para uma economia com francos progressos na qualidade de vida podemos identificar países com um igual progresso em termos de crescimento económico (a Coreia do Sul e Taiwan) e países com pouco sucesso na obtenção deste crescimento (o caso do Sri Lanka, da China na pré-reforma, do estado indiano de Kerela).

Estes exemplos reforçam novamente a complexidade envolvida no conceito de desenvolvimento e a exigência de uma perspetiva que faça uma análise mais multidimensional deste. Por tudo o que já foi referido, podemos dizer que a abordagem que vê o desenvolvimento como liberdade se destaca de outras perspetivas e é capaz de fazer esta análise, na medida em que o desenvolvimento passa a identificar-se, sobretudo, com a melhoria de vidas que podemos guiar e as liberdades de que gozamos. A liberdade é, neste contexto, valorizada por si só, visto que a importância de sermos livres para fazer uma determinada coisa não tem nada que ver com a questão de saber se nós, ou a maioria, estamos preparados para fazer uso dessa possibilidade. Daí distinguir-se entre a importância derivativa da liberdade, dependente do seu uso atual, e a sua importância intrínseca, que nos concede a liberdade para decidir sobre algo que temos a possibilidade ou não de escolher atualmente.

Olhar para o desenvolvimento como expansão das liberdades torna as nossas vidas mais ricas e, principalmente, transforma-nos em seres humanos plenos, capazes de concretizar os nossos objetivos e projetos e de nos relacionarmos e influenciarmos o mundo em que vivemos e os diversos contextos em que nos inserimos.

2.1. O desenvolvimento e as capacidades

A abordagem das capacidades começa com o trabalho pioneiro de Amartya Sen, já explorado anteriormente, à qual foram acrescentadas contribuições e críticas de outros autores. Neste trabalho, será explicitada, em particular, a visão de Martha Nussbaum e algumas das diferenças e das semelhanças face à abordagem da capacidade de Sen.

Des Gasper (2007) aponta para o facto da abordagem de Sen ser mais abrangente e mobilizar as capacidades como um espaço dentro do qual as avaliações da qualidade de vida podem ser realizadas, enquanto Nussbaum usa esta mesma ideia de um modo mais exigente, pois prevê que as capacidades sejam a base para os princípios políticos que deveriam estar subscritos nas garantias constitucionais. Em resumo, Nussbaum cria uma lista de capacidades básicas que os cidadãos têm o direito de exigir ao seu governo, primeira instância que tem o dever de as cumprir. Por sua vez, Sen, não estabelecendo uma lista de capacidades, acredita que a reivindicação pelo cumprimento destas se alarga a todos os membros da sociedade, não apenas ao governo.

Apesar de diferentes, complementam-se e acabam por se tocar em diversos aspetos, concordando que o fomento do conjunto de capacidades de cada pessoa permite o desenvolvimento e uma vida plenamente humana e digna.

Mas o que são as capacidades? Que implicações têm no e para o desenvolvimento?

Suponha-se, como apresenta Nussbaum (2000), que uma menina da Índia, chamada Vasanti, se sente satisfeita com a sua educação, apesar de estar integrada num sistema extremamente insuficiente em termos de quantidade e qualidade, justificando que esta é adequada para o tipo de trabalho que tem realizado ao longo da sua vida e, por isso, não vê as razões de aprender outras competências supérfluas. Para que esta menina sentisse a necessidade de ter mais educação e não visse as competências como supérfluas, ela teria de contactar com opiniões diferentes, uma vez que a sua visão se deve, essencialmente, ao facto de nunca ter visto nenhuma mulher da sua geração ou idade a ir à escola e de se ajustar ao tipo de vida que atualmente pode ter. Analisando-se esta história, percebe-se que há que olhar não somente para o modo como os indivíduos se sentem face ao que está a acontecer com eles, a sua satisfação e insatisfação, mas também o que as pessoas são atualmente capazes de ser e de fazer. Requer ainda um olhar que faça uso de todo o conhecimento que se possui, neste caso, por exemplo, da

relação entre educação e controlo da população, educação e poder político, educação e oportunidades de emprego.

Há um claro apelo à utilização de uma vasta gama de fontes de informações para avaliar o bem-estar e a qualidade de vida (Des Gasper, 2007). A questão central que se deve colocar, neste caso, de acordo com Nussbaum (2000; 2010) e Sen (1993; 2000), não é “quão satisfeita Vasanti é/está?”, mas “o que é que ela é atualmente capaz de ser e fazer?” Deve questionar-se, para além da satisfação da pessoa, o que é e faz e o que pode ser e fazer, os recursos que existem e como os fazer funcionar. Entramos, portanto, no âmbito das capacidades que podem ser o que Sen designa por liberdades substanciais, ou seja, um conjunto de oportunidades para escolher e agir. A capacidade de uma pessoa abarca as combinações alternativas de funcionamentos ou estilos de vida que esta poderá alcançar – as várias coisas que é capaz de ser e fazer na gestão da sua vida. Esta abordagem é baseada numa visão que percebe a vida como a combinação de vários seres e fazeres, em que a qualidade de vida é avaliada em termos da capacidade para alcançar funcionamentos importantes. Por exemplo, uma pessoa rica poderá ter o mesmo funcionamento em termos de alimentação que uma pessoa pobre, no entanto a primeira possui uma capacidade de escolher alimentar-se bem, enquanto a segunda não. Contrariamente às perspetivas que se focam na natureza humana, dizendo-nos simplesmente quais as oportunidades, as dificuldades e os recursos existentes, esta é amplamente avaliativa e ética desde o início e pergunta o que é que os seres humanos, entre muitas coisas, podem ter a capacidade de ser e fazer, quais as que realmente têm valor e quais uma sociedade minimamente justa pode suportar.

De notar que as liberdades e capacidades da pessoa não estão apenas no seu interior, como também nas oportunidades que são criadas pelo ambiente político, económico e social que a rodeiam. No caso de Vasanti, correspondem ao total de oportunidades que ela tem para escolher e agir na sua situação política, económica e social específica (Nussbaum, 2010; Sen 1993).

Esta é uma abordagem que permite comparar a qualidade de vida e teorizar acerca da justiça social básica, uma vez que trata cada pessoa como um fim, questionando não o seu bem-estar global, mas as oportunidades que tem disponíveis e a sua escolha e liberdade. Claro que tudo isto está dependente da sociedade onde a pessoa se insere, que deve promover um conjunto de oportunidades e liberdades que cada um pode ou não mobilizar na sua ação. Há, por isso, um compromisso com o poder de escolha de cada um, ainda que não se esqueça que todos os indivíduos se identificam

com um número alargado de grupos e coletividades que têm também um papel fundamental na promoção das capacidades humanas. Além disso, é uma abordagem pluralista relativamente ao valor, pois as conquistas das capacidades que são centrais para as pessoas diferem em quantidade e qualidade. Preocupa-se, igualmente, com a injustiça social e a desigualdade, em particular com as capacidades centrais que não são realizadas devido à discriminação ou marginalização, atribuindo aos governos e às políticas públicas a função de proporcionarem uma melhor qualidade, ao nível das capacidades (Nussbaum, 2010).

Nesta linha de pensamento, a ideia por trás desta abordagem é que certas capacidades humanas são centrais, na medida em que a sua presença ou ausência é entendida como a presença ou a ausência de vida humana. Em conformidade com Marx, inspirado em Aristóteles, estas capacidades fazem com que a pessoa tome um funcionamento verdadeiramente humano, não apenas animal. O exemplo que Marx dá é de uma pessoa faminta que, segundo ele, não usa a comida de uma forma totalmente humana, pois usa-a apenas por uma questão de sobrevivência, sem quaisquer vestígios das relações e da sociabilidade, características da alimentação humana. Este exemplo comprova que se os sentidos humanos não forem cultivados por uma educação adequada e por associações e relações valiosas com os outros, funcionam meramente a um nível animal. Uma pessoa só viverá uma vida verdadeiramente humana se for capaz de moldar o seu percurso em cooperação e reciprocidade com os outros, ao invés de ser guiado passivamente pelo mundo como um animal de um rebanho.

Uma questão que se impõe, a propósito das capacidades, é se todas são importantes? Como se selecionam as capacidades? Existem duas formas: se a intenção é simplesmente comparar, todo o tipo de capacidades possibilitam comparações interessantes entre nações e regiões. Mas se a intenção é estabelecer princípios políticos que irão constar das leis constitucionais e das políticas públicas, a seleção, argumenta Nussbaum (2010), deve invocar o conceito de dignidade humana que pressupõe a ideia básica de que algumas condições permitem à pessoa uma vida que é plena em dignidade e outras não. Ao pensar num sujeito com uma deficiência mental severa, parece plausível dizer que para este se sentir satisfeito não necessita desenvolver-se em termos educacionais. Todavia, quando introduzimos aqui a dignidade, surge o clamor por uma educação e treino adequados às necessidades deste sujeito (Nussbaum, 2010).

Já na visão de Sen e Robeyns (cit. in Des Gasper, 2007) a seleção deve ser dependente de cada caso e as capacidades prioritárias são aquelas que as pessoas têm

razão para valorizar. Sen enfatiza que não basta o critério do que cada um tem razão para valorizar, mas que é necessária, embora não fique claro como toma lugar, uma discussão pública para a priorização das capacidades: os mercados e as políticas públicas devem proporcionar um suporte adequado na recepção e no acesso à informação, na tomada de decisão e na avaliação das capacidades.

Outra questão pertinente é saber quais são essas capacidades? Ao contrário de Sen, Nussbaum (2000, 2010) apresenta uma lista de capacidades humanas que, embora na estrutura e na substância seja diferente da de Rawls, comporta uma componente político-liberal semelhante. As capacidades que constam da lista têm uma importância intrínseca e podem ser integradas nas propostas políticas, como uma base moral das garantias constitucionais, ajudando a criar algum consenso entre pessoas que certamente têm visões diferentes do que é uma vida plena. Estabelece, neste sentido, um mínimo social em diversas áreas, sem, apesar disso, impor nenhuma visão metafísica, religiosa ou ética do mundo ou uma visão específica da pessoa e da sua natureza, o que significa que, enquanto proposta, está aberta a diferentes interpretações e realizações, consoante as crenças locais, as tradições e as circunstâncias de cada cultura.

A lista apresentada por Nussbaum é, então, constituída pelas seguintes capacidades:

- **Vida:** Significa ser capaz de viver até ao fim, sem morrer prematuramente e sem viver uma vida que não vale a pena ser vivida;
- **Saúde:** Significa ser capaz de estar bem de saúde, ter uma boa alimentação e uma proteção adequada contra catástrofes naturais;
- **Integridade:** Significa ser capaz de circular livremente de um lugar para outro, de estar seguro de violações contra a dignidade humana (assaltos, assédios sexual, violência doméstica...) e ter a oportunidade de satisfazer-se sexualmente e de fazer escolhas quanto à reprodução;
- **Sentidos, imaginação e pensamento:** Significa ser capaz de mobilizar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio de maneira totalmente humana e, portanto, informada e instruída por uma educação adequada que inclui, mas não se restringe, à literacia e ao treino matemático e científico básico. Prevê também o uso da imaginação e do pensamento em relação com experiências religiosas, literárias, musicais e de outro tipo de expressão. No fundo, trata da busca do sentido da vida e de experiências de prazer, evitando a dor não necessária;

- **Emoções:** Significa ser capaz de se relacionar com coisas e pessoas fora de nós próprios, experienciando o amor, o desejo, a gratidão, a saudade e a zanga justificada. Deve-se vivenciar um desenvolvimento emocional que não seja caracterizado por situações de injustiça e de ansiedade, de abuso ou negligência e eventos traumáticos, mas antes por formas humanas de associação e interação que liguem as pessoas a si mesmas e aos outros;
- **Razão prática:** Significa ser capaz de criar uma concepção de bom e ter liberdade de consciência para refletir criticamente sobre o seu projeto de vida;
- **Afiliação:** Esta capacidade envolve dois elementos – o primeiro, implica ser capaz de viver para e com os outros, colocar-se no lugar do outro, reconhecer e mostrar-lhe as suas perspectivas, envolver-se em várias formas de interação e relação social, protegendo a liberdade de assembleia e de discurso político e instituições que suportem tais formas de associação. O segundo relaciona-se com o autorrespeito e a não humilhação, ou seja o direito de ser tratado como um ser digno igual aos outros seres humanos e não ser discriminado pela raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnia ou origem.
- **Outros espaços:** Significa ser capaz de viver em relação com os animais, plantas e outros elementos da natureza;
- **Brincar/jogar:** Significa ser capaz de rir, brincar/jogar, desfrutar de atividades recreativas;
- **Controlo sobre o ambiente:** Esta capacidade envolve uma dimensão política referente a ser capaz de participar eficazmente nas escolhas da vida política e a ter o direito de livre discurso e associação e uma dimensão material de ter direito à propriedade e ao emprego, em termos das reais oportunidades.

Todas estas capacidades são centrais e se relacionam de variadas formas, não sendo possível satisfazer a necessidade de uma delas através de uma grande quantidade de outra. É aqui que entra em jogo a sua irredutível heterogeneidade, isto é, todas são distintas e devem ser asseguradas e protegidas de diferentes modos (Nussbaum, 2000, 2010).

Muitas vezes, as condições sociais e o ambiente em que a pessoa se insere impedem-na de alcançar um certo nível de todas as dez capacidades. Por exemplo, suponhamos que os pais de Vasanti a retiram da escola porque precisam dos frutos do seu trabalho para sobreviverem. Neste caso, devemos questionar qual a melhor

intervenção de maneira a criar um futuro em que este tipo de escolha não tenha de colocar-se. Deve, além disso, considerar que os sujeitos se podem aproximar de um certo nível de capacidade, mesmo que não o alcancem imediatamente, garantindo, por exemplo, o acesso à educação primária quando ainda não existem condições para que todos tenham acesso à educação secundária (Nussbaum 2000, 2010).

Estas são ainda capacidades básicas, mais ou menos preparadas para funcionar, que, por vezes, são tão rudimentares que não podem ser diretamente convertidas em funcionamentos. Torna-se necessário treiná-las e desenvolvê-las, o que significa que estas não são proporcionais à inteligência e à capacidade inata do ser humano. As pessoas devem, por conseguinte, ser tratadas de forma igual, sem que as que têm mais capacidades inatas recebam melhor tratamento por isso. Se pensarmos nas pessoas com deficiência mental, percebemos que o objetivo, nesta abordagem, é que estas tenham as mesmas capacidades que aqueles que não são portadores de deficiência. Quer dizer que as capacidades são internas à pessoa, estados que ela própria é, mas que exigem um ambiente familiar, político, económico e social que proporcione condições suficientes para o seu exercício (Nussbaum, 2010).

A preparação do ambiente para que este seja favorável à promoção e ao desenvolvimento das capacidades assume especial destaque, quer na perspetiva de Nussbaum, quer na de Sen. Existem inúmeros contextos que criam espaços de escolha e decisão para os seus cidadãos, mas que depois não os educam, nem os estimulam nesse sentido. Alguns estados na Índia são um exemplo desses contextos: abertos à participação, contudo com condições extremamente frágeis na saúde e na educação básica (Nussbaum, 2010).

As capacidades representam, no fundo, aspetos que procuram tratar cada indivíduo como um fim e fonte de ação e de valor, com os seus próprios planos e vidas para viver. É necessário, neste contexto, todo o suporte para que os sujeitos possam ter a oportunidade de serem, de facto, agentes da sua vida (Nussbaum, 2010).

O desenvolvimento como liberdade acentua a vertente da capacitação e, por conseguinte, a ideia de que não existem sociedades mais desenvolvidas e menos desenvolvidas. Esta ideia tipicamente colonial está ultrapassada de várias formas, uma vez que problemas como a pobreza, a desigualdade, a exclusão social atribuídos aos países menos desenvolvidos alcançam todo o mundo. O desenvolvimento é, pois, um conceito que toma lugar no norte e no sul, no leste e no ocidente, o que significa que este não é exclusivo de uma nação, mas exige antes, como iremos perceber no capítulo

seguinte, um esforço a múltiplos níveis e escalas e a cooperação entre países, governos, organizações da sociedade civil e os diversos atores que neles estão envolvidos (Pieterse, 2010).

3. O desenvolvimento como cooperação

“Todo o olhar parte de um centro para um norte. É um olhar posicionado. É crítico, no entanto, que aquele que olha saiba que o seu centro não é canónico, e que seu norte não é o destino por excelência. O pressuposto das relações cooperativas é a curiosidade empática frente ao outro – a seu lugar e a sua utopia – e a consciência da implicação entre nós (Schor, 2009, p. 21).”

A liberdade, como enfatizam Sen e Nussbaum, é fundamental para o desenvolvimento, sempre que conceder oportunidades suficientes para as pessoas planearem o seu destino e construírem uma vida digna. Agora, é certo que este desenvolvimento que pressupõe a expansão da liberdade das pessoas precisa de ser também um desenvolvimento como cooperação onde todos colaborem de maneira a percorrerem um caminho, que embora diferente, permita alcançar resultados comuns. É um desenvolvimento que comporta uma dimensão de sonho – o futuro desejado – e uma dimensão de confiança – no poder e no outro -, reconhecendo que os múltiplos agentes envolvidos se encontram, por vezes, em patamares desiguais (Carvalho, 2011).

Estamos, portanto, a falar da cooperação para o desenvolvimento cujo propósito é, essencialmente, auxiliar regiões, países e comunidades que apresentam maiores dificuldades, num contexto, cada vez mais, marcado pelo desequilíbrio na distribuição dos recursos e das oportunidades a nível global. Assim, países desenvolvidos e em desenvolvimento unem-se a fim de enfrentarem os problemas económicos e sociais de maneira sustentável e duradoura (Plataforma das ONGD, 2012).

A cooperação para o desenvolvimento pode englobar, de acordo com a Plataforma das ONGD (2012, p.13), inúmeras áreas de atuação, como:

(...) Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Comunitário; Capacitação dos Recursos Humanos; Microcrédito; Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; Saúde; Educação formal e informal; Formação Técnica; Saneamento Básico e Melhoria ou Reabilitação de Habitat; Igualdade de Género; Direitos Humanos; Ambiente e Desenvolvimento; Participação e Cidadania; Influência Política (Lobby e *Advocacy*); Responsabilidade Social das Empresas; Estudos e Investigação (...)

Quando olhamos para a cooperação portuguesa, que é o objeto de estudo neste trabalho, temos de inseri-la num contexto mais amplo, o contexto internacional, que orienta, ao longo do tempo, os seus princípios, objetivos e valores.

Façamos, por conseguinte, uma breve retrospectiva da cooperação internacional. A primeira metade da década de 90 foi marcada por mudanças a Leste e uma situação de estagnação geral que fizeram questionar o papel das instituições. Com o desmantelamento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e o fim da guerra-fria, emergiram novas preocupações que moldaram os objetivos e os fundamentos da cooperação, como a prevenção de conflitos, a reabilitação pós-conflitos, as operações de manutenção da paz. Além disso, com a realização do Consenso de *Washington*, a adoção de regimes democráticos, a economia de mercado, a luta contra a corrupção, a transparência na governação e a administração tornam-se exigências dos países ocidentais, especialmente dos EUA e das organizações internacionais, aos países em desenvolvimento (IPAD, 2011b).

Há, neste período, também uma contestação à ideologia neoliberal e severas críticas às políticas de ajustamento estrutural do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BM (Banco Mundial) que os levaram a repensar a sua estratégia de ajuda e a focalizá-la na redução da pobreza como meta para o desenvolvimento. Esta estratégia internacional ficou conhecida por “Nova Agenda da Ajuda” que coloca no centro das preocupações as parcerias para o alcance de metas comuns através do estabelecimento de relações entre doadores, governos, setor privado e sociedade civil; uma melhor coordenação entre Despesa Pública Nacional e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de forma a assegurar uma gestão mais simples da ajuda por parte dos governos e a alocação dos recursos, segundo as prioridades previamente definidas; o reconhecimento da liderança dos países parceiros na definição das suas próprias estratégias de desenvolvimento e de redução da pobreza; e, finalmente, o desenvolvimento como uma mudança que engloba toda a sociedade, não se tratando de um processo puramente técnico de acumulação de capital. Tendo em conta a “Nova Agenda da ajuda”, as ideias e as políticas de desenvolvimento teriam de emergir dos próprios países, das suas instituições e comunidades (IPAD, 2011b).

As mudanças operadas na cooperação implicaram alterações na composição setorial da ajuda que foi canalizada para setores onde não existia mercado, as infraestruturas e os serviços sociais de base (saúde, educação, água e saneamento...). Nos anos 90, a discussão passou ainda pelas relações entre doadores e recetores e a

eficácia da ajuda. Entram em cena, por isso, os conceitos de parceria, diálogo e participação e muitas organizações reorganizam os seus sistemas de cooperação pela introdução da gestão centrada nos resultados (IPAD, 2011b).

O início do novo milénio constituiu, sem dúvida, uma referência fundamental na cooperação para o desenvolvimento, pois na Cimeira das Nações Unidas, conhecida por Cimeira do Milénio (2000), foram estabelecidos um conjunto de objetivos e de metas, com destaque para os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), que encaminham os esforços coletivos quanto ao combate à pobreza e ao desenvolvimento. Aconteceram, após esta cimeira, um conjunto de conferências internacionais, nomeadamente, a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável, em Setembro de 2002, em Joanesburgo, que impulsionou a realização de parcerias entre países do Norte e Sul e setores público e privado e fechou um triângulo, no qual se incluem a Conferência de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Conferência sobre o Financiamento em Monterrey, em Março de 2002. Uma chamada de atenção para o Consenso de Monterrey que, por um lado, reforçou os esforços dos doadores e países beneficiários na busca de fontes de financiamento inovadoras e alternativas, a importância das parcerias e equacionou um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento, baseado numa abordagem holística e na inter-relação entre comércio, financiamento e desenvolvimento. Por outro lado, permitiu que a comunidade internacional renovasse a sua vontade em cumprir os ODM com destaque para a erradicação da pobreza. Para além disto, realizaram compromissos de carácter quantitativo onde se reiterou a ideia de disponibilizar 0,7 % do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para a APD e de carácter qualitativo onde as preocupações se centraram na qualidade e eficácia da ajuda e na focalização desta nos pobres (IPAD, 2011b).

O percurso levado a cabo até o Consenso de Monterrey aponta em dois sentidos: a necessidade de políticas de cooperação mais eficazes na utilização dos recursos e a necessidade de aumentar esses recursos. As políticas de cooperação passam, por isso, a ser concebidas numa perspetiva de eficácia da ajuda (IPAD, 2011b).

A este propósito realizou-se o I Fórum de Alto Nível para a Harmonização, em 2003, do qual resultou a Declaração de Roma cuja principal conclusão é a de que para aumentar a eficácia da ajuda deveria adotar-se uma abordagem centrada no país, valorizando a sua liderança, reforçando as suas capacidades, identificando diversas modalidades de ajuda e envolvendo a sociedade civil. Em 2005, o II Fórum de Alto Nível para a Eficácia da Ajuda cujos resultados se traduziram na Declaração de Paris

estabeleceu um conjunto de indicadores de progresso a alcançar até 2010 e aprofundou as questões da eficácia da ajuda em cinco dimensões fundamentais: harmonização, alinhamento, apropriação e gestão centrada nos resultados e prestação de contas mútua (IPAD, 2011b).

Salienta-se também, no quadro da OCDE (Organização Para a Cooperação Económica e Desenvolvimento), a necessidade de aumentar a eficácia da ajuda em países com necessidades específicas decorrentes da sua situação de fragilidade que levou, em 2005, à redação dos 10 princípios para o Relacionamento Internacional nos Estados Frágeis (IPAD, 2011b).

No que toca à UE (União Europeia), esta convergência internacional fez-se sentir na política dos 3C (Coordenação, Coerência e Complementaridade) do Tratado de Maastricht e de três comunicações, incluídas no *Package on Aid Effectiveness*. A estes juntam-se o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e a Estratégia UE para África, A UE e África: Rumo a uma Parceria Estratégica, na qual se tem em conta as necessidades regionais e nacionais específicas dos países africanos com vista a promover os ODM, o desenvolvimento, a segurança e a boa governação. Ainda em 2007, a UE aprovou o Código de Conduta sobre Complementaridade e Divisão de Tarefas na Política de Desenvolvimento que reconhece que o desenvolvimento é um processo que deve ser liderado por cada país, conforme o seu contexto e a sua situação específica, pelo que o apoio prestado a estes países deve ser ao nível do reforço das suas capacidades de liderança e de apropriação (IPAD, 2011b).

Em Setembro de 2008, realizou-se o III Fórum de Alto Nível sobre a eficácia da Ajuda, em Acra, em que foi adotada a Agenda para a Ação de Acra que veio reforçar os compromissos da Declaração de Paris relativamente à liderança dos países parceiros face aos seus próprios programas de desenvolvimento, à utilização dos seus sistemas financeiros, orçamentais e outros e à transparência sobre os planos e usos da ajuda (IPAD, 2011b).

De realçar, por último, o IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Busan, na Coreia do Sul, em 2011 que fez a avaliação da Agenda de Acra, o G8 que se revelou importante na definição da agenda económico-financeira internacional para responder aos desafios da globalização e a Cimeira de Pittsburgh, em 2009, que se tornou num fórum de debate das questões da cooperação económica internacional, distinguindo o poder crescente das economias emergentes e de um novo equilíbrio global (IPAD, 2011b).

Com esta retrospectiva depreende-se que as políticas de cooperação para o desenvolvimento evoluíram ao longo do tempo, conforme as críticas, os problemas e os desafios de cada momento. A Cooperação Para o Desenvolvimento em Portugal foi, claro, influenciada por estas mudanças e assume uma forma renovada em 2005 com o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento”, de acordo com o qual a cooperação portuguesa visa a construção de um mundo melhor e mais estável, especialmente nos países lusófonos, assente no desenvolvimento económico e social, na consolidação e no aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito. Os princípios que estão na base da cooperação são: o esforço por prosseguir os ODM, o reforço da segurança humana, especificamente nos Estados frágeis e em situação de pós-conflito, o apoio à lusofonia, enquanto instrumento de capacitação e formação, e ao desenvolvimento sustentável, participação e compromisso perante os esforços internacionais de melhorar a quantidade e a qualidade da ajuda (IPAD, 2011a).

Para melhor perceber as características da cooperação e as suas especificidades, é importante classificá-la segundo os seus canais de execução, os atores e as modalidades de ajuda.

Quanto aos canais de execução, podemos falar de cooperação bilateral, quando os governos doadores doam os fundos de cooperação diretamente aos recetores da ajuda (governos ou organizações dos países recetores), e multilateral, quando os doadores mobilizam os seus fundos para organizações multilaterais internacionais que os utilizam no financiamento das suas atividades e do seu funcionamento (Plataforma das ONGD, 2012).

Encontramos também na cooperação portuguesa, pela sua natureza descentralizada, uma grande variedade de atores, nomeadamente, a administração central representada pelos ministérios das finanças, dos negócios estrangeiros, da ciência e da tecnologia, da defesa e da administração interna e do trabalho e da solidariedade social; os municípios; a Comissão Interministerial (CIC); o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento; as Universidades e instituições científicas; as empresas e, as organizações da sociedade civil com destaque para as ONGD (Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento) (Fernandes, 2005b; IPAD, 2011a).

Relativamente às modalidades de ajuda, vemos que estas têm sido influenciadas tanto pelas opções estratégicas da política de cooperação portuguesa, como pelas

condições e gestão dos governos face aos seus planos de desenvolvimento. A cooperação técnica, que envolve intervenção a nível individual (educação e formação), organizacional (reestruturação, reforma e reforço dos sistemas de gestão) e institucional e societal (quadro institucional, sistemas de remuneração, escalas de promoção, contexto cultural), é a modalidade de ajuda mais usada por Portugal para a capacitação dos países cujo peso na APD bilateral tem rondado os 50 %. Na revisão do documento “Uma Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa”, em 2006, foram definidos importantes princípios para a capacitação através da cooperação técnica, de notar a conjugação entre as estratégias dos países parceiros e os ODM; a prioridade dada à segurança humana, à construção do Estado e ao reforço dos sistemas nacionais de Administração, participação e democracia; a presença de uma abordagem holística para capacitar as instituições e os governos; o reforço da sociedade civil; a participação e o envolvimento nos compromissos internacionais de forma a contribuir para uma parceria global para o desenvolvimento. Na sequência destes princípios e dos acordos de Paris e Acra, o IPAD, em 2006 e 2009, realizou o primeiro e segundo Plano para a Eficácia da Ajuda que determinaram medidas quanto à prestação de contas e transparência; à gestão centrada nos resultados; à abordagem às situações de fragilidade; à monitorização conjunta; à apropriação, alinhamento, harmonização e divisão do trabalho (IPAD, 2011a; IPAD, 2011b)

Para além destas medidas que se tornaram o guia da cooperação técnica para a capacitação, em 2010, o IPAD com as “as Linhas de Orientação para a Cooperação Portuguesa em matéria de Desenvolvimento de Capacidades” realizou uma síntese dos princípios e das boas práticas internacionais em termos da eficácia da ajuda onde salienta a natureza endógena e sistémica do desenvolvimento e a necessidade de uma aprendizagem conjunta que exigem o envolvimento de diversos atores, a concordância de uma visão e o suporte a fim de mobilizar indivíduos, organizações, decisores políticos e sociedade civil para a mudança (IPAD, 2011a).

Outras modalidades de ajuda significativa são: a cooperação financeira através do apoio direto ao orçamento, à balança de pagamentos, às importações ou a setores específicos dos países e através da contribuição para o alívio da dívida externa; a cooperação delegada que se trata da Comissão Europeia implementar as suas ações externas (programas e projetos) por meio de instituições e organizações nacionais dos seus Estados Membros; a cooperação empresarial e as parcerias são outra das modalidades que se sustenta em ações e programas de desenvolvimento do mercado por

apoios diretos à iniciativa privada, a agentes económicos do setor público e a instituições de maneira a criar um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento de parcerias; o fundo da língua portuguesa que é uma comissão interministerial, presidida pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que se compromete a apoiar uma vasta gama de iniciativas que passam pela universalização da língua portuguesa, enquanto instrumento de participação, desenvolvimento, escolaridade e formação; a ajuda humanitária que visa responder a situações de emergência no mundo; e, por fim, o cofinanciamento às ONGD por parte do IPAD que as associam à realização das políticas de cooperação em áreas de interesse comum sempre que se garanta a qualidade do seu desempenho.

A cooperação em Portugal, sendo este um pequeno doador e tendo, por isso, recursos financeiros bastante limitados, procura racionalizar e otimizar os recursos disponíveis e aplica-os nos países onde tem mais experiência. Isto significa que a cooperação engloba países e setores que sofrem de múltiplas carências e onde o país pode acrescentar um valor e fazer a diferença, ou seja, onde apresenta uma vantagem comparativa face a outros países.

Atendendo a estes pressupostos, a cooperação portuguesa concentra-se, logicamente, nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe - e em Timor-Leste, uma vez que têm o português como língua oficial e apresentam sistemas administrativos e legais muito semelhantes. No fundo, são parceiros naturais de Portugal, existindo estreitas relações com as comunidades locais e laços históricos e culturais incontornáveis. Além disto, estes países fazem parte das categorias vulneráveis com prioridade a nível internacional, exceto Cabo-Verde; todos são PMA (Países Menos Avançados); três são Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e três (Angola, Guiné e Timor) estão em situação de pós-conflito e fragilidade.

Como se pode constatar pela grande diversidade de países que Portugal apoia, logo fica claro que a cooperação portuguesa não podia atuar de maneira eficiente e uniforme em todas as áreas e em todos os países onde está presente. Por isso, as prioridades setoriais passaram a orientar-se pelos ODM e pelas vantagens comparativas que Portugal possui. Os setores de intervenção na área da cooperação com mais apoio são, assim, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza através da educação (28 % entre 2005-2010) devido à língua comum, a governação, a democracia e a

participação (25 % no mesmo período) através do desenvolvimento de capacidades institucionais e do fortalecimento da administração pública, dos sistemas fiscais e judiciais e a segurança.

É claro que estas prioridades se adaptam às realidades específicas de cada um dos países e regiões, contudo nunca esquecendo que a eficácia da cooperação depende da concentração geográfica e setorial (IPAD, 2011b).

3.1. A Cooperação para o Desenvolvimento: motivações e lições

A cooperação para o desenvolvimento, como atrás está explicado, conta com uma longa tradição e evolução ao longo do tempo. Neste sentido, as suas motivações variaram também entre países e atores, relacionando-se ou não com os objetivos de desenvolvimento dos países. É importante conhecer as diferentes motivações para perceber como a cooperação é concebida e os impactos que tem.

As motivações podem estar, desta forma, ligadas a objetivos de desenvolvimento. Outras motivações podem ter que ver com a segurança nacional, os interesses políticos, comerciais e de investimento dos diversos países envolvidos. Por isso, muitas vezes, embora o discurso oficial privilegie, como motivo fundamental, o altruísmo, evidenciam-se na prática outras prioridades mais ou menos explícitas, como os interesses económicos e comerciais, o acesso a recursos naturais, a matérias-primas e aos mercados das ex-colónias.

Os principais motivos que estão na base da cooperação são, segundo Afonso (2005), fundamentalmente:

- Os princípios éticos, morais e humanitários que subjazem o princípio de que quem tem maior capacidade financeira tem o dever moral de auxiliar os países com maiores dificuldades económicas e sociais;
- De cariz filosófico e religioso, é um motivo que esteve sempre presente na cooperação, especialmente, no que toca às emergências, catástrofes e situações de grande sofrimento. Engloba a ideia de que os pobres têm direito a uma parte maior dos recursos do mundo e, portanto, ao desenvolvimento. Estes aparecem normalmente combinados com outros motivos;
- Os motivos e interesses económicos e políticos que, apesar de representarem no discurso oficial uma importância secundária, guiam a cooperação, as escolhas que

os países fazem e os instrumentos usados. O facto de as ex-potências coloniais concentrarem a cooperação nas suas antigas colónias não se deve apenas ao sentimento de pertença criado, mas à necessidade de, mantendo os laços históricos, resguardar o acesso privilegiado a recursos e mercados. Até mesmo os países sem passado colonial, como Estados Unidos, Japão, Canadá, orientam as suas políticas de cooperação pelos seus interesses comerciais e políticos;

- Os motivos ambientais e de sustentabilidade e a sua inclusão na cooperação surgiu em meados dos anos 80 com o Relatório *Brundtland* que chama atenção para a interdependência mundial e a necessidade dos problemas ambientais serem tratados de maneira global através de uma estratégia concertada de crescimento;
- As tendências recentes nas motivações estão ligadas à inclusão de um conceito mais amplo de segurança nacional. Nos anos 90, as razões de segurança social diminuíram, porém voltaram a ressurgir com os acontecimentos de 11 de setembro. Para além destas motivações de segurança nacional, existem outras relacionadas com a produção e o comércio de narcóticos e o fornecimento de Bens Públicos Globais (BPG.)

Sabendo o seu percurso histórico, as suas principais características e motivações, falta perceber como é que a cooperação está, o seu presente, de modo a saber para onde deve caminhar, o seu futuro.

Nos últimos anos, a cooperação internacional tem-se focado na busca de maior eficácia através de projetos que atinjam resultados rápidos, tangíveis e mensuráveis, aniquilando, frequentemente, as iniciativas voltadas para o *empowerment* e a transformação. Esta necessidade decorre da pressão para o financiamento, o que leva a que as organizações entrem em competição pela procura de visibilidade e torna mais difícil a ação dos atores locais dos vários países que passam a ser meros executores das diretivas do exterior. Dá-se uma desapropriação dos processos de desenvolvimento (Henriques, 2009).

Consciente desta desapropriação, a cooperação deve retirar, segundo Henriques (2009), algumas lições: a cooperação deve abandonar o pessimismo e concentrar-se nas potencialidades que existem nos países em desenvolvimento, semeando “centelhas de esperança”; as soluções existem, mas nascem de dentro, o que significa que os atores locais possuem as suas próprias perspetivas e soluções e têm, paralelamente, vontade em colocá-las em prática com o apoio de pessoas e organizações que tragam uma ótica do exterior, oportunidades e propostas do contexto internacional; é necessário criarem-

se pontes entre espaços e comunidades onde se vão encontrar dinâmicas transformadoras porque a cooperação deve ser feita entre iguais claro com recursos e experiências diferentes.

Quando falamos em cooperação entre iguais não se quer dizer descentralizada, pois temos que compreender que uma relação sem centro é admitir que não existe uma dinâmica de poder entre as partes envolvidas, o que não é verdade, na medida em que ocupam diferentes posições no mundo. A cooperação é policêntrica, ou seja existem vários centros com diferentes referências culturais, a partir dos quais se podem construir relações de mútuo benefício. O pressuposto que aqui encontramos é o de que não existem sociedades unicamente desenvolvidas ou periféricas. Há que ter consciência da porosidade entre norte e sul e da relatividade dessas posições porque no norte também existem suís e no sul também existem nortes (Schor, 2009).

Exige-se, assim, a localização dos sujeitos e dos centros para os (re) conhecermos e nos encontrarmos com o outro. A base das relações cooperativas, lembra Schor (2009), é a curiosidade empática face ao outro e isso implica ver a partir do outro, ouvi-lo e perceber o seu lugar como parte constituinte dele mesmo. Este deslocar-se para o olhar do outro permite vê-lo além da lonjura com que, habitualmente, o tratamos e construir pontes para a mudança.

As ONGD, cuja intervenção está explicitada no ponto seguinte, poderão assumir um papel de destaque no desenvolvimento como cooperação, já que os seus princípios e valores de base as impelem a aproximarem-se das pessoas e a olharem de facto para além da lonjura com que nos relacionamos com todas as que detêm o rótulo de menos desenvolvidas.

3.2. As Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento

“As ONG só são ONG, na verdadeira aceção política do termo, se oferecerem alternativas aos modelos, práticas e ideias dominantes sobre o desenvolvimento (Bebbington e outros, 2008, cit. in Proença, 2009, p.55)”

Hoje cada vez mais é abordado o papel que o Terceiro Setor desempenha na sociedade. Ao mesmo tempo, fortalece-se a ideia de o tratar como um setor independente da economia porque cobre um largo espectro de organizações sociais e de práticas que não se situam nem do lado do Estado, nem do mercado, portanto,

organizações privadas, mas sem fins lucrativos, e orientadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, mas não estatais (Salamon, Sokolowski, Haddock, & Tice, 2012, Ferreira, 2009 Santos, 1998).

O Terceiro Setor e o debate acerca deste emergiram tanto nos países ditos centrais, como nos periféricos e semiperiféricos, estando nestes últimos não tão ligados à crise do Estado-Providência, mas sim à estruturação do mercado e da sociedade civil de forma a assegurarem os serviços básicos que o Estado não é e, em muitos casos, nunca foi capaz de prestar (Santos, 1998).

Em Portugal, o Terceiro Setor é, segundo a conta satélite de 2009, maior do que o esperado, emprega um número significativo de trabalhadores pagos e gera recursos financeiros, a partir de uma gama diversificada de fontes (Salamon et al., 2012). Podem incorporar-se, no terreno do Terceiro Setor, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações voluntárias, cooperativas, organizações não-governamentais.

Ao longo deste trabalho, a atenção focar-se-á, dentro do Terceiro Setor, nas Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento. O seu crescimento dá-se, essencialmente, a partir dos anos 80, altura em que houve um aumento do financiamento disponível devido à compreensão de que ajuda oficial não estava a ter os resultados esperados, se acentuou a pressão dos doadores para a diminuição da intervenção estatal e se realizaram várias campanhas internacionais que permitiram um maior reconhecimento público do trabalho destas organizações. Em Portugal, a partir de final da década de 80 e início da de 90, os sucessivos governos têm adotado uma política de apoio e de relacionamento com estas organizações que se suporta na seleção rigorosa das prioridades de financiamento e na avaliação dos resultados dos projetos. Estas políticas partem do pressuposto que uma sociedade civil, forte e sã, é uma componente essencial para a construção e o desenvolvimento de democracias e um teste constante às sociedades face a um conjunto de questões como a pobreza, a educação, a igualdade de género. Aposta-se, assim, numa lógica de atuação conjunta onde as ONGD são chamadas a contribuir para uma maior coerência das políticas de desenvolvimento, participando em diversos acordos e protocolos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), e ganham um espaço cada vez mais significativo na realização dos respetivos programas e projetos (IPAD, 2011b).

Estas organizações, cuja visibilidade tem crescido grandemente, têm como objetivos a conceção, o planeamento e a realização de programas e / ou projetos de cariz

social, cultural, ambiental, cívico e económico, sobretudo, em países em vias de desenvolvimento (lei n.º 66/98, artigo 6.º), constituindo-se, segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012), como “parceiros para o desenvolvimento” e “agentes catalisadores”. Focam-se, principalmente, nas comunidades com as quais e para as quais trabalham de forma a reforçarem o tecido associativo; a incentivarem a participação cívica e económica; a melhorarem o acesso a recursos financeiros e técnicos; a promoverem estratégias de preservação do meio-ambiente; e a sensibilizarem, formarem e mobilizarem a opinião pública. Atuam, neste sentido, em diversas áreas, nomeadamente, na cooperação e na educação para o desenvolvimento, na ajuda humanitária e de emergência, na proteção e na promoção dos direitos humanos.

Segundo a Carta Europeia das ONGD (referida em Fernandes, 2005b), os projetos das ONGD orientam-se por três princípios de ação: parceria com outras organizações, grupos locais, instituições públicas e privadas; capacitação das pessoas para que sejam capazes de tomarem decisões em vários domínios da sua vida; e apropriação dos processos de desenvolvimento pelas comunidades de modo a assegurar a sua continuidade e sustentabilidade.

Estas organizações tendem a agir de forma coletiva com vista a potenciarem as suas atividades, melhorarem a sua eficácia, pressionarem os decisores políticos e coordenarem estratégias de representação e atuação ao nível nacional e internacional. Associam-se, assim, a redes temáticas ou confessionais e plataformas nacionais e internacionais (Fernandes, 2005b).

No caso de Portugal, as ONGD são de pequena ou média dimensão com natureza e base diversas (laicas ou confessionais; assentes no voluntariado ou não, mais especializadas ou mais generalistas), podendo ser, essencialmente, caracterizadas pelas áreas de intervenção, zonas geográficas e tipologia de recursos humanos. No que concerne às áreas de intervenção, a cooperação para o desenvolvimento representa a maior fatia das ações concretizadas, depois da ajuda humanitária. No que toca às áreas geográficas, à semelhança da cooperação para o desenvolvimento na sua globalidade, as zonas preferenciais são os países de língua oficial portuguesa (países africanos, Brasil e Timor Leste), ainda que apostem progressivamente em outros países, principalmente, na América Latina. Relativamente aos recursos humanos, sublinha-se que mais de 75 % das pessoas que trabalham nas ONGD possuem formação universitária, 47 % das organizações contam com trabalhadores remunerados e 15 % limitam a sua ação ao trabalho voluntário. Ainda no que respeita às fontes de financiamento, estas recorrem a

fundos da União Europeia e do Governo Português (concedidos pelo IPAD), a fundos privados (conseguidos através de campanhas, quotas, doações de empresas ou instituições) e a fundos próprios (no caso das fundações) (Fernandes, 2005a).

Como conseguem, então, alcançar os objetivos a que se propõem? Existem inúmeras visões acerca desta questão: umas que exageram as suas capacidades e outras que sobrestimam completamente a sua eficácia. Os argumentos a favor centram-se na sua maior flexibilidade e eficiência, na sua menor hierarquização, burocracia e vulnerabilidade à corrupção, tendo menores custos administrativos pelo trabalho voluntário que lhes está associado; na presença de abordagens inovadoras que valorizam as pessoas e as suas capacidades, o *empowerment* e a participação; e, por fim, no seu alcance que possibilita que cheguem a áreas mais remotas onde o Estado não chega. Os argumentos contra acusam as organizações de voluntarismo, não apresentando competências adequadas para a intervenção que realizam; de criação de novas formas de paternalismo e caridade, pois, apesar de se orientarem por valores universais e de serem legitimadas pelas comunidades onde atuam, na verdade as relações de poder continuam a ser assimétricas; de favorecimento das elites locais; de reprodução descontextualizada de modelos desenvolvidos noutros locais; de propagação de mensagens populistas de desgraça que simplificam a resolução das questões do desenvolvimento devido às pressões do financiamento (Proença, 2009).

No seguimento destas ideias, surge, muitas vezes, de acordo com Henriques (2009), a evidência de que as ONGD estabelecem uma relação com as organizações locais e as comunidades fundada em imposições e condicionalismos, ao mesmo tempo que, em nome do desempenho e dos resultados, adotam modelos de gestão empresariais e burocráticos pouco coerentes com os princípios defendidos. Desvirtuam-se, portanto, as relações de proximidade, de diálogo e de partilha e os profissionais destas organizações afastam-se, cada vez mais, dos problemas e das dificuldades das pessoas, preocupando-se mais com questões de financiamento e de carreira. As ONGD transformam-se, nesta visão, em “gestores de ajuda aos pobres”.

Como Shor (2009) afirma, as organizações têm de colocar-se no lugar do outro, ou seja, deslocarem-se para junto das pessoas e compreenderem os seus problemas, o que não acontece, pois sofrem de uma idiosincrasia grave que se consubstancia no facto da sua realidade e prática diferirem fortemente do seu discurso. Isto porque se por um lado surgiram num dado contexto que o seu discurso tenta seguir, por outro a sua prática responde ao contexto atual e aos novos desafios. Além disso, procuram

responder, primeiramente, às exigências dos seus cidadãos e Estados e, pela necessidade de quantificar o desenvolvimento, adotam constantes processos e instrumentos de gestão inovadores, voltando-se para dentro.

Enquanto aprimoram a eficácia dos instrumentos e das metodologias usadas, as organizações esquecem-se do conhecimento do outro e de olhar para fora. Este conhecimento só é possível, como reiteram Bebbington e outros (2008, cit. in Proença, 2009), se as ONGD romperem com o dominante e se comprometerem com formas alternativas de intervenção.

Apesar das inúmeras visões contraditórias acerca do trabalho realizado por estas organizações, é certo que estas assumem, atualmente, um papel central no campo do desenvolvimento, a nível nacional e internacional.

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Metodologia

1.1. Definição do problema, do objeto e dos objetivos do estudo

A partir do enquadramento acima explicitado, em que se percebeu a evolução do conceito de desenvolvimento e as diversas perspectivas que sustentam a sua compreensão e também a importância da cooperação para o desenvolvimento, sobretudo, inserida como parte fundamental na intervenção das Organizações Não-Governamentais, torna-se pertinente agora apresentar o problema que orientou a presente investigação. Assim, definimos como problema de pesquisa a compreensão do papel das ONGD portuguesas, na área da cooperação, na promoção do desenvolvimento das populações dos países em vias de desenvolvimento.

Num contexto em que as ONGD se reconhecem como promotoras do desenvolvimento, pareceu-nos crucial explorar o papel que a sua intervenção tem no mundo atual onde os mais diversos agentes institucionais e não institucionais pensam, falam e empregam a palavra desenvolvimento. Já percebemos que este tem assumido, ao longo do tempo, diferentes significados e, por isso, tem envolvido diversos atores, países, projetos e áreas de intervenção, metodologias, recursos, em suma, formas de ver o mundo e o que nos rodeia. Ora o problema de pesquisa pretendeu dar conta desta diversidade, situando-se no contexto atual e na forma como as ONGD concebem o desenvolvimento e o configuram nas suas práticas. De maneira a delimitar o problema, definiu-se como objeto de estudo a área específica da cooperação por ser a que congrega, dentro das organizações, um maior número de projetos e de âmbitos de atuação e, simultaneamente, a que tem um papel mais central na história do desenvolvimento e da assistência ao desenvolvimento.

Embora, no enquadramento teórico deste trabalho, se representem as múltiplas perspectivas que emergiram do desenvolvimento, o problema de pesquisa sustentou-se, sobretudo, na tendência atual de o assumir policêntrico, dado que existem vários centros com diferentes referências culturais, a partir dos quais se podem construir relações de cooperação e mútuo benefício.

Porque, neste domínio de investigação, são mais as incertezas do que as certezas e mais as questões do que as respostas, interessa, fundamentalmente, clarificar: qual a

concepção de desenvolvimento e de cooperação para o desenvolvimento das ONGD? De que modo são pensados os projetos e a sua respetiva implementação? Em que medida a participação das pessoas locais é tida em conta? Que metodologias de intervenção orientam os projetos e as atividades das diferentes ONGD? Que relação existe entre as políticas de cooperação para o desenvolvimento adotadas a nível nacional / internacional e a intervenção das Organizações? Quais os recursos locais dos países em desenvolvimento que são mobilizados? Como são mobilizados? Quais as potencialidades e os limites da sua atuação? Qual o impacto que as Organizações têm com a sua ação? Quais as mudanças que se evidenciam na vida das pessoas?

De maneira a compreender a lógica e os processos subjacentes a este problema, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a elementos-chave das organizações e analisado, posteriormente, o seu conteúdo, tendo em conta as narrativas e experiências individuais.

Tratando-se, portanto, de uma pesquisa com uma metodologia qualitativa e indutiva não foram criadas hipóteses, mas sim objetivos que guiaram a investigação, a construção das entrevistas, as questões levantadas e a análise do conteúdo. Atendendo ao problema formulado, os objetivos foram:

1. Analisar a intervenção das ONGD's estudadas, ao nível da concepção, do planeamento, implementação e avaliação dos projetos de cooperação para o desenvolvimento;
2. Conhecer as concepções que as Organizações têm de desenvolvimento e de cooperação para o desenvolvimento;
3. Perceber em que medida a participação das pessoas é tida em conta em cada uma das fases de realização dos projetos;
4. Entender de que modo os recursos humanos, materiais, sociais e culturais dos países são mobilizados;
5. Compreender as perceções que as Organizações detêm acerca do impacto da sua ação nas pessoas desses países e quais as potencialidades e limites desta.

1.2. Enquadramento epistemológico e metodológico do problema de investigação

A investigação que foi desenvolvida apresenta um carácter qualitativo, já que é intenção compreender a intervenção das ONGD's por referência aos objetivos que visam atingir e aos processos que utilizam para o efeito. Foca-se na singularidade,

portanto, no caso de cada ONGD, nunca esquecendo a importância de uma visão integrada e, assim, holística do contexto em estudo e a necessidade de o perceber por quem o experiencia e percebe (Coutinho, 2011).

Por se constituir, então, como uma investigação de natureza qualitativa caracteriza-se pela complexidade de uma realidade em constante mudança e composta por diversas dimensões que se relacionam entre si; pela subjetividade ancorada no significado que os sujeitos atribuem ao problema estudado; pela descoberta no sentido de percorrer as rotas do quotidiano não numa lógica de demonstração antes de descoberta, tendo como ponto de partida uma permanente atitude de interrogação que se insinua numa curiosidade espontânea por tudo querer saber e compreender (Pais, 2007); e pela presença de uma lógica indutiva porque é a partir da realidade, ou seja, das dinâmicas e percepções das ONGD que se torna possível produzir conhecimento, ainda que a pesquisa não comece como uma tábua rasa, pois existe sempre um primeiro entendimento, aqui consubstanciado no enquadramento teórico, do objeto e do campo estudado. Claro que as teorias apresentadas neste enquadramento não são representações certas ou erradas, mas versões e perspectivas fruto da construção de cada um sobre o mundo (Dezin & Lincoln, 1994 cit. in Coutinho, 2011; Flick, 2009). Outro aspeto central é a não linearidade e, portanto, a circularidade e a interação entre todas as fases do processo de pesquisa que é, segundo Flick (2009), uma das mais-valias da abordagem qualitativa porque permite ao investigador refletir permanentemente no seu objeto de estudo como um todo e em aspetos particulares com vista a iluminar outros. Podemos ainda, atendendo ao seu cariz qualitativo, considerar esta investigação um estudo de caso, visto que se trata do estudo detalhado e intensivo de um conjunto de ONGD e os objetivos definidos e as perguntas colocadas expressam o desejo de conhecer o “como” e o “porquê” (Yin, 1994, cit. in Coutinho, 2011). Existirá, neste sentido, uma componente descritiva e analítica, articulando-se a investigação com outros casos / teoria e produzindo novos conhecimentos e linhas orientadoras para pesquisas futuras (Pontes, 1994, cit. in Coutinho, 2011). Há ainda que referir que a tipologia de estudo de caso é coletiva, já que se estende a vários casos, permitindo uma análise mais profunda e detalhada do fenómeno (Coutinho, 2011).

Tendo em conta que estamos perante um estudo de caso, é importante recorrer a diversas técnicas características da investigação qualitativa e a múltiplas fontes de dados, o que permitirá obter diferentes perspetivas acerca do problema estudado e o

cruzamento / triangulação da informação. A triangulação constitui, assim, uma fonte de crítica e complementaridade da informação.

A principal técnica de recolha de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, a qual, através de um guião de perguntas suficientemente aberto à integração de novas questões e assuntos, possibilita a construção de uma imagem detalhada das crenças e das perceções dos sujeitos acerca de um determinado tema. As entrevistas concretizadas procuraram, deste modo, obter novos conhecimentos, apreendendo as questões a partir dos sujeitos que vivenciam a realidade estudada e são, no fundo, eles próprios promotores do desenvolvimento e assumindo que as suas narrativas refletem os significados que estes atribuem às suas experiências (Miller & Glassner, 1990; Smith, 1995). Além disso, complementámos as informações recolhidas pelas entrevistas com a análise de documentos, sobretudo, relativos à identidade de cada organização que incluem a sua história, a sua evolução ao longo do tempo, os seus valores e princípios, a sua missão e os seus objetivos.

A análise de dados focou-se nas narrativas que foram manifestadas ou sugeridas pelas respostas dos entrevistados cujos significados, que não são facilmente capturados, exigiram o envolvimento do investigador numa relação interpretativa com o texto. Tomámos uma perspetiva fenomenológica, em que reconhecemos que os significados interagem e são negociados dentro de um dado contexto social (Miller & Glassner, 1990). Para tratar os dados recorreremos, por conseguinte, à análise de conteúdo que, segundo Coutinho (2011, p.193), “ (...) consiste em avaliar de forma sistemática um corpo de texto (ou material audiovisual), por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados chave que possibilitem uma comparação posterior (...)”. Trata-se, portanto, de encontrar regularidades nos dados e de organizar as palavras/signos em unidades de análises. Esta análise de conteúdo teve um carácter exploratório, pois os resultados advieram da metodologia de análise e não de um quadro teórico previamente estabelecido.

1.3. Definição da amostra

1.3.1. Definição dos critérios da amostra

Como nos posicionamos numa pesquisa qualitativa, as pessoas que constituíram o estudo, tal como os métodos, foram selecionados de acordo com a sua relevância para

a investigação. Portanto, a constituição da amostra foi feita por um processo de amostragem não probabilístico intencional e, por isso, os participantes foram identificados pela listagem das organizações que integram a Plataforma Portuguesa das ONGD.

De entre as mais de sessenta e cinco associadas à Plataforma procurámos as que poderiam ter uma característica distintiva e, nesse sentido, o critério fundamental de seleção baseou-se nas organizações que atuam além do território abrangido pela CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Porque as ONGD portuguesas centram a sua área de atuação essencialmente neste espaço pela proximidade da língua e os laços históricos e culturais comuns, considerámos que aquelas que atuam não só nestes territórios geográficos mas para além destes dariam um contributo mais rico a este estudo com pontos de vista e experiências bastante diferentes da maioria. Sendo que o problema de pesquisa tem por base os processos subjacentes à promoção do desenvolvimento, na área da cooperação, e a diversidade que a este é inerente, revela-se preponderante integrar na amostra organizações cuja intervenção se situa em contextos bastantes diferenciados com referências culturais e recursos também diversos.

Antes de contactar as organizações, realizámos, primeiramente, uma aproximação à Plataforma Portuguesa das ONGD. Por ser uma entidade que procura melhorar e fomentar a intervenção das ONGD a vários níveis (político, legislativo e social) e divulgar as suas boas práticas, apostando, como um vetor do seu trabalho, no aumento de conhecimento e na investigação, considerámos pertinente que esta se envolvesse no estudo, ajudando na preparação e concretização de um *focus group*. Uma vez que a principal técnica de recolha de informação foi a entrevista e, neste sentido, não foi incluído o universo total de ONGD, mas apenas algumas, com base no critério acima explicitado, surgiu a possibilidade de realizar um *focus group*, a fim de cobrir um número mais alargado de ONGD, fornecer pistas a explorar nas entrevistas e permitir que a triangulação da informação fosse mais rica. A Plataforma mostrou total disponibilidade em participar no que fosse necessário.

Para além da Plataforma, as oito organizações que se incluíam no critério de amostragem acima explicitado foram contactadas, primeiro telefonicamente e depois via correio eletrónico, e foram explicados os objetivos do estudo e o propósito da entrevista. Embora a demora na resposta tenha marcado este contacto inicial devido aos inúmeros compromissos que as organizações têm, quatro das ONGD responderam positivamente.

Estas quatro ONGD têm sede em Lisboa, o que exigiu que nos deslocássemos até lá para a realização das entrevistas que decorreram num período de três semanas.

A dificuldade em ajustar a data do *focus group* com a Plataforma levou a que este não se realizasse, pois as entrevistas já estavam a decorrer. No entanto, aproveitámos o contacto já feito com a Plataforma para a concretização de uma entrevista, já que esta congrega as ONGD e desenvolve um amplo trabalho ao nível da formação, quanto às questões do desenvolvimento e da cooperação, adicionando, certamente, um contributo importante a este estudo.

Desta forma, a amostra contou com cinco entrevistados, sendo que quatro pertencem às ONGD que se incluem no critério de seleção definido inicialmente e o outro entrevistado respondeu às necessidades que surgiram no decurso da investigação e contribuiu com a sua especificidade para a diversidade e a complexidade pretendidas neste estudo de caso.

1.3.2. Caracterização dos entrevistados

As variáveis sociodemográficas usadas para caracterizar os entrevistados foram o género, a idade, a formação académica e os papéis que assumem dentro das organizações.

O grupo de entrevistados foi composto por cinco indivíduos, três do sexo masculino e dois do sexo feminino. As suas idades situam-se na sua maioria, tanto nos homens, como nas mulheres, entre os 30 e os 45 anos.

No que respeita ao nível de escolaridade, todos possuem estudos superiores, licenciatura e mestrado, e, relativamente aos seus papéis, à exceção de um, todos ocupam cargos de direção dentro das organizações e estiveram envolvidos em projetos de cooperação para o desenvolvimento.

1.3.4. Breve descrição dos entrevistados

Ainda que todos os entrevistados tenham em comum o interesse pela área do desenvolvimento, apresentam percursos bastante diferentes. Para dar conta dessa diversidade, far-se-á uma breve descrição dos entrevistados, informação recolhida através das entrevistas.

E1: Mulher, mestre em literatura medieval portuguesa. Numa viagem que fez, percebeu que sem os direitos humanos torna-se difícil promover o desenvolvimento e, assim, ancorada nesta convicção tem estado envolvida em diversos projetos de cooperação. A entrevista aconteceu em sua casa, sede da organização.

E2: Homem, licenciado em gestão de empresas e mestre em estudos de desenvolvimento. Trabalha há doze anos na área da cooperação. A sua principal motivação para trabalhar neste campo é o facto de saber que está a contribuir para o bem-estar e a melhoria das condições de vida de pessoas desprovidas das oportunidades a que estamos habituados e também para a aproximação entre os povos e as culturas. A entrevista decorreu na sede da organização.

E3: Mulher, licenciada em sociologia e a concluir o mestrado. A sua motivação para trabalhar nesta área tem que ver com a sua participação, enquanto voluntária, e depois, enquanto profissional, em projetos de cooperação e de ajuda humanitária. A entrevista aconteceu na sede da organização.

E4: Homem, licenciado em relações internacionais e com o mestrado em ajuda humanitária. Trabalha no campo do desenvolvimento há quase dezoito anos. As suas motivações, que estão muito relacionadas com o seu percurso académico, devem-se ao seu interesse em conhecer de modo mais próximo outras realidades, outras culturas, outras formas de estar, de ver e sentir o mundo. A entrevista decorreu na sede da organização.

E5: Homem, é licenciado em Relações Internacionais e trabalha na área do desenvolvimento há já onze anos. As suas motivações remontam à sua experiência num projeto de cooperação, em que teve a possibilidade de contactar com o mundo da cooperação e da educação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária e de intervir no terreno, percebendo o trabalho das ONGD e o impacto que este tem. A entrevista decorreu na sede da organização.

1.4. Procedimentos

1.4.1. Recolha de dados

1.4.1.1. Entrevista

No que diz respeito aos procedimentos éticos, antes da realização das entrevistas, foram explicitados aos participantes os objetivos do estudo e assegurada a confidencialidade dos dados recolhidos, usados apenas para fins da presente investigação. De forma a assegurar a confidencialidade, foi explicado que o nome dos participantes e outras informações pessoais que poderiam levar à identificação dos entrevistados iriam ser ocultadas e substituídas por códigos de identificação. Além disso, assegurou-se o envio do presente estudo, após a defesa oral do mesmo, a cada participante.

Como já foi referido, a principal técnica de recolha de dados foi a entrevista semiestruturada que foi organizada segundo alguns tópicos essenciais que procuraram dar resposta aos objetivos inicialmente propostos pela investigação, sempre com a abertura a novos temas e assuntos trazidos pelos participantes. Podemos dizer que o guião da entrevista foi dividido em duas grandes partes: uma mais relacionada com a identidade e o papel das ONGD e de cada organização em específico e outra relativa à sua intervenção e ao modo como esta se processa. O guião está, assim, organizado nos seguintes tópicos (consultar Anexo I):

1. As ONGD no contexto nacional e internacional: qual o papel que as organizações têm nos países em desenvolvimento; de que modo a sociedade portuguesa vê a realidade das ONGD e destes países; qual a relação que as organizações estabelecem com as políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais e os desafios que atualmente enfrentam;
2. Identidade da ONGD: contextualização acerca da organização com especial destaque para o seu estatuto sociojurídico e ano de fundação, a sua história e evolução ao longo do tempo, a sua missão, os seus valores e objetivos;
3. Intervenção da organização: quais os países onde está e as áreas de atuação e como é que quer os países, quer as áreas são definidos; quais as motivações da organização para intervir além dos PALOP e Timor-Leste; como é que a organização concebe e percebe o desenvolvimento e, especificamente, a cooperação para o

- desenvolvimento; de que modo a intervenção da ONGD se adequa aos valores e objetivos por ela estabelecidos;
4. Conceção da intervenção¹: como é realizado o diagnóstico das necessidades e dos problemas; quais os recursos e as metodologias mobilizadas; em que medida a participação das pessoas locais é tida em conta;
 5. Planeamento da intervenção: qual a concordância entre o que é planeado e as necessidades e os problemas identificados; quais os recursos e as metodologias mobilizadas; em que medida a participação das pessoas locais é tida em conta;
 6. Implementação da intervenção: qual a relação entre o planeamento e a intervenção (capacidade do planeamento adaptar-se às situações e circunstâncias em que decorre a sua implementação); qual a duração dos projetos em média e as ações e atividades desenvolvidas; quais os recursos e as metodologias mobilizadas; em que medida a participação das pessoas locais é tida em conta;
 7. Avaliação da intervenção: identificar o tipo de avaliação e a perspetiva que a organização tem acerca do papel desta; quais os recursos e as metodologias mobilizadas; em que medida a participação das pessoas é tida em conta;
 8. O impacto: como é que as ONGD percecionam o seu impacto e como é que as pessoas veem o impacto da intervenção das ONGD nas suas vidas (o que a ONGD observa e perceciona face aos comportamentos e as narrativas dos próprios sujeitos).

Atendendo, neste estudo, ao carácter particular da Plataforma e ao facto desta não desenvolver projetos de cooperação, o guião de entrevista (ver Anexo II) precisou de ser adaptado, mantendo-se igual até ao tópico “Identidade da organização”. A partir deste ponto, retiraram-se todas as questões relativas ao desenho e à concretização de projetos de cooperação e alterou-se o nome do tópico “Intervenção da organização” para “Intervenção da Plataforma” e integraram-se aqui novas questões, nomeadamente, o tipo de atividades realizadas; a conceção de cooperação e de desenvolvimento na sua perspetiva; o papel da Plataforma na definição das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais e a sua influência quanto à transmissão do conhecimento e

¹ A partir deste tópico da entrevista, a influência dos mundos culturais de cada país e as suas especificidades passou a ser um aspeto a avaliar em cada uma das fases da intervenção. Para além disso, foi pedido que cada entrevistado recorresse a exemplos concretos de projetos, dando-nos uma visão mais realista e prática de como as coisas acontecem.

mesmo na intervenção das organizações; a relação desta com a sociedade civil e a sua adequação aos valores e objetivos, inicialmente, definidos.

A sequência dos tópicos obedece à lógica do mais global para o particular. Assim, primeiro, procurou-se que o entrevistado inserisse as ONGD num quadro mais amplo, na sua relação com múltiplos atores e contextos e depois olhasse para a organização do qual faz parte e fosse capaz de transmitir como é que esta funciona e a intervenção que realiza por referência a diversos elementos considerados importantes para compreender de que modo o desenvolvimento é concebido e promovido.

As entrevistas foram gravadas em formato áudio, transcritas na íntegra e foram analisadas segundo os procedimentos que irão ser explicados mais à frente. A sua duração variou entre 30 e 90 minutos, sendo a sua duração média de 60 minutos. As entrevistas ocorreram na sede das organizações que se situam, na sua maioria, em Lisboa, o que significa que houve o cuidado de entrevistar os participantes num ambiente que lhes era familiar e em que à partida se sentiam mais confortáveis. Mesmo assim, por vezes, tornou-se difícil conduzir as entrevistas pelas interrupções que foram feitas devido, essencialmente, ao espaço físico limitado das organizações.

No início da entrevista, reforçou-se, novamente, os objetivos do estudo e procurou-se deixar os participantes à vontade, entregando, a pedido de alguns, o guião para que se familiarizassem com as questões e os assuntos tratados. Claro que as entrevistas, como adverte Smith (1995), não seguiram exatamente a sequência do guião, na medida em que foi necessário uma sensibilidade ao que cada entrevistado ia dizendo e às suas diferenças no modo de explicitar os assuntos. Por conseguinte, houve sempre a abertura, desde que se considerasse adequado, para, por exemplo, fazer uma pergunta no final que aparece no início do guião e vice-versa e para acolher temas trazidos pelos entrevistados que, muitas vezes, não estavam previstos, mas que tinham toda a pertinência no problema estudado. Embora esta abertura seja fundamental, torna, simultaneamente, difícil gerir a conversa de maneira a que esta não se mova para muito longe do domínio da investigação. Quando isto acontecia, a investigadora tentava que os participantes se voltassem a focar no essencial.

Sendo uma entrevista semiestruturada, o papel da investigadora, no decorrer desta, foi, como reitera Smith (1995), de facilitadora e guia. Existiu, neste sentido, um esforço por parte da investigadora em estudar, previamente, o guião, para que fosse mais capaz de se concentrar no que os entrevistados diziam e olhar apenas para fazer a

cobertura dos tópicos e fornecer algumas pistas sempre que os participantes apresentavam dificuldades.

A propósito disto, a investigadora esteve constantemente atenta de forma a não enviesar ou condicionar o discurso dos entrevistados, quando estes se viam confrontados com questões sobre as quais nunca tinham pensado e necessitavam de algum tempo para organizar o discurso. Sempre que estes tinham dificuldades em explicar algum aspeto ou concluir o raciocínio, a investigadora tentava, de maneira a que os entrevistados percebessem que estavam a ser ouvidos e compreendidos, parafrasear e devolver os aspetos focais da sua intervenção. Nas situações em que os participantes pareciam sentir-se menos à vontade com os assuntos ou eram questões mais sensíveis e menos positivas, desenvolveu-se uma atitude empática para que estes conseguissem prosseguir o discurso. Por vezes, nestas situações, o conhecimento prévio da investigadora quanto à realidade das ONGD ajudou a desenvolver a empatia e a mostrar aos entrevistados que estavam a ser compreendidos, ainda que possa ter influenciado algumas respostas. Porém, tratando-se de uma investigação qualitativa é importante que o investigador assuma, como já foi referido atrás, o papel de facilitador, sobretudo, em momentos em que os participantes mostram estar mais desconfortáveis e tendem a ter uma atitude mais defensiva face ao que vão dizer.

1.4.1.2. Análise documental

A análise documental serviu para complementar as informações recolhidas nas entrevistas acerca da identidade das organizações. Foram consultados relatórios e documentos disponíveis *online* recomendados pelos entrevistados que possibilitaram, depois, a caracterização das ONGD. Os indicadores que serviram de base a esta análise foram (ver anexo III): o ano de fundação, o estatuto sociojurídico, a missão e a visão, os objetivos e os valores.

1.5. Análise de conteúdo

1.5.1. Técnica utilizada

A análise numa investigação qualitativa não é mecânica, mas antes o que determina o seu valor é a qualidade do trabalho interpretativo realizado pelo

investigador. Este deve ser um trabalho sistemático, criativo, perspicaz e adaptado aos objetivos pretendidos. Por isso, é crucial escolher um procedimento adequado que permita apreender as perspectivas que são sugeridas ou manifestadas nas respostas dos entrevistados e, no fundo, representam uma parte da sua identidade e da identidade das organizações (Smith, 1995).

Na investigação qualitativa, a análise de conteúdo é o procedimento mais utilizado e foi também o adotado para interpretar os dados recolhidos. A interpretação tem como principal objetivo compreender o conteúdo e a complexidade dos significados presentes no discurso dos sujeitos, em vez de criar uma medida de frequência. Isso exigiu que a investigadora assumisse um papel ativo de grande envolvimento e relação com a informação recolhida através dos entrevistados. Embora este seja um processo que demora algum tempo, pareceu-nos ser o mais adequado aos objetivos do estudo, pois permite identificar no texto unidades de significado, os temas emergentes e categorizar os dados de maneira coerente. Evidentemente que houve um contínuo esforço por não enviesar os dados, lendo várias vezes os excertos originais e não interpretando para além daquilo que os entrevistados disseram.

A realidade em estudo é um espaço múltiplo, dinâmico e complexo constituído por pessoas com diferentes sentimentos, valores, ideologias, pensamentos, opiniões, representações e rotinas e, por conseguinte, uma atitude investigativa vigilante, analítica e crítica é crucial para a conseguir desvendar. A análise realizada procurou, nesta linha de pensamento, fazer uma leitura constante dos dados e descobrir em cada leitura novos significados e uma nova compreensão sobre a realidade.

Deste modo, a análise de conteúdo, depois das entrevistas gravadas e transcritas na íntegra, percorreu os seguintes passos:

1. Leitura inicial: realizou-se uma primeira leitura, a chamada leitura flutuante (Coutinho, 2011), de todas as entrevistas, na sua totalidade, a fim de obter uma primeira imagem global dos dados, levantar algumas hipóteses e questões norteadoras e pensar numa possível organização das entrevistas por eixos e categorias;
2. Segunda leitura das entrevistas: todas as entrevistas foram relidas e, como nos indica Mayring (1983, cit. in Flick, 2009), foram selecionadas as partes mais relevantes para responder ao problema de investigação. Estas partes relativas ao que o entrevistado disse de importante e significativo foram coletadas num documento separado do excerto original;

3. Organização dos eixos: após a segunda leitura das entrevistas, organizou-se o conteúdo selecionado por eixos temáticos (confrontar anexo IV), ou seja identificaram-se temas chave relacionados com as questões do guião da entrevista e fizeram-se as associações preliminares;
4. Categorização: depois dos eixos organizados, procedeu-se à construção de dimensões, das categorias e subcategorias, caso a caso, avançando apenas para o próximo quando a análise atingia um ponto de saturação e não produzia nenhum indício de classificação pertinente. Esta fase foi de suma importância para procurar ligações entre os temas, percebendo, claramente, que alguns se agrupam ou são considerados conceitos principais ou subordinados. Alguns temas também funcionam como ímanes, atraindo outros e explicando-os. Alguns deles ainda correspondem aos do guião, outros são novos fruto da direção que as entrevistas tomaram com cada participante. Com esta divisão, foi necessário olhar novamente para as transcrições, no sentido de verificar se as ligações feitas se coadunavam com o que cada pessoa disse. Em suma, definiram-se os eixos temáticos que capturavam as perspetivas dos entrevistados, produziu-se uma lista dos eixos principais, ordenada coerentemente, e identificaram-se para cada um deles as respetivas dimensões, categorias e subcategorias (consultar anexo V);
5. Descrição das dimensões, categorias e subcategorias: já devidamente identificadas, seguiu-se a descrição e exemplificação de cada dimensão, categoria e subcategoria. Neste sentido, foi necessário reler as entrevistas e retirar um exemplo (dos excertos) que ilustrasse uma unidade de contexto para cada uma delas;
6. Categorização: depois da descrição realizada, procedeu-se à contabilização das unidades de contexto por cada dimensão, categoria e subcategoria (unidades de registo);
7. Análise empírica: Organizadas as unidades de contexto e de registo, iniciou-se a análise dos dados propriamente dita através do cruzamento e do estabelecimento de relações entre os temas resultantes da interpretação de cada eixo.

1.5.2. Descrição dos eixos

O eixo 1 diz respeito às especificidades das ONGD, quer dizer os aspetos que as distinguem de outro tipo de organizações por representarem um coletivo essencialmente vocacionado para o desenvolvimento. Identificou-se uma dimensão relacionada com as suas finalidades onde se ressalta o seu papel facilitador/catalisador e outra relativa ao tipo de intervenção que realiza, em que se destaca a sua proximidade às populações e a sua capacidade de responder a necessidades que, muitas vezes, o sector privado e público não conseguem suprir.

O eixo 2 engloba as ONGD em relação ao contexto nacional e internacional, dando conta dos vários elementos que a caracterizam. O objetivo deste eixo foi por um lado, compreender de que forma a sociedade portuguesa lida com a realidade das ONGD e por outro, de que modo estas seguem as diretrizes e as tendências das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais. Denota-se na sociedade portuguesa a descrença nas organizações e o foco das pessoas nos problemas internos e quanto às políticas de desenvolvimento a nível nacional vemos uma orientação claramente motivada pelos laços históricos e a nível internacional o seguimento das diretrizes europeias e internacionais.

O eixo 3 abarca os desafios das ONGD, ou seja tudo aquilo que estas consideram, no momento atual, como questões emergentes que exigem uma reflexão mais crítica quer por parte da sociedade em geral, quer dentro das próprias organizações. Nos desafios, encontramos as dimensões do financiamento, das transformações que têm ocorrido no mundo, da necessidade das organizações apostarem na sua definição estratégica, nos recursos humanos e na comunicação.

O eixo 4 refere-se às conceções de desenvolvimento e, portanto, à forma como as organizações percecionam e colocam em prática o desenvolvimento nos seus projetos. Assim, incluiu-se, neste eixo, uma dimensão: a ação para o desenvolvimento que será mais ou menos diretiva, emancipadora ou multidimensional, consoante as perspetivas que cada organização tem de desenvolvimento e de como este deve ser, depois, operacionalizado no terreno.

O eixo 5 caracteriza a intervenção das ONGD, tendo por base oito dimensões: os países de atuação; a influência que as especificidades culturais de cada país têm; o diagnóstico; o planeamento; a implementação; a avaliação; o impacto e a sustentabilidade.

À semelhança do guião de entrevista, a construção dos eixos e a sua sequência obedece à lógica do mais geral para o particular, dando, primeiramente, uma imagem global das ONGD portuguesas e, posteriormente, especificando o caso de cada organização.

2. Apresentação dos resultados

2.1. Caracterização das organizações

A apresentação dos resultados iniciar-se-á com uma breve caracterização das organizações (cf. Quadro 1, Anexo III) que fazem parte do estudo de caso, atendendo ao ano de fundação, ao estatuto sociojurídico, à missão e visão, aos objetivos e valores, aos países e áreas de atuação.

As cinco organizações entrevistadas são associações e nasceram por volta dos anos 80, o que se justifica, como já foi indicado atrás, pelo contexto mais favorável ao florescimento de iniciativas da sociedade civil e pelo aumento do financiamento disponível devido à consciência de que a intervenção estatal não estava a ter os resultados esperados.

A missão e os objetivos das ONGD passam, fundamentalmente, por promover processos de desenvolvimento sustentável, em que os atores locais são envolvidos e responsabilizados de maneira a criarem mudanças e a usufruírem de uma vida digna. A Plataforma, apresentando-se aqui como um caso particular, desenvolve um trabalho de suporte às organizações, divulgando a sua intervenção e exercendo influência junto das entidades políticas, legislativas e sociais.

Relativamente à visão, as organizações defendem um mundo em que a pobreza e a desigualdade não tenham lugar e em que todos os seres humanos possam viver uma vida plenamente digna, independentemente da sua origem e das suas circunstâncias de vida.

Quanto aos valores, existe uma coerência entre as organizações face ao que defendem e, por conseguinte, identificam-se valores comuns, nomeadamente, a transparência, a responsabilidade, a solidariedade, o respeito pelos direitos humanos, a justiça e a equidade.

De notar que apenas uma das organizações tem cariz religioso e inspira os seus valores nas crenças cristãs, embora na intervenção não faça elitismo e envolva qualquer pessoa independentemente da sua filiação religiosa. Diferencia-se das outras pelos seus princípios cristãos e por considerar, como tal, que possui uma responsabilidade social acrescida.

No que respeita aos países de intervenção, abrangem os PALOP e Timor, mas não se restringem a este âmbito geográfico, sendo que a ADRA trabalha no Burkina-

Faso e na Mongólia, a ADDHU no Quênia, a Saúde em Português no Haiti e nas Filipinas e a OIKOS no Peru, em Cuba, em El Salvador, na Guatemala, na Nicarágua, nas Honduras e na Costa Rica.

As áreas de atuação incluem a diversidade contemplada pela Plataforma das ONGD (2012), nomeadamente: a educação não formal, a igualdade de género, a saúde, o desenvolvimento económico e rural, o ambiente, o saneamento básico, a governação e a capacitação das estruturas locais, e, no caso da Plataforma, a influência política e a investigação.

As ONGD que compõem este estudo de caso apresentam características identitárias comuns e uma diversidade considerável de países e áreas de atuação. Tendo em conta que o D da sua nomenclatura significa desenvolvimento e a sua finalidade é realmente a promoção deste, há que pontuar o seu esforço por estarem próximas das populações e serem o mais globais possíveis, estando onde é mais preciso e adequando as necessidades existentes aos seus recursos e à sua capacidade de resposta.

2.2. Frequência relativa de dimensões, categorias e subcategorias por eixo

Já apresentados os eixos, seguir-se-á a apresentação dos principais resultados em cada um deles (ver anexo V).

No eixo 1 “Especificidades das ONGD” apurou-se que na dimensão das “finalidades” (A) temos a categoria “facilitadoras/catalisadoras” (A1), sendo que a “responsabilização dos atores locais” (A1.1) é a subcategoria mais frequente com 3 ocorrências e a “consciencialização das comunidades” (A1.2) é a subcategoria referida por um entrevistado.

Relativamente à dimensão “tipo de intervenção” (B), na categoria “proximidade às populações” (B1) e na respetiva subcategoria “abordagem de baixo para cima” (B1.1) registam-se 2 ocorrências, assim como na categoria “relação público-privado” (B2) e na subcategoria “capacidade de adaptação” (B2.1).

No eixo 2 “As ONGD em relação ao contexto nacional e internacional” verificou-se que na dimensão “relação com a sociedade portuguesa” (C) e na categoria “descrença nas ONGD” (C1) a subcategoria “falta de reconhecimento público” (C1.1) tem maior ênfase com 4 ocorrências, a subcategoria “falta de discussão política” (C1.2) conta com 1 ocorrência e a subcategoria “falta de conhecimento da intervenção” (C1.3)

revela 2 ocorrências. Ainda na mesma dimensão, na categoria “foco nos problemas internos” (C2) a subcategoria “auto-centração” (C2.1) apresenta 2 ocorrências e a subcategoria “falta de sensibilidade” (C2.2) 1 registo. Quanto à dimensão “relação com as políticas de desenvolvimento” (D), na categoria “motivada pelos laços históricos” (D1) a subcategoria “priorização dos PALOP e Timor” (D1.1) é mencionada por 2 entrevistados e na categoria “seguimento das diretrizes europeias e internacionais” (D2) a subcategoria “coerência entre a intervenção e as diretrizes” (D2.1) é referida também por 2 entrevistados.

No eixo 3 “Desafios das ONGD”, na dimensão “financiamento” (E) e na categoria “diminuição dos apoios concedidos” (E1) a subcategoria “dificuldade no acesso” (E1.1) acolhe um amplo consenso, pois é suportada pelos 5 entrevistados. Na categoria “alternativas ao financiamento tradicional” (E2), as subcategorias “doadores privados” (E2.1) e “organizações internacionais” (E2.2) têm 2 ocorrências, enquanto a subcategoria “Universidades” (E2.3) tem 1 ocorrência. Na dimensão “transformações mundiais” (F), a categoria “necessidade de intervir nos países desenvolvidos” (F1) e a subcategoria “mundialização da pobreza” (F1.1) compreendem 1 registo, tal como a categoria “relações sul-sul” (F2) e a subcategoria “papel mais relevante dos países do sul” (F2.1). Já na dimensão “definição estratégica” (G), a categoria “definição de objetivos” (G1) e a subcategoria “ausência de objetivos” (G1.1) registam 1 ocorrência, à semelhança da categoria “orientação para a ação” (G2) e da subcategoria “falta de clareza” (G2.1). Na dimensão “recursos humanos” (H), a categoria “formação de profissionais” (H1) e a subcategoria “falta de profissionais com experiência” (H1.1) possuem 1 registo. Na dimensão “comunicação” (I), a categoria “sensibilização da sociedade” (I1) e a subcategoria “falta de visibilidade” (I1.1) conta com 1 registo, bem como a categoria “preservação dos valores” (I2) e a subcategoria “perda da importância da cooperação na política portuguesa” (I2.1).

No eixo 4 “Conceções de desenvolvimento”, na dimensão “ação para o desenvolvimento” (J) a categoria “diretiva/replicadora” (J1) e a subcategoria “exercício de autoridade” (J1.1) contam apenas com 1 registo, enquanto a subcategoria “transmissão de valores” (J1.2) com 2 registos. Na categoria “emancipadora/capacitadora” (J2), a subcategoria “troca cultural” (J2.1) é indicada por 1 entrevistado, a subcategoria “participação” (J2.2) distingue-se por ser notada pelos 5 entrevistados e a subcategoria “defesa dos direitos humanos” (J2.3) é explicitada por 2

entrevistados. Na categoria “integrada” (J3), a subcategoria “visão holística da realidade” (J3.1) tem 3 ocorrências.

No eixo 5 “Intervenção das ONGD”, na dimensão “países de atuação” (K) e na categoria “motivação para intervir além dos PALOP e Timor” (K1) a subcategoria “resposta a necessidades emergentes” (K1.1) surge com 3 ocorrências e as subcategorias “resposta a situações de ajuda humanitária e de emergência” (K1.2) e “capacidade de resposta da organização” (K1.3) apresentam 1 ocorrência. Na dimensão “influência da cultura de cada país” (L) e na categoria “obstáculos à intervenção” (L1), a subcategoria “falta de maturidade das entidades governamentais” (L1.1) é frisada por 3 entrevistados, a subcategoria “falta de maturidade das estruturas civis e sociais” (L1.2) é referida por 2 entrevistados e as subcategorias “falta de conhecimentos” (L1.3) e “falta de interesse da comunidade internacional” (L1.4) são apresentadas por 1 entrevistado. Relativa a esta dimensão ainda e na categoria “resposta das organizações” (L2), a subcategoria “contacto com a realidade” (L2.1) regista 1 ocorrência, a subcategoria “importância de um coordenador local no terreno” (L2.2) conta com 2 ocorrências e a subcategoria “necessidade de adaptação” (L2.3) comporta 3 registos. Na dimensão “diagnóstico” (M) e na categoria “processo de realização” (M1), a subcategoria “experiência no terreno” (M1.1) marca 2 registos e as subcategorias “leitura de documentos internacionais” (M1.2) e “uso de novas tecnologias” (M1.3) têm apenas 1 registo. Na categoria “âmbito de atuação da ONGD” (M2), a subcategoria “adequação à identidade da organização” (M2.1) acolhe 1 contributo e na categoria “adequação à realidade local” (M3) vemos que as subcategorias “envolvimento da comunidade” (M3.1) e “construção de parcerias” (M3.2) são sublinhadas por 3 entrevistados. Referente ainda ao diagnóstico, na categoria “metodologias usadas” (M4) a subcategoria “análise *SWOT*” (M4.1) tem 1 registo e as subcategorias “árvore de problemas e objetivos” (M4.2) e “matriz lógica” (M4.3) 2 registos. Na categoria “fatores envolvidos na aplicação das metodologias” (M5), a subcategoria “tempo disponível” (M5.1) apresenta 2 registos e as subcategorias “capacidade de uso das metodologias dentro da comunidade” (M5.2) e “troca de conhecimento entre as organizações” (M5.3) têm 1 registo. Na dimensão “planeamento” (N), a categoria “flexibilidade” (N1) e a subcategoria “ajuste às circunstâncias da realidade” (N1.1) englobam 2 registos. Na dimensão “implementação” (O), a categoria “participação” (O1) e a subcategoria “atribuição de um papel ativo aos atores locais” (O1.1) apresenta 2 registos. Na dimensão “avaliação” (P) e na categoria “tipo de avaliação” (P1), as subcategorias “intermédia” (P1.1) e “externa” (P1.4) são suportadas

por 2 entrevistados e as subcategorias “final” (P1.2) e “*ex-post*” (P1.3) por 1 entrevistado. Segue-se a categoria “papel da avaliação” (P2) com 1 registo para as subcategorias “processo de validação de resultados” (P2.1) e “processo de prestação de contas” (P2.3) e 2 registos para a subcategoria “processo de continuidade e melhoria” (P2.2). Na dimensão “impacto” (Q) e na categoria “cumprimento dos resultados” (Q1), a subcategoria “imediatos” (Q1.1) tem 4 ocorrências e a subcategoria “de longo prazo” (Q1.2) tem 2 ocorrências. Incluída no impacto a categoria “ausência de estudos de impacto” (Q2) detém 2 ocorrências para a subcategoria “imprevistos pelos financiadores” (Q2.1) e “falta de tempo” (Q2.2). Por último, na dimensão “sustentabilidade” (R) e na categoria “fatores que permitem a sustentabilidade” (R1), regista-se 1 ocorrência para as subcategorias “tempo de intervenção num local” (R1.1) e “envolvimento das pessoas” (R1.2).

3. Discussão dos resultados

3.1. Análise da frequência relativa de dimensões, categorias e subcategorias por eixo

Após a descrição das dimensões, categorias e subcategorias, iremos de seguida fazer uma discussão mais aprofundada dos resultados fruto da leitura e da interpretação das narrativas dos sujeitos presentes nas entrevistas e do seu cruzamento com as perspectivas teóricas mais relevantes deste domínio de análise.

3.1.1. Especificidades das ONGD – eixo 1

Como conseguimos perceber pela descrição do eixo 1, as especificidades das ONGD concentram-se, sobretudo, nas suas finalidades e no tipo de intervenção que realizam. No que concerne às suas finalidades, destaca-se o facto da grande maioria dos entrevistados considerar as organizações, tal como a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012), agentes facilitadores e catalisadores que, cada vez mais, responsabilizam os atores locais pelo seu próprio desenvolvimento de maneira a criarem condições para que estes sejam capazes de continuar os projetos, mesmo sem a sua presença. O entrevistado 1 alerta-nos para o facto de as organizações não poderem ser responsáveis por tudo, ainda que, diz-nos o entrevistado 4, em alguns momentos, seja necessário um maior suporte:

“ (...) é cada vez mais um facilitador de processos de desenvolvimento. Nalguns momentos pois com um papel mais interventivo do que outros, noutros apenas uma espécie de um pivô, alguém que funciona, pois, como uma referência, como um intermediário, como um...alguém que ajuda e presta algum tipo de assistência, mas que cada vez delega e responsabiliza mais os atores locais pelo seu processo de desenvolvimento.” E4

Enquanto facilitadoras e catalisadoras, procuram também consciencializar as comunidades com os conhecimentos e as experiências que já possuem neste campo, levantando questões, alertando para os riscos e as potencialidades de determinada ação e incitando a reflexão, como indica o entrevistado 4:

“Bem, nós temos já alguma experiência de desenvolvimento noutros países, nomeadamente em Portugal...o que aconteceu foi isto de certeza que é assim que querem ir muito bem. Olha estes riscos, estes riscos...” Alguém que tome uma

perspetiva mais de fora e que mais do que tudo depois coloque questões e obrigue as entidades também a refletir.”E4

As finalidades aqui identificadas vão de encontro ao papel que Araújo (2006) atribui às ONGD de ligação e de facilitador, de promotor das capacidades humanas, de assistência às condições materiais e sociais dos países, de transmissão de competências, de sensibilização e de despertadores da consciência. Aliás, já foi referido anteriormente que, lembra Henriques (2009), as soluções devem nascer de dentro das populações que têm a sua visão particular da realidade e dos problemas em que estão imersos e do que pode ser feito para os superar. Claro que necessitam da ajuda das organizações, portadoras de visões e propostas do exterior e, muitas vezes, diferentes da experiência quotidiana que as comunidades vivenciam.

No que toca ao tipo de intervenção, ressalva-se a proximidade que as ONGD buscam criar junto das populações de forma a que estas se sintam parte integrante dos projetos e se apropriem deles. Portanto, privilegiam abordagens de baixo para cima, as quais permitem uma compreensão mais contextualizada das necessidades e dos problemas que exigem uma intervenção. São, como reiteram a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012) e o entrevistado 2, organizações que se focam nas comunidades com as quais e para as quais trabalham:

“ Depois vindo de baixo para cima (...) a solução para as necessidades e a procura de...projetos ou de atividades ou de programas que possam melhorar a situação de vida das comunidades é muito mais eficaz, faz com que as pessoas sintam que também fazem parte do seu próprio desenvolvimento e da sua maneira de estar (...) ” E2

Muitas vezes, esta abordagem de maior proximidade às populações só é possível porque, face a outro tipo de organizações e às iniciativas do setor privado e público, apresentam uma maior facilidade em alterar a sua intervenção, consoante as diferentes circunstâncias dos contextos. Por isso, o tipo de intervenção que põe em prática caracteriza-se por uma forte capacidade de adaptação, uma vez que, refere o entrevistado 2, o setor privado tem outros interesses e os governos, frisa o entrevistado 5, não conseguem alcançar determinados locais mais distantes geograficamente:

“ Trabalham muitas vezes em sítios onde, pela dificuldades geográficas dos países, é mais difícil os governos chegarem, portanto estão no interior dos países, estão em zonas muito mais carenciadas e, portanto, intervêm junto das populações, têm uma capacidade de adaptação à realidade muito maior (...) ” E5

Estes resultados relativos ao tipo de intervenção são corroborados pelos argumentos, já apresentados no enquadramento teórico, a favor das ONGD, em que se aponta o uso de abordagens inovadoras que se centram nas pessoas e na sua capacitação e cujo alcance permite que atinjam áreas mais remotas a que o Estado não chega (Proença, 2009).

O apelo ao envolvimento das pessoas pobres no processo de desenvolvimento e o conceito de abordagem de baixo para cima surgiu, em meados dos anos 70 e 80, como reação às estratégias de desenvolvimento centralizadas que se consideravam estarem profundamente desconectadas às necessidades dos pobres, marginalizados e excluídos. Começou-se, por isso, a perceber que a eficácia de um projeto de desenvolvimento em qualquer região é muito maior se for criada uma relação próxima com as comunidades, o que permite que estas tomem consciência da sua vida e, ao mesmo tempo, se tornem responsáveis por ela (Banco Mundial, 2013; Mansuri & Rao, 2013).

As ONGD devem ser capazes de se aproximar, pois, como defende Schor (2009), a cooperação só faz sentido quando há a capacidade de colocar-se no lugar do outro e ver as coisas a partir dele. O encontro com o outro é fundamental para o desenvolvimento e acontece à medida que se deixa a ideia do norte e do sul e se compreende que fazemos parte de uma realidade mais ampla e que, como afirma o entrevistado 1, “*estamos todos no mesmo barco*”.

3.1.2. As ONGD em relação ao contexto nacional e internacional – eixo 2

Na relação das ONGD com o seu meio envolvente, demarca-se, neste trabalho, a sua relação com a sociedade portuguesa e as políticas de desenvolvimento. Com a sociedade portuguesa a relação, segundo as opiniões dos entrevistados, é pontuada por uma descrença que se deve à falta de reconhecimento público, à falta de discussão política e à falta de conhecimento da intervenção.

Os entrevistados afirmaram que apesar das pessoas apoiarem as organizações e considerarem a cooperação importante, depois, na prática, o seu valor não é reconhecido. Podem ser vistas como uma entidade marginal, não significando que estão à margem, mas que, nas palavras do entrevistado 4:

“ (...) são entidades a quem normalmente...alguém se dirige quando precisa e quando faz falta...apesar do que se possa dizer e de posições, pois, públicas de serem muito

importantes...eu penso que essa importância, o valor e o mérito depois, muitas vezes, não é reconhecido e não é reconhecido de uma forma...de uma perspectiva muito prática.” E4

Esta evidente falta de reconhecimento, muitas vezes, deve-se ao facto das pessoas duvidarem que o seu dinheiro ou qualquer outra contribuição não chegam aos sítios para os quais deveriam ir. Questiona-se, como afirma o entrevistado 3, “*se aquele dinheiro ia realmente para África*” e se as coisas, reitera o entrevistado 1, são “*feitas de maneira sustentável*”. Claro que, lembrou o entrevistado 3, com a aposta das organizações nas redes sociais e na comunicação, esta realidade tem mudado um pouco, já que se torna possível mostrar à sociedade que aquilo que dá de facto chega aos locais destinados.

Acresce à falta de reconhecimento público a falta de discussão política, visto que, embora, como disse o entrevistado 5, a cooperação seja considerada um pilar da política externa portuguesa, os apoios e o espaço de discussão que lhe são concedidos revelam-se muito reduzidos. A cooperação, segundo o mesmo entrevistado, também não é um tema que tenha grande visibilidade, porque tem vindo a perder peso político e os media tendem a falar dele apenas quando existe uma situação polémica, sem ir, realmente, ao fundo das questões e traduzindo a ideia de que a ajuda já não basta.

Obviamente que para a descrença nas ONGD contribui ainda a falta de conhecimento da sua intervenção sustentada no limitado espaço de discussão que estas ocupam a nível público, político e mediático. Deste modo, defendeu o entrevistado 4, as pessoas pensam que este tipo de organizações atua, sobretudo, numa base de voluntariado, pouco profissional e sem se preocupar com a conquista de “*um impacto verdadeiramente justificado ou justificável*”. Neste sentido, é fundamental que as organizações se esforcem para divulgar as suas iniciativas e deem a conhecer os seus projetos, como explica o entrevistado 5:

“E, portanto, não percebendo o impacto, não conhecendo as organizações não podem ter uma visão global do que é feito e do que o trabalho das ONG e da cooperação portuguesa significa. E, portanto, nunca há aqui um conhecimento muito grande e é um trabalho que temos de fazer constantemente ao nível da comunicação.” E5

Na relação com a sociedade portuguesa, denota-se, igualmente, um foco nos problemas do país e uma preocupação das pessoas em responder às dificuldades que se acentuaram durante a crise. Portanto, há uma auto-centração no que se passa a nível

interno e uma falta de sensibilidade para olhar a realidade dos outros países. O entrevistado 2 falou exatamente deste foco ao dizer que:

“Acho que estamos muito virados para o nosso umbigo, para as nossas crises, para os nossos problemas e...e para o nosso pequeno país, estamos muito pouco...olhamos muito pouco para aquilo que é a realidade nos outros países.” E2

As conclusões retiradas ao nível da relação entre as ONGD e a sociedade portuguesa coadunam-se com o que Araújo (2006) e Fernandes (2005a) identificam como sendo os principais problemas destas organizações no plano nacional: a falta de reconhecimento do Estado e dos organismos estatais da importância destas organizações para a cooperação portuguesa; a falta de visibilidade e de conhecimento público do seu papel.

Agora, quanto à relação com as políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais encontram-se duas grandes conclusões: a primeira é a de que, a nível nacional, as políticas são motivadas pelos laços históricos estabelecidos com os PALOP e Timor. Trata-se, segundo o entrevistado 4, de uma recomendação da própria comunidade internacional para que a estratégia da cooperação portuguesa se concentre neste âmbito:

“Portugal conhece poucos países para além dos PALOP e de Timor-Leste (...) E a própria estratégia de cooperação portuguesa passa precisamente por dar cada vez mais atenção aos países lusófonos e aos países, enfim...aos países dentro do espaço da CPLP (...) uma opinião mais crítica que possa existir está condicionada por esta prioridade que é histórica e, enfim, também política.” E4

Face a esta motivação, algumas organizações que trabalham fora deste domínio geográfico, adverte o entrevistado1, vêem-se, não raras vezes, excluídas dos apoios concedidos.

A segunda conclusão é a de que há um seguimento das diretrizes europeias e internacionais e tenta-se que estas sejam coerentes com a intervenção desenvolvida. Claro que, depois, cada organização tem as suas próprias ideias e formas de as pôr em prática, o que não representa um problema, desde que a essência destas diretrizes, como disse o entrevistado 4, não se desvirtue:

“ Claro que depois cada financiador e cada entidade tem, enfim, as suas ideias particulares, não há grandes problemas desde que nos princípios gerais todos estejamos de acordo e no geral pensamos sim.” E4

De facto, a cooperação portuguesa, como atrás já foi reforçado (IPAD, 2011b), orienta-se pela racionalização e otimização dos recursos disponíveis, que são limitados, e, por isso, aplica-os nos países onde tem mais experiência e pode beneficiar de uma vantagem comparativa face a outros. Assim, marca presença maioritária nos PALOP e em Timor devido à língua oficial comum, aos sistemas administrativos e legais semelhantes e aos laços históricos e culturais criados, sendo que atende também às recomendações internacionais, pois os países deste território enquadram-se nas categorias vulneráveis definidas por estas.

Além disso, percebeu-se no capítulo do desenvolvimento como cooperação que a cooperação portuguesa e a sua evolução acompanham a história da cooperação internacional, os documentos produzidos, as diretrizes e as abordagens que são adotadas e norteiam a intervenção no campo do desenvolvimento. Na agenda nacional e internacional, as atenções recaem, principalmente, para o cumprimento dos ODM (IPAD, 2011a) e as organizações tentam, de acordo com o entrevistado 3, segui-los.

3.1.3. Desafios das ONGD – eixo 3

Já vimos atrás que o eixo 3 abarca os desafios que, na perceção dos entrevistados, as organizações têm de enfrentar no presente, sendo que estes se situam num plano interno e externo, nacional e internacional.

Um dos principais desafios, mencionado por todos os entrevistados, tem que ver com o financiamento e a diminuição dos apoios concedidos e, por conseguinte, a dificuldade em aceder a estes. Ainda que as ONGD se assumam como entidades independentes, no contexto português em particular, a sua intervenção, como advertiu o entrevistado 3, *“vive muito”* da ajuda prestada, sobretudo, no âmbito estatal. Com os cortes que se têm efetuado, devido à situação de crise financeira, a cooperação para o desenvolvimento, não sendo uma prioridade política, tem saído prejudicada e o governo, apontou o entrevistado 4, tem reduzido significativamente os apoios que lhes eram concedidos. Ao mesmo tempo, os doadores privados tendem a diminuir as contribuições, já que os seus rendimentos têm sofrido também bastantes reduções.

A dificuldade no acesso ao financiamento justifica-se, em certa medida, por estarmos a falar de uma realidade em que as ONGD portuguesas, comparativamente com a Europa e o resto do mundo, são médias ou de pequena dimensão, o que leva a que os apoios que lhe são concedidos não reflitam a sua forte capacidade de intervenção e minem a possibilidade que estas têm para escalarem os seus projetos com maior qualidade e eficácia, como explicitaram os entrevistados 1, 4 e 5:

“ (...) não tínhamos qualquer tipo de financiamento de parte nenhuma porque éramos sempre pequenos, porque os nossos pedidos de financiamento eram sempre pequenos (...)” E1

“ E...o grande desafio não é novidade nenhuma, enfim...a questão financeira, a questão de recursos. Sim é necessário recursos para se poder trabalhar e há organizações com um trabalho muito bem feito, mas que acabam por não ter escala e acabam por não ter dimensão e não ter capacidade para assumir um certo tipo de financiamento. Ora Portugal é um país periférico e é periférico também aí. Nos centros de decisão, os recursos estão longe, então para nós também é difícil aceder a esses recursos, principalmente para organizações que têm, na maioria delas, um âmbito geográfico de ação extremamente limitado.” E4

“As ONGD portuguesas têm uma capacidade forte de intervenção e que não se reflete ainda, acho eu, na possibilidade que têm de desenvolver projetos e de encontrarem outras organizações que contribuam para melhorar a eficácia dos projetos com outras mais-valias... ainda não está refletida nos apoios que existem oficialmente ao trabalho das ONGD. Acho que elas podiam fazer muito mais, têm capacidade para fazer muito mais...estão às vezes demasiado limitadas por esta dificuldade de encontrar financiamentos.” E5

Claro que, como argumentou o entrevistado 5, as organizações portuguesas são, por vezes, conservadoras, porque se concentram demasiado num certo tipo de financiamento. Neste sentido, estas procuram, cada vez mais, alternativas ao financiamento tradicional, tentando, como referiram os entrevistados 2, 5 e 4, diversificar e identificar diferentes fontes de financiamento. As alternativas passam, assim, por encontrar apoio junto de fundações e outro tipo de doadores privados, de organizações internacionais e cooperações bilaterais e realizar parcerias com instituições de investigação, como universidades. Tentam também, sublinhou o entrevistado 4, responsabilizar todas as pessoas dentro da organização pela angariação de fundos numa perspetiva quer da conquista de financiamento privado, quer na submissão de candidaturas a financiamentos disponíveis.

A palavra-chave quanto às alternativas ao financiamento tradicional é, sem dúvida, a diversificação, a fim de conseguirem criar uma sustentabilidade financeira. No

que toca especificamente aos financiamentos de organizações supranacionais, as ONGD portuguesas deparam-se com a dificuldade de serem de pequena dimensão, o que não lhes permite responder às alterações que têm existido nas linhas de financiamento que obrigam a que hajam consórcios entre um número alargado de organizações (entre 12 e 15) com projetos entre 2 a 3 milhões de euros.

Neste domínio, ressalva-se o trabalho da Plataforma Portuguesa das ONGD que, além de divulgar as linhas de financiamento nacionais e internacionais disponíveis, desenvolvem ciclos de formação com a presença de representantes de cooperações internacionais (Japão, Estados Unidos...) para que possam transmitir a sua experiência e ajudar as organizações portuguesas a iniciarem (em alguns casos) ou a continuarem o contacto com redes europeias, asiáticas, latino-americanas, dos PALOP e a realização de parcerias com outras organizações.

O financiamento é o desafio com maior representação e, na verdade, é identificado, enquanto tal, por outros autores. Araújo (2006) e Fernandes (2005a) falam da falta de apoios financeiros e de recursos para as ONGD garantirem a continuidade dos seus projetos e da necessidade de diversificarem as fontes de financiamento e de serem competitivas e exigentes sob o risco de não sobreviverem, uma vez que a concorrência por fundos, seja a nível nacional ou internacional, é cada vez maior.

Outro desafio apontado são as transformações mundiais com especial destaque para a crescente necessidade de intervir nos países desenvolvidos que começam a ter de enfrentar graves problemas de pobreza, segundo a visão do entrevistado 2:

“ (...) tem a ver com esta mudança atual do mundo...a pobreza não está a conhecer fronteiras e mesmo os países mais desenvolvidos estão a viver situações problemáticas nessa área. E, portanto, as ONG que estavam habituadas a trabalhar nos países pobres, agora começam a ver que secalhar nos países ricos também têm um papel a desempenhar.” E2

As ONGD e a cooperação passam, desta forma, a ter um papel importante nos países ditos desenvolvidos. A par desta transformação, temos, no que respeita às relações norte-sul, como notou o entrevistado 2, a atribuição de um papel mais relevante aos países do sul, visto que as ONG do sul começam a ter já alguma capacidade de intervenção e as do Norte criam as suas sedes e filiais nestes países:

“Se tradicionalmente os fundos eram pacotados nos países mais ricos para enviar para os países mais pobres e eram feitas parcerias nesse sentido, neste momento os financiadores estão muito mais a financiar as organizações diretamente no sul sem ter

que passar pelas do norte, já têm alguma capacidade, há muitas ONG do norte que também estão a criar sedes ou filiais nesses países do sul (...) ” E2

Estas transformações estão de acordo com a evidência constatada por Kanbur e Sumner (2012) de que o problema global da pobreza tem mudado porque os chamados pobres já não vivem apenas nos países mais pobres do mundo. Verifica-se, paralelamente, nas sociedades do capitalismo avançado uma perda e desvalorização dos direitos sociais, motivada pela flexibilização e liberalização da economia que solta o Estado da obrigação de salvaguardar a proteção social dos indivíduos (Hespanha, 2001). Por isso, as organizações não-governamentais são chamadas, nas sociedades desenvolvidas, a responder ao crescimento da pobreza e a complementar a ação estatal e privada.

Tendo as organizações um papel mais interventivo nos países do norte, os países do sul assumem, como já referido anteriormente (Schuurman, 2000, cit. in Pieterse, 2010; Slater, 2004 cit. in Pieterse, 2010), uma maior centralidade com um aumento das suas relações no comércio, na energia e na política, o crescimento da industrialização e dos serviços e a mudança do centro do desenvolvimento das grandes potências metropolitanas para estes países que acabam por ser, à luz do que concluímos no eixo 1, mais responsabilizados pelo seu próprio caminho de desenvolvimento.

Um outro desafio referido foi a definição estratégica e a clara necessidade das organizações definirem objetivos e, nas palavras do entrevistado 4, *“Olhar para dentro, definir-se, dizer o que é que eu quero fazer (...) ”* e orientarem-se para a ação, percebendo como é que querem fazer para concretizarem os objetivos definidos.

Estamos a falar do desenvolvimento de um pensamento estratégico por parte das organizações que, segundo Beaufre (2004), envolve dois aspetos fundamentais: a determinação das finalidades e dos objetivos e a escolha dos caminhos que se vão seguir para os realizar, ponderando, pois, as oportunidades, os recursos, as forças e os riscos de cada decisão.

Outro desafio prende-se com os recursos humanos e a sua formação, pois há uma dificuldade evidente, disse o entrevistado 4, em encontrar pessoas que tenham experiência nesta área e que queiram continuar o seu percurso profissional nela. Araújo (2006) e Fernandes (2005a) tocam, exatamente, nesta questão e explicam a importância de formar os recursos humanos das ONGD para que estas possam responder às exigências de profissionalismo e competir com outras organizações, sobretudo, europeias e internacionais, por exemplo na busca de financiamento.

Por último, elencámos como desafio a comunicação a dois níveis: na sensibilização da sociedade e na preservação dos seus valores. A falta de visibilidade destas organizações exige que façam, em paralelo com os seus projetos de intervenção, um amplo trabalho de sensibilização e de educação para o desenvolvimento junto de escolas, entidades políticas, meios de comunicação social. Como mostrou o entrevistado 5, trata-se de uma questão de:

“ (...) tentar mostrar o seu trabalho, de tentar ganhar visibilidade, quer a nível da opinião pública, quer a nível de outro tipo de entidades com quem possam trabalhar e criar mais escala nos seus projetos, mais impacto, mais eficácia.” E5

A perda de importância da cooperação na política externa portuguesa conduz a que, além do trabalho de sensibilização, as ONGD tenham de lutar pela preservação dos valores que deram origem à sua criação e que, no fundo, integram as suas especificidades. Como referiu o entrevistado 5, estas devem:

“ (...) contribuir também para assegurar que a cooperação portuguesa continua a ter um papel importante na política externa de Portugal...Portanto, o seu trabalho também é esse, é continuar a defender o que acham que é importante como princípios bases para a cooperação.” E5

As organizações têm, portanto, de fazer mais no âmbito da comunicação para o desenvolvimento. Para isso, alerta Fernandes (2005a), a importância de darem conhecimento e divulgarem as atividades que realizam, sensibilizando para as questões do desenvolvimento e encontrando formas inovadoras de se relacionarem com a sociedade, as instituições governamentais, os media, outras organizações. Simultaneamente, devem, apesar de terem de responder às exigências dos financiadores e de se preocuparem com a melhoria da eficácia e da qualidade da sua atuação, preservar os valores que defendem, uma vez que são estes e as práticas alternativas ao dominante que as diferenciam e as tornam ONGD, na verdadeira aceção do termo (Bebbington e outros, 2008, cit. in Proença, 2009).

3.1.4. Conceções de desenvolvimento – eixo 4

Nas conceções de desenvolvimento, definimos a sua ação, tendo em conta várias categorias e subcategorias. A primeira categoria “diretiva/replicadora” baseia-se, essencialmente, em dois pressupostos: o exercício de autoridade e a transmissão de valores.

O exercício de autoridade, presente no discurso do entrevistado 1, está relacionada ao facto de em alguns destes países em desenvolvimento “o branco” ser

visto como uma figura de autoridade e de respeito, sendo que, por vezes, o uso desta ideia pode ser favorável ao desenvolvimento destas pessoas:

“ (...) é um país onde a presença do branco ainda é algo, algo...presença de autoridade. Portanto, isso com o seu mal e com o seu bem de certa forma, às vezes, pode jogar a favor do desenvolvimento daquelas pessoas, quando é bem aplicada.” E1

Acompanhando esta ideia, surge a transmissão de valores sustentada na visão de que as pessoas destes países têm ainda coisas a aprender e valores para incorporar, por exemplo, ao nível da estrutura e da organização, como disse o entrevistado 1:

" Acho que eles têm coisas a aprender, sobretudo a nível de estrutura percebe (...) Portanto, não é dizer “Ah mas isso temos que deixar tudo para eles” Nem pensar, seria o desastre total.” E1

Agora, como informou o entrevistado 1, não se trata de impor uma cultura, mas sim de ensinar alguns aspetos determinantes, formar as pessoas e acompanhá-las num primeiro momento para que depois se consigam desenvolver. Nesta mesma linha de pensamento concorre o entrevistado 3 que deu o exemplo de como, em São Tomé e Príncipe, se tratam os problemas de violência doméstica. Em Portugal, não se utiliza a mediação em violência doméstica, mas lá é recorrente esta prática, pondo em contacto vítima e agressor, o que acaba por dificultar a intervenção, pois, primeiro, é fundamental formar as pessoas que trabalham nesta área e explicar o que deve ou não ser feito nestes casos e porquê e dar a conhecer outro tipo de abordagens e de metodologias para lidar com a situação.

A segunda categoria “emancipadora/capacitadora” envolve três aspetos fundamentais: a troca cultural, a participação e a defesa dos direitos humanos.

A troca cultural diz respeito à partilha que deve existir em todo o processo de desenvolvimento. O entrevistado 1 referiu, por exemplo, que é raro encontrar um “branco” num bairro queniano, mas percebe que as pessoas locais têm interesse e beneficiam do contacto com o estrangeiro, tal como os voluntários e os profissionais responsáveis pela intervenção aprendem e se enriquecem com a experiência destes países. Portanto, como este afirmou:

“ (...) quanto maior troca cultural houver, maior e mais rico será o desenvolvimento.”
E1

A participação assume, para todos os entrevistados, uma importância central na forma como concebem o desenvolvimento, pois este começa a ser pensado e trabalhado com as pessoas locais. Só quando se tem como ponto de partida as pessoas e as suas perspectivas sobre a realidade, envolvendo-as, é que se torna possível o *ownership*, ou seja que estas se apoderem do projeto, salientaram os entrevistados 2 e 4:

"Tentamos sempre que os projetos que fazemos sejam projetos de uma grande participação e que as populações locais estejam envolvidas, o que confere também uma grande sustentabilidade porque quando o projeto acaba as populações continuam a ser donas dele, ownership e têm e prosseguem normalmente com as atividades desse projeto." E2

“Não é possível haver desenvolvimento sem integração de atores locais e uma integração que seja, onde exista um ownership, um empoderamento dos projetos, das estratégias.” E4

Neste sentido, as ONGD, como vimos relativamente às suas especificidades, devem ser facilitadoras do processo de desenvolvimento e este, lembrou o entrevistado 4, deve “ser assumido e sempre que possível liderado por atores locais”, mesmo em contextos onde o papel das organizações tem de ser mais interventivo. O envolvimento dos atores locais permite, portanto, a sustentabilidade dos projetos e evita a criação de dependências, como relevou o entrevistado 5:

“A cooperação não deve criar dependências, deve sobretudo contribuir para criar estruturas locais, como já disse várias vezes, para que as próprias populações possam ser os principais agentes do seu próprio desenvolvimento.”

A defesa dos direitos humanos merece também uma especial atenção por parte das organizações, porque representam um conjunto de princípios que contêm o que deve ser assegurado para que cada um tenha acesso a uma vida digna. Nesta medida, concluiu o entrevistado 1, se as necessidades básicas das populações não estão garantidas, os direitos humanos ficam seriamente comprometidos, o que exige que as ONGD, realçou o entrevistado 2, façam um contínuo esforço para que

“ (...) as comunidades, as populações, as pessoas possam ter a oportunidade de viver a sua capacidade plena, procurando a igualdade de oportunidades, procurando que os direitos humanos sejam respeitados e sejam mais do que respeitados sejam promovidos.” E2

O desenvolvimento pressupõe, nesta ótica, dar espaço ao cumprimento e à promoção dos direitos humanos.

Compreendemos, anteriormente, no enquadramento teórico que muitas das visões do desenvolvimento remetem para a ideia de uma evolução orgânica, em que os países em desenvolvimento com poucas capacidades devem simplesmente incorporar os padrões dos mais desenvolvidos. Pelo contrário, a conceção de desenvolvimento que ocupa um lugar de maior destaque para as organizações deste estudo é a emancipadora e capacitadora, considerando o desenvolvimento como um processo de crescimento contextualizado, construído na riqueza do conhecimento e das capacidades dos países e na sua expansão (Fuduka-Parr, S., Lopes, C. & Malik, K., 2002).

Por conseguinte, desenvolver pressupõe estabelecer relações de proximidade e de confiança com as populações, ancoradas no conhecimento da cultura, das tradições, dos valores e dos modos de viver e estar locais (Araújo, 2006). Exige-se, como referimos atrás, uma verdadeira troca e relacionamento cultural, em que, embora diferentes, organizações e comunidades têm sempre algo a aprender juntas.

Paralelamente, apela-se à participação, reforçando-se a ideia de que é fundamental dar voz aos pobres, integrá-los nos processos de tomada de decisão e envolvê-los, pelo menos, em alguns aspetos do desenho e da implementação do projeto. Espera-se, segundo Mansuri e Rao (2013), que a participação conduza a projetos de desenvolvimento melhor delineados, mais eficazes e com mudanças significativas na vida das pessoas, bem como possibilite uma alocação mais equilibrada dos recursos públicos e reduza a corrupção. Esta apresenta, assim, um valor intrínseco, visto que fortalece a cidadania e o pensamento social, permite um envolvimento cívico mais inclusivo e capacita para a auto-resiliência e a ação coletiva, e um valor instrumental, pois quando bem-sucedida transforma cidadãos passivos em agentes de mudança.

O papel das organizações não é, deste modo, fazer desenvolvimento pelas pessoas, mas acompanhar e facilitar as condições para que estas possam definir o seu próprio desenvolvimento (Araújo, 2006). Trata-se de que estas sintam os projetos como seus, o *ownership* que, de acordo com Fuduka-Parr et al. (2002), diz respeito à autoconfiança, sem a qual não existe liderança, compromisso e determinação e envolve

o *empowerment* dos contextos e a expansão das escolhas e liberdades dos sujeitos, não apenas como meios, mas como um fim em si mesmo. Há que notar que o *ownership* e a consequente transformação que dele advém constituem um processo lento e de longo prazo que precisa de uma estrutura de prestação de contas clara e se alicerça no sistema de valores locais. De maneira a aceder ao apoio externo e, simultaneamente, preservar o *ownership* local, deve-se garantir não só que os atores locais participam ativamente, mas que detêm controlo sobre a ideia inicial, a execução do projeto e a sua integração num contexto mais global de desenvolvimento da região ou do país.

Além da troca cultural e da participação, na ação para o desenvolvimento emancipadora /capacitadora, a defesa dos direitos humanos é uma componente bastante evidenciada. Os direitos humanos aparecem como parte integrante da literatura deste domínio e, muitas vezes, os indicadores do desenvolvimento humano servem para medir a extensão em que estes são realizados. Claro que são alvo de várias críticas relativamente ao modo como foram institucionalizados e são usados, porém, em conjunto com a abordagem das capacidades, já explicitada neste estudo, concebem a vida em toda a sua globalidade e multidimensionalidade. Ao existir uma lista de direitos e ao usar a sua fórmula típica de que A deve ter o direito à liberdade política, recordamos que as pessoas, simplesmente pela sua condição humana, têm necessidades urgentes que exigem uma resposta específica e adequada, revelando-se uma abordagem mais direta retoricamente e com uma maior ressonância. Acrescente-se ainda a ênfase que os direitos humanos atribuem às escolhas e à autonomia das pessoas e ao consenso que a sua linguagem, contida na produção de vários documentos, acolhe junto da comunidade internacional (Fukuda-Parr, 2011; Nussbaum, 2000, 2010, 2011; Sen, 2000).

A terceira categoria “integrada” sustenta-se numa visão holística da realidade, em que se olha para ela não de forma isolada, como acentuaram os entrevistados 2 e 4, mas atendendo às múltiplas dimensões que a configuram: económica, social, ambiental:

“ (...) quando os projetos são implementados as populações com quem trabalhamos também conseguem conceber essa visão holística da economia, do social e também do ambiente.” E2

“E que seja o mais integrado possível, ou seja não olhar setor por setor de forma isolada, mas tendo em conta umas necessidades que são muito mais globais das pessoas, das comunidades.” E4

Tomando o exemplo do entrevistado 5, constatámos que até ao início desta década existia um confronto entre o crescimento económico e o desenvolvimento onde se advogava que o primeiro apenas beneficiava uma pequena parte da população. Ainda que continue a ser assim, há que ter consciência de que o crescimento económico é fundamental para a maior parte dos países em desenvolvimento. Com uma ação para o desenvolvimento integrada, todas as componentes acabam por ser importantes e uma não deve excluir a outra, mas devem antes complementar-se e reforçar os benefícios que podem trazer.

Alkire (2002) concorda com esta perspetiva ao comparar as cores ao desenvolvimento humano. Sabemos que uma infinita gama de tons pode ser criada a partir das cores primárias, contudo nem todos os desenhos usam todos ou grande parte dessa variedade. Agora, se nenhum tom de amarelo estiver presente, então o conceito de cor estará, à partida, enviesado. Similarmente, se todas as expressões, por exemplo, do crescimento económico ou da sustentabilidade ambiental estiverem em falta, o nosso quadro de desenvolvimento humano pode ficar comprometido.

3.1.5. Intervenção das ONGD – eixo 5

Depois de analisados os principais aspetos das ONGD a um nível, sobretudo, identitário, institucional e valorativo, iremos, neste ponto, dar conta das características específicas que configuram a intervenção destas organizações.

Constituindo-se a intervenção além dos PALOP e Timor como o principal critério de seleção da amostra não poderíamos deixar de perceber o porquê das organizações, participantes neste estudo, atuarem também fora deste espaço geográfico.

Assim, nos seus países de atuação, como está descrito acima na breve caracterização das ONGD, incluem-se, além dos PALOP e Timor, uma diversidade considerável, motivada por três razões fundamentais: a resposta a necessidades emergentes, a resposta a situações de ajuda humanitária e de emergência e a capacidade de resposta da organização.

A resposta a necessidades emergentes tem que ver com a consciência das organizações de que a sua intervenção deve ser norteada pelas necessidades que existem no espaço humanitário, não apenas pelas relações históricas e culturais mantidas com alguns países. No fundo, a prioridade das organizações, como vemos no discurso do

entrevistado 4, é ajudar quem precisa, independentemente do lugar, da origem ou de qualquer outra característica e circunstância da sua vida:

“É que nós queremos ajudar pessoas, não queremos ajudar aquela pessoa ou a pessoa no sítio A, no sítio B ou no sítio C ou a pessoa com passaporte angolano ou a pessoa com passaporte moçambicano. Queremos ajudar pessoas, independentemente do seu passaporte, da sua cor, da sua opção religiosa, da sua etnia, seja o que for. Portanto, tem a ver mesmo com necessidades (...)” E4

Por vezes, como informou o entrevistado 2, as organizações acabam por ajudar os países com menos apoios e que, podemos dizer, são menos atrativos e não tão populares aos olhos da cooperação portuguesa e internacional.

Além disto, quando acontecem, por exemplo, situações de catástrofe natural e de emergência humanitária, muitas organizações, como referiu o entrevistado 3, tendo capacidade, são chamadas a intervir e, em alguns casos, os projetos acabam por prolongar-se, mesmo para além do período de restituição dos locais.

Agora, só faz sentido intervir num determinado local, se estiver assegurada, como apontou o entrevistado 4, a capacidade de resposta das organizações para satisfazer e ultrapassar as necessidades existentes. A partir do momento em que este encontro entre organização e local está assegurado, não se coloca qualquer limite geográfico à intervenção:

“Portanto, também só faz sentido irmos para um determinado contexto e trabalharmos num determinado contexto se representarmos uma mais-valia. Não é só porque há uma pessoa que diz que tem fome, pois, na Etiópia ou no Yemen. Podemos trabalhar na Etiópia e no Yemen? Faz sentido? Somos capazes? Secalhar não. Mas se fossemos capazes na Etiópia e no Yemen de trabalhar, se...ou nalgum momento formos...se houver condições para trabalharmos na Etiópia ou no Yemen, pois, não existe qualquer tipo de problema para trabalharmos na Etiópia e no Yemen.” E4

Compreendido de que forma os países de atuação são escolhidos, importa perceber a influência que as especificidades culturais de cada país têm na intervenção. Por um lado, identificámos os obstáculos que esta dimensão coloca às organizações e, por outro, a sua resposta a estes.

Nos obstáculos, em primeiro lugar, é referida a falta de maturidade das entidades governamentais que leva a que, frequentemente, os interesses de um pequeno grupo se sobreponham ao bem comum e ao desenvolvimento de todos. A corrupção é, nesta

lógica, um problema recorrente nos projetos das ONGD contra o qual tentam trabalhar, como ilustrou o entrevistado 1:

“ (...) o maior obstáculo é de facto a corrupção e o que é para eles normal (...) até agora era quase como cultural ficar-se com o dinheiro dos brancos era assim uma coisa normal, fazia parte já da cultura deles, quer dizer não há nada de especial a gente roubar a um branco não tem problema nenhum. ” E1

Junta-se a este obstáculo a falta de maturidade das estruturas civis e sociais que se traduzem em situações de grave conflito que obrigam, por exemplo, como sinalizou o entrevistado 4, a que as organizações tenham de sediar-se num local diferente do país onde intervêm. Traduzem-se também na dificuldade das instituições cumprirem as funções que lhes são incumbidas pelas relações de interesse criadas, como descreveu o entrevistado 3:

“ (...) por exemplo, em São Tomé a violência doméstica é crime e é crime desde 2008, é crime público desde 2008 e o polícia via o primo a dar...a bater na mulher e não apresentava queixa porque era primo dele. As coisas em São Tomé...eles dizem STP significa Somo Todos Primos, pronto. ” E3

Denota-se, igualmente, na opinião do entrevistado 4, a falta de conhecimentos técnicos que possibilitem às populações liderarem o desenvolvimento, saberem o que e como devem fazer e a falta de interesse da própria comunidade internacional que considera alguns países como “*casos perdidos*”, nos quais não vale a pena continuar a investir.

Vimos, no capítulo anterior, que os países do sul chegados recentemente à democracia apresentam dificuldades acrescidas para realizar os compromissos democráticos que, permanecendo superficiais, servem apenas os interesses de um grupo restrito de elites e de práticas corruptas. Ancorados, muitas vezes, num conceito amorfo de democracia, estes países acabam por excluir uma grande parte das pessoas do acesso aos direitos e à proteção social e comprometer as estruturas governamentais, a organização dos sistemas económicos, educacionais e legais e a tranquilidade social, características presentes nas ditas sociedades avançadas (Jafarzadeh e Beheshit, 2012).

Face aos obstáculos elencados, a resposta das organizações passa pelo contacto com a realidade através do qual é possível conhecer melhor a cultura local. É, portanto,

um conhecimento, como nos falou o entrevistado 1, que chega com o tempo e a experiência num dado local:

“ (...) não se pode pensar nos primeiros dois, três, quatro anos em que se está a trabalhar num país destes se tem o conhecimento cultural e tudo que se passa ali. Não tem. São coisas que a experiência vai dando e não há nada que eu lhe possa dar a não ser a experiência. Ai pode ler aqui, poder ler acolá... Não, tem que estar no campo, tem de estar no terreno para poder ter a experiência dessa diferença cultural que existe (...)” E1

Para além do contacto com a realidade, realça-se a importância de ter um coordenador local no terreno, porque permite, advertiu o entrevistado 1, acompanhar e monitorizar continuamente os projetos e formar as pessoas, percebendo de perto as suas necessidades e problemas, estabelecendo parcerias com as entidades locais e outras organizações. Três das organizações deste estudo contam com um coordenador local em todos os seus projetos, reconhecendo o seu papel importante, e uma delas apenas efetua visitas pontuais ao terreno devido às limitações financeiras, lembrando a dificuldade em realizar a intervenção sem a presença de, pelo menos, uma pessoa da ONGD nos locais.

O ponto de partida para responder às especificidades culturais de cada país é o conhecimento da realidade e, sempre que possível, a presença de um coordenador local. Depois destes elementos assegurados, surge a necessidade de adaptação por parte das ONGD às realidades locais e aos desafios que diferem, como nos recordou o entrevistado 5, de país para país. Cada organização deve trabalhar no sentido de conseguir entender, por exemplo, que há um projeto, uma temática ou atividade específica que não irá resultar naquele tipo de comunidade devido às suas crenças, mas que poderá ser, em outros locais, bem acolhida pelas pessoas. Portanto, diferentes realidades obrigam ao desenho de diferentes abordagens de intervenção. Atentemos aos discursos dos entrevistados 3 e 4:

“ (...) não posso chegar a um país que eu tenho a certeza que é homofóbico e dizer que a partir de hoje nós vamos implementar um projeto sobre orientação sexual e identidade de género naquele país quando sei que será um problema para a instituição, será um problema para as pessoas que estão a trabalhar no terreno (...)” E3

“É um elemento com o qual temos que contar, ponto. Às vezes nem impede, nem facilita, é assim...Se o meu projeto é distribuir carne de porco a um país ou a uma comunidade muçulmana pois à partida está desgraçado. E isso ele tem que saber. Como tem de saber outras questões... Preciso de saber como é que a comunidade está organizada, quais é que são os níveis de decisão e de respeito dentro da hierarquia da comunidade, tenho que saber qual é que o grau de compromisso da comunidade e o

grau de compromisso da sociedade civil. Ou tradicionalmente tenho de saber como é que...convém saber ou é importante para mim saber como é que funcionam os canais de solidariedade, se existem, não existem.” E4

O entrevistado 3 referiu que ao abrir uma candidatura para um projeto com o tema da orientação sexual e da identidade de género, a organização procurou entre os países em que intervém aquele que teria uma maior abertura para tratar esta questão, tendo em conta o conhecimento que já possuía e os parceiros com quem se relacionava. Por sua vez, o entrevistado 4 a propósito das comunidades muçulmanas explicou que, partindo da ideia de que a solidariedade é uma obrigação corânica, seria fácil implementar um projeto de *ford paid*, em que o indivíduo x dá um crédito de duas galinhas ao indivíduo y que deverá, depois, em troca dar duas galinhas a outras duas pessoas. Pelo contrário, se não existirem estes mecanismos de solidariedade, é necessário trabalhar de forma diferente e substitui-se um projeto de *ford paid* por um de *back paid*, em que o indivíduo y paga ao indivíduo x, mas é este último que faz a redistribuição das galinhas. Como frisou este entrevistado, os elementos culturais nem dificultam, nem facilitam a intervenção, há que ter consciência de que estes existem.

Nussbaum (2000) relembra-nos que a riqueza do mundo reside no facto de todos falarmos diferentes linguagens de valores. Segundo a mesma, cada cultura tem uma beleza distintiva e o desenvolvimento pode sair empobrecido se todos acreditarmos nos valores de uma cultura em particular. Isto significa que, para a promoção do desenvolvimento humano, é essencial criar espaços em que as diferentes formas de atividade humana podem florescer, sem eliminar ou pôr em risco a diversidade, exceto se a dignidade humana e os outros valores básicos forem colocados em causa.

Quando estamos a falar de um desenvolvimento capacitador, importa reconhecer que cada sociedade possui as suas capacidades. E, como notaram os entrevistados, há que identificar essas capacidades e outros aspetos, adaptando a intervenção. Por exemplo, as sociedades não industriais têm poucas instituições formais, mas apresentam competências altamente desenvolvidas e relações sociais e culturais complexas, adquiridas por um processo de aprendizagem cooperativa e cumulativa, tipicamente transmitida através da oralidade, de maneira a sobreviverem em condições adversas. As sociedades industriais, por seu turno, têm estruturas sociais complexas com atividades mais diversas e especializadas que dependem fortemente de um conjunto de organizações e de competências especializadas, muitas das quais estão sujeitas a anos de

educação e treino. A semelhança entre este exemplo e o das comunidades muçulmanas, atrás mencionado, é propositado, pois pretende-se reforçar que diferentes países têm diferentes capacidades e potencialidades que os levam a percorrer diferentes caminhos de desenvolvimento e transformação (Fuduka-Parr et al., 2002).

Na verdade, concluímos que a cultura de cada país influencia a intervenção das ONGD, contudo não representa um elemento facilitador, nem impeditivo. É apenas um aspeto que existe e o qual as organizações devem reconhecer e aprender a relacionar-se, pois um desenvolvimento capacitador, firmemente defendido pelos entrevistados, acontece na interação que toma lugar entre os indivíduos e as instituições, redes, tradições, valores do contexto em que este se insere (*ibid*).

Entraremos, agora, na análise das diferentes fases de realização dos projetos.

No que respeita ao diagnóstico, classificámo-lo a partir do seu processo de realização, do âmbito de atuação das ONGD, da adequação à realidade local, das metodologias usadas e dos fatores que interferem na aplicação destas.

Assim, vemos que o diagnóstico é realizado, como nos indicaram os entrevistados 1 e 3, através de visitas ao terreno, da experiência adquirida e do conhecimento que se tem das necessidades de determinada realidade. Muitas vezes, complementa-se estas visitas, indicou o entrevistado 3, com a leitura de relatórios internacionais sobre a situação dos países, a sua história, os seus problemas e quando não é possível a organização deslocar-se ao terreno, faz uso das novas tecnologias e comunica por telefone, *skype*, correio eletrónico com parceiros privilegiados que lhes orientam e ajudam a escolher o melhor caminho a seguir.

Estabelecida a aproximação à realidade local, as organizações devem assegurar que o diagnóstico se enquadra no seu âmbito de atuação e se adequa, no fundo, à sua identidade. Como já foi falado atrás e nos recordou o entrevistado 1, a intervenção engloba não só as necessidades a que se tem de responder, mas também as competências que as organizações têm para as suprir:

“ (...) ver de que maneira é que uma organização como a nossa pode intervir porque sei lá se for uma organização como a tese que são os engenheiros sem fronteiras provavelmente seria, faria muito mais sentido intervir na zona rural com questões de...sei lá, abastecimento de água, etc. Portanto, isso também tem a ver com o tipo de organização de que estamos a falar.” El

Um outro passo fundamental no diagnóstico é a sua adequação à realidade local, envolvendo a comunidade e construindo parcerias. Segundo os entrevistados 1, 2 e 4, as

organizações devem trabalhar em conjunto com as pessoas locais no levantamento das necessidades e mesmo que, numa fase inicial, não haja tempo suficiente para isso tentam, salientou o entrevistado 4, que:

“ (...) o diagnóstico seja sempre feito com as próprias comunidades, com as entidades. É difícil haver o caso em que nós elaboremos um projeto em que não tenha havido uma consulta prévia ou o envolvimento de atores locais. Às vezes, não há tempo para fazer isso de uma forma adequada, mas mesmo quando esse tempo não existe, existe sempre depois consulta e o diagnóstico é sempre feito com as pessoas, com as pessoas da comunidade e do terreno e atores locais que são interessados direta ou indiretamente.”
E4

Além disso, é crucial estabelecer parcerias com as entidades locais de forma a que estas, que têm um conhecimento mais aprofundado da realidade, possam dar o seu contributo e a sua visão das coisas, dizendo, como afirmou o entrevistado 4, *“é uma boa ideia, mas aqui não faz sentido ou isso é uma péssima ideia”*. Têm, portanto, um papel orientador das ONGD, como se denotou no discurso do entrevistado 3:

“ (...) nós tínhamos reuniões por skype e dizíamos assim: “olhe nós achamos que devemos fazer isto, devemos fazer o projeto em duas ilhas” e eles diziam “Ok, podem fazer em duas ilhas, mas cuidado que na ilha x já foi feito isto e aquilo, portanto secalhar...” ou “na ilha y que é outra ilha que vocês podem...” onde nós conseguimos “temos índices de homofobia extremamente altos” que nós, tu aqui consegues ter acesso aos relatórios internacionais, mas que, muitas vezes, te escampam pormenores das coisas no terreno, por isso é que os parceiros são fundamentais no diagnóstico de projeto...no diagnóstico, na elaboração e no planeamento, na execução, na avaliação do projeto.” E3

Obviamente que o modo como se faz o diagnóstico varia de projeto para projeto, embora tenham sempre aspetos semelhantes. O entrevistado 2 identificou um projeto na Mongólia de crianças portadoras de deficiência e explicou que o seu diagnóstico foi muito similar ao que se faz num qualquer projeto de intervenção social, em Portugal: primeiro constataram com as autoridades locais que haviam necessidades e falhas no apoio aquele tipo de população, depois iniciaram-se contactos com os pais para apurar as principais necessidades e a que é que era urgente responder, criando-se o projeto com base nestas informações.

Outro aspeto a ter em conta são as metodologias usadas que auxiliam a intervenção e, em específico, o diagnóstico. O entrevistado 3 referiu a análise *SWOT*, os entrevistados 2 e 4 falaram da árvore de problemas e de objetivos e do marco lógico.

Porém, uma nota comum, em todos os entrevistados, foi a dificuldade em explicitarem as metodologias porque são diversos os fatores que possibilitam ou não a sua mobilização. O tempo disponível é, sem dúvida, um dos fatores que mais interfere na aplicação das metodologias, já que muitas organizações se confrontam com um tempo limitado para realizar o diagnóstico e implementar os projetos, notou o entrevistado 3:

“Agora, a análise SWOT é quando tens tempo porque as organizações pequenas é muito complicado tu...tu trabalhares única e exclusivamente para aquele projeto e dedicares-te...” E3

Depois, a capacidade de uso das metodologias por parte das comunidades também influencia, pois, como avisou o entrevistado 4, em algumas existe menos essa capacidade do que em outras. Outro fator que poderá ter influência é a troca de experiências entre as organizações portuguesas e entre estas e outras europeias e internacionais, partilhando as suas realidades, sobretudo, ao nível das metodologias e criando parcerias nesse sentido. Esta é uma atividade promovida, em especial, pela Plataforma Portuguesa das ONGD que reconhece, referiu o entrevistado 5, que o grande capital de conhecimento neste âmbito está nas organizações.

De facto, o diagnóstico, confirma Guerra (2005, p.20), deve partir do pressuposto que “ (...) todos os atores são portadores de significações e que é a compreensão do contexto de interação que torna possível entender os fenómenos de mobilização, sempre suscitados por situações concretas e não por valores ou princípios definidos à partida”. As organizações devem, atendendo a este pressuposto, adotar uma postura de implicação e problematização crítica das situações que é favorável a um conhecimento mais alargado propício a uma ação transformadora (Guerra, 2002).

Para que este conhecimento se aproxime o mais possível da realidade, torna-se essencial, como lembram Simões, Augusto, Cruz, Oliveira & Wolf (2008), envolver as pessoas e favorecer a sua participação em todo o processo; realizar uma leitura interpretativa, multidisciplinar e sistémica de forma a analisar as causas dos problemas e desvendar as várias ligações entre as dimensões da realidade; e prospetivar um leque de futuros possíveis que auxiliam as escolhas e as decisões tomadas, bem como a definição estratégica e a preparação para a ação.

Perante a complexidade dos problemas e da própria realidade, o ser humano, lembram Godet, Monti, Meunier e Roubelat (2000), não está e nunca esteve

despetrechado, antes recorre a instrumentos e metodologias que o possam auxiliar nas mais diversas situações, sobretudo, quando se trata de preparar e tomar decisões. Refletem, no caso da intervenção social, uma constante preocupação de rigor intelectual, colocando questões pertinentes e reduzindo as incoerência e incertezas dos raciocínios. Além disso, estes devem ser suficientemente simples para que possam ser apropriados por todos os que compõem o projeto e congruentes com as necessidades e a natureza do problema em jogo, os constrangimentos do tempo e os recursos disponíveis. A sua principal vocação não é que sua construção se transforme num prazer solitário, mas propicie uma reflexão coletiva e criativa sobre a realidade e as suas múltiplas facetas.

Quanto ao planeamento, destaca-se a sua flexibilidade porque, muitas vezes, devido às circunstâncias dos contextos necessita de ser ajustado. Os entrevistados 3 e 4 referiram que o que consta do planeamento nem sempre pode acontecer pela variedade de circunstâncias que, no momento da sua execução, ocorrem e, essencialmente, pela escassez de recursos materiais. Quando, por exemplo, o entrevistado 3 se deslocou a São Tomé para a realização de uma formação, o que estava previsto, na primeira vez, aconteceu da melhor forma porque ocorreu na capital. No entanto, quando realizaram a formação noutra local, mesmo falando com a coordenadora local do projeto e confirmando que teriam os materiais assegurados, não conseguiram cumprir o planeamento, pois não havia *Power Point*, retroprojetor ou quadro para escreverem. Tentaram trabalhar com as pessoas a partir do computador, mas a luz falhou. Este é apenas um exemplo que ilustra a distinção clara entre o planeamento e a implementação e a necessidade que as organizações têm de se adaptarem e, ao mesmo tempo, serem criativas no modo como lidam com o inesperado. Observemos o discurso do entrevistado 3:

“ (...) uma coisa é tu planeares, outra coisa é tu executares. E depois quando executas normalmente lá...tu tentas dar o teu melhor, mas secalhar só foi 45 % executado aquilo que tu planeaste por causa das condições todas...de não terem o material que tu querias (...) tu tens de tentar executar aquilo de outra maneira e tens de ser muito criativo quando estás a trabalhar.” E3

O planeamento, admitiu o entrevistado 2, pode ser feito de uma maneira mais ou menos participativa, quer dizer a matéria-prima e a génese dos projetos passa por estar muito perto da população e discutir em conjunto os problemas, os objetivos e as

soluções que existem, mas, depois disso, são os responsáveis das organizações que reveem e melhoram as propostas.

À luz do que aponta Bryson (2004), o planeamento visa dar resposta às evidências apontadas no diagnóstico, tentando perceber o que se vai fazer e porquê é que se vai fazer. Este é estratégico, na medida em que se constitui enquanto um processo estruturado e orientado para a consecução dos objetivos e a tomada de decisões e, simultaneamente, busca a adaptabilidade ao imprevisto que a gestão da mudança, na realidade social, pressupõe.

Relativamente à implementação, o aspeto mais focado foi a participação e o papel ativo que é atribuído aos atores locais na realização das atividades. Como mostrou o entrevistado 4, o beneficiário tem de ser ator do próprio projeto e assumi-lo seu:

“ (...) para nós o beneficiário não é uma pessoa passiva que recebe, não é? Existe sempre um compromisso, um envolvimento com o projeto que vai além de uma atitude: “Obrigadinho pelo que me deram”. No fundo, o beneficiário é ele próprio responsável seu próprio desenvolvimento como qualquer outro ator e, então, o que nós tentamos sempre é criar metodologias e formas em que sejam não só envolvidos no projeto, mas que sejam atores do próprio projeto e que assumam o projeto como deles.” E4

Como é que, depois, a participação do beneficiário se põe em prática? O entrevistado 4 deu o exemplo de um projeto, em Cuba, de construção de casas destruídas pelos furacões, em que os beneficiários são responsáveis pela construção da sua própria casa e ajudam-se uns aos outros. O papel das organizações, neste caso, é formar as pessoas, acompanhá-las e orientar o que têm de fazer.

No que respeita à avaliação, o seu entendimento pode-se dividir em dois aspetos: o tipo de avaliação e o papel que lhe é atribuído.

As organizações efetuam, fundamentalmente, avaliações intermédias, finais, *ex.post* e externas, sem contar, pois, com avaliação inicial do contexto, já explicada no diagnóstico. Os entrevistados 1 e 2 falaram de uma avaliação regular que é feita pela equipa ou o profissional da organização que está no terreno e que se consubstancia, normalmente, num relatório ou documento escrito:

“Normalmente esse acompanhamento é feito pelos escritórios locais, mas uma ou duas vezes por ano os escritórios doadores também vão ao terreno. Com frequência nós pedimos informação, quando os projetos são muito pequenos naturalmente não vamos lá, mas pedimos sempre informação. Recebemos sempre relatórios trimestrais e vamos acompanhando como é que as coisas estão a ser implementadas.” E2

O entrevistado 4 referiu as avaliações *ex.post*, realizadas meses depois do final de um projeto, e da avaliação final como uma forma de fechar um ciclo:

“ (...) fazemos avaliações em finais de processo, ou seja, se há um projeto que começa e acaba aqui e eu sei que não vai haver uma continuidade ou alguma coisa parecida, pois possivelmente faço uma avaliação final aqui. Mas se eu sei que, por exemplo, o projeto acaba aqui, mas vai haver uma fase posterior ou continua de outra maneira, pois secalhar não me interessa fazer a avaliação aqui. Faço uma avaliação aqui que cubra estes dois.” E4

O mesmo ainda indicou que os projetos, principalmente, financiados pela União Europeia incorporam um elemento designado de monitorização Rom que, como o próprio nome indica, monitoriza a intervenção, tendo em conta os cinco critérios principais da avaliação: a pertinência, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade.

Os entrevistados 2 e 3 mencionaram, por fim, a avaliação externa quando os projetos assim o exigem e é possível, o que pode ser, na sua ótica, positivo, pois os avaliadores terão à partida uma maior neutralidade a recolher e a interpretar os dados. Apresentados os tipos de avaliação, importa compreender o seu papel no decurso da intervenção das ONGD. Pelos discursos dos entrevistados, um dos papéis da avaliação situa-se, sobretudo, na identificação e validação dos resultados:

“Portanto, eles têm de nos apresentar, têm de nos dar provas de, enfim, da evolução do projeto e, mas é claro que é sempre supervisionado por nós.” E1

Depois, encontramos a avaliação como um processo de melhoria e continuidade onde, além do cumprimento dos objetivos e dos resultados, se procura, efetivamente, perceber o que não correu tão bem para, se ainda for possível, alterar ou, então, no futuro, melhorar, como se verifica pelas palavras dos entrevistados 2 e 4:

“Portanto, a avaliação tem sempre esta componente de que...de um processo de continuidade... que o facto de se estar a avaliar vai se ver o que correu bem e o que correu menos bem. Mas ao ver o que correu menos bem como é que se pode melhorar? Ao ver o que correu bem tentar ver outro tipo de soluções que sejam usadas para outro tipo de problemas para se criar um novo projeto, uma nova ação, um novo trabalho com a comunidade para continuar a desenvolver.” E2

“Há um seguimento, que é o seguimento do próprio marco lógico...que é...que tem a ver com, enfim, o seguimento de um plano operativo: número de atividades, foi feito, não foi feito, os indicadores estão cumpridos, não estão a ser cumpridos, o orçamento – estamos a gastar, como é que estamos a gastar? Nós planificamos o mês passado, o que

é que estamos a executar este ano? Comparar com o orçamento total. Ou seja, tudo isso é feito de maneira permanente.” E4

A avaliação pode ainda ser vista como um processo de prestação de contas, em que se divulga às pessoas o que está a acontecer nos projetos e o que já foi conseguido através da sua ajuda. Transmite-se às pessoas, como frisou o entrevistado 1, que as suas contribuições estão a ser bem aplicadas:

“ (...) é uma organização que dá um feedback enormíssimo...nós, somos unicamente financiados pelas pessoas e eu acho que seria uma falta de respeito da nossa parte não fazermos tudo e mais alguma coisa para assegurarmos que o dinheiro que às vezes dado com sacrifício é bem aplicado (...)” E1

A avaliação, na literatura, aparece como um momento determinante e que é transversal a todo projeto. Esta não se resume a um mero balanço da ação desenvolvida, trata-se, antes de mais, de um modo de investigação social contínuo, planificado e dirigido cujo intuito é o de recolher e analisar, cuidadosamente, um conjunto de dados e de informações suficientes, relevantes, válidas e fiáveis que nos permitam determinar o valor e o mérito do que foi feito, das diferentes dimensões e componentes de um projeto (da análise da realidade, da planificação, da conceção, da execução do projeto e das atividades e tarefas desenvolvidas ao longo deste), produzindo efeitos e resultados concretos que auxiliem a tomada de decisões racionais, a solução dos problemas, o conhecimento e a compreensão dos fenómenos, do êxito ou do fracasso subjacente à concretização dos objetivos e das finalidades, inicialmente, propostos (Monteiro, 1996). Independentemente do tipo de avaliação que realizam, os entrevistados, ainda que alguns valorizem mais ou menos os resultados, encaram a avaliação deste modo e marcam-na como um ponto crucial ao longo de todo o projeto.

O impacto poderia estar integrado na avaliação, mas aqui surge como uma dimensão separada porque apareceu sempre, nas entrevistas, independente deste momento. Este é percecionado pelas organizações de duas formas: como o cumprimento dos resultados imediatos e como o cumprimento dos resultados a longo prazo.

Os resultados imediatos são aqueles que assumiram uma maior representatividade, pois todos os entrevistados referiram o seu cumprimento nos projetos em que as suas organizações estão envolvidas. O impacto a nível destes resultados é percecionado, segundo os entrevistados, pela melhoria das condições de vida das comunidades, nos domínios da saúde, educação, contacto cultural e na própria

consciência que estas têm sobre si próprias, os seus problemas e as suas necessidades e a relação que estabelecem com o que as rodeia, como notamos no exemplo dado pelo entrevistado 3:

“ (...) em maio foi bom teres a percepção delas, quando elas te diziam “Ah, ele agora ajuda-me muito, ele agora tipo ele até muda fraldas” [risos] e teres essas coisas e veres as pessoas com quem tu deste a formação a trabalharem muito na questão da violência e a quererem denunciar muitos casos e depois receberes e-mails eles a dizerem que não conseguem denunciar (...) eles mandarem-te esses e-mails é bom tu perceberes que afinal a formação que tu foste dar não foi mais uma formação (...)” E3

Os resultados imediatos acabam, pois, como reiterou o entrevistado 2, por se basearem na história de vida das pessoas, o que é *“ é algo empírico, muito mais do que qualquer outra coisa”*.

Por sua vez, os resultados de longo prazo figuram no conceito de impacto que dois dos entrevistados descreveram. Na perspetiva dos entrevistados 2 e 4, o impacto, assim entendido, é difícil de medir, visto que não se trata de uma questão de simplesmente verificar a concretização dos objetivos:

“O impacto é sempre muito difícil de avaliar. E este secalhar é um dos pontos fracos da cooperação para o desenvolvimento (...) A questão do impacto é que não é simplesmente uma questão de objetivos, é uma questão de que...o que é que esses objetivos na realidade realizaram naquela sociedade, naquela comunidade, naquele país, onde quer que seja.” E2

“É difícil medir...pelo menos o impacto como o entendemos (...) são os resultados que se alcançam além dos resultados do próprio projeto, não é? E para este conceito de impacto entram também aqui os conceitos de duração de long-time...e de multiplicação ou eventualmente de replicabilidade.” E4

O impacto tem que ver com os resultados conquistados além do tempo de vida de um projeto e o que estes mudaram, efetivamente, em determinada comunidade, região ou país. Para clarificar este conceito, tomemos atenção ao exemplo dado pelo entrevistado 4: num projeto de geração de rendimentos, propõe-se que as pessoas aumentem as suas rendas em 50 % até ao final deste e verifica-se que de facto isto foi alcançado, porque em vez de 200 têm agora 300 dólares mensais. O objetivo do projeto foi conseguido e teve, assim, um bom resultado, mas perguntou-me o entrevistado: teve

impacto? Este explicou que não sabe se teve ou não, porque para analisar o impacto teria de ir à casa das pessoas e perceber em que gastavam os 100 dólares a mais: se lhes tinha mudado a vida, se com esse dinheiro tinham, por exemplo, conseguido colocar as crianças na escola, melhorar a dieta alimentar e as condições materiais da casa ou se, pelo contrário, o marido gastava o dinheiro em bebida e saídas com amigos, batia na mulher e tinha começado uma relação extraconjugal, tendo que dividir as despesas por duas casas, o que significava que os 300 dólares representavam apenas 150.

O impacto é, portanto, um conceito muito mais complexo que abarca um conjunto de informações, além do que se constitui como imediato e facilmente visível. Exige uma análise mais profunda e demorada que leva a que os estudos de impacto estejam ausentes da cooperação, pois os financiadores não os preveem e o tempo que as organizações estão num dado local não se revela suficiente para tal.

Os estudos de impacto são bastante caros, como destacou o entrevistado 2, e, por isso, os financiamentos normalmente não têm capacidade para os pagar. Acresce-se a lógica temporal limitada e curta dos projetos das ONGD, o que dificulta a perceção do impacto, como notou o entrevistado 4:

“E, muitas vezes, não estamos, não só não temos, não estamos tempo suficiente dentro de um processo de desenvolvimento para medir o impacto da nossa atuação. Pois, trabalhamos aqui ou funcionamos aqui ou até aqui e depois vamos embora...” E4

Estas questões são explicitadas por Fuduka-Parr et al. (2002) e Lopes (2002) que argumentam que como resultado dos imperativos de planeamento político e financeiro, tem existido, nos projetos de desenvolvimento, uma urgência pela procura de resultados rápidos e tangíveis. Esta tendência deriva do espírito e da lógica de gestão corporativa e economicista que apresenta um foco claro em medidas quantificáveis. O problema que emerge desta lógica é a sua incongruência face aos projetos de desenvolvimento cuja transformação pretendida se revela um processo contínuo, lento e longo. Portanto, o tempo é um aspeto essencial no impacto, se este for percebido não exclusivamente como o alcance dos resultados, mas, acima de tudo, como a criação de capacidades. Finalmente, a última dimensão de análise, na intervenção, é a sustentabilidade que, pelos vários discursos dos entrevistados apresentados neste capítulo, se percebeu ser uma preocupação e uma procura constante das ONGD. Claro que, não raras vezes, esta

é difícil de conquistar, contudo foram identificados alguns fatores que a facilitam, nomeadamente, o tempo de intervenção num local e o envolvimento das pessoas.

À semelhança do impacto, a sustentabilidade precisa de um tempo considerável de intervenção num dado contexto, através do qual será possível conhecer a realidade, criar relações de confiança e de proximidade e envolver as pessoas a fim de que estas possam continuar os projetos por si próprias, como afirmou o entrevistado 4:

“Essa sustentabilidade alcança-se envolvendo as pessoas e que as pessoas depois assumam o projeto, criando ligações, condições logo à partida para que o projeto possa continuar. E para isso é muito importante que as pessoas...que o projeto não seja nosso, mas seja das pessoas e elas percebam tudo o que está a acontecer...que sejam elas próprias a propor tudo o que está a acontecer ou se não propor pelo menos que entendam e aceitem a proposta.” E4

CONCLUSÃO

O desenvolvimento, enquanto conceito universalmente aceite, tem sido amplamente contestado. Porém, isto não significa que este deva desaparecer, pois, questiona Rahman (1998, cit. in Pieterse, 2010): será que devemos abandonar conceitos só porque eles têm um uso excessivo? A palavra desenvolvimento, pese embora os seus aspetos negativos, tem tido um significado importante, expressando as várias concepções que surgiram ao longo do tempo acerca do progresso e do florescimento da criatividade humana.

Ao olharmos para a sua promoção, como fizemos neste trabalho, identificámo-lo não como um edifício consistente, mas repleto de improvisações, empréstimos e zigzagues que o tornam um projeto intelectual, cultural e político híbrido. Assim, o desenvolvimento deve ser questionado a partir de policêntricas formas, uma vez que inclui diversos atores, países, projetos e áreas de intervenção, metodologias, recursos, em suma, formas de ver o mundo e o que nos rodeia.

Deixando de lado as interpretações simplistas deste conceito, este trabalho deu conta das principais perspetivas acerca do desenvolvimento e de como este é promovido, pelas ONGD, junto das pessoas dos países em desenvolvimento.

Percebemos, desta forma, que estas se caracterizam, particularmente, pela proximidade que mantêm às populações, apostando em abordagens de baixo para cima, e pela sua capacidade de adaptação às diferentes realidades. Os desafios que enfrentam são múltiplos, como a falta de conhecimento do seu trabalho por parte da sociedade, a dificuldade em encontrarem financiamentos, a necessidade de se definirem estrategicamente, de formarem os recursos humanos, de preservarem os valores que deram origem à sua criação, de comunicarem e darem visibilidade ao que fazem.

Estas organizações defendem, tanto concetual, como praticamente, um desenvolvimento integrado, atento às múltiplas dimensões que configuram a realidade, e um desenvolvimento emancipador/capacitador, o qual pressupõe uma troca e partilha cultural constantes e a participação das pessoas. Ainda que possa ser uma tarefa árdua e exigente, o *ownership* e a sustentabilidade dos projetos, dois aspetos bastante frisados pelos entrevistados, só podem ser alcançados se o desenvolvimento for pensado, planeado e concretizado a partir dos universos culturais próprios das populações, as quais se constituem como os primeiros e os mais importantes recursos para o progresso e a mudança.

Neste contexto, torna-se fundamental, como as organizações reconheceram, terem consciência de que a promoção do desenvolvimento exige uma permanente adaptação aos diferentes contextos que possuem, por sua vez, diferentes capacidades e potencialidades. Quer dizer que a diversidade cultural, embora possa trazer alguns obstáculos, é um elemento que está presente e com a qual as ONGD se relacionam, exigindo da sua parte a sensibilidade para compreenderem a melhor abordagem de intervenção em cada local específico.

Os projetos de desenvolvimento são, então, concebidos a partir da existência de várias condições: as necessidades sentidas pelas pessoas, pelos parceiros e pelas próprias organizações nas suas visitas ao terreno; os âmbitos de atuação e as competências das ONGD; e, claro, as especificidades e as características da realidade local. Portanto, o diagnóstico, sempre que possível, tem como ponto de partida as pessoas locais e as suas perspetivas sobre os problemas, as necessidades e as soluções que podem ser encontradas. Realizado o primeiro contacto e conhecimento da realidade consubstanciado no diagnóstico, seguem-se o planeamento e a implementação que devem, sobretudo, ser flexíveis a fim de que se adequem às circunstâncias que surgem num dado momento e desenvolvam a criatividade necessária para lidar com o inesperado. A avaliação assume-se, para a maior parte dos entrevistados, como um processo regular que permite a identificação e a validação dos resultados, a melhoria da intervenção e a prestação de contas. Ao longo do ciclo de projeto, valoriza-se a participação e o envolvimento das populações locais, pois, deste modo, o desenvolvimento já não passará a ser um espelho de outros, mas antes o seu próprio espelho com a sua identidade particular.

De notar ainda nos projetos a distinção que é feita entre o impacto como cumprimento dos resultados imediatos que as organizações dizem alcançar e o impacto como cumprimento dos resultados a longo prazo que não se trata simplesmente de verificar a concretização dos objetivos, mas em que é que estes mudaram, de facto, a vida das pessoas. Este último impacto é mais difícil de medir e está praticamente ausente na cooperação em Portugal devido, essencialmente, à lógica temporal limitada e curta dos projetos e aos financiadores que não preveem nos contratos a realização de estudos de impacto.

Embora o presente estudo tenha contribuído com uma visão bastante global sobre o modo como as ONGD promovem o desenvolvimento, muitas limitações podem ser identificadas.

Desde já o facto de se focar exclusivamente na perspectiva das Organizações por ser, em termos temporais e financeiros, difícil recolher dados junto das populações que fazem parte dos seus projetos, pois exigiria a deslocação aos países de intervenção. Claro que ouvir as perceções das pessoas acerca de como o desenvolvimento é promovido teria adensado a complexidade e enriquecido o próprio estudo.

Neste contexto, sabendo que o desenvolvimento é um processo contínuo, lento e de longo-prazo, seria importante o seu seguimento ao longo do tempo não só nos locais de intervenção, mas também através do acompanhamento do trabalho que é realizado nas sedes das organizações. Portanto, poderia ser muito pertinente para o estudo o envolvimento e a imersão do investigador, neste caso, no espaço vivencial das ONGD, acrescentando às entrevistas a observação participante.

Outra das limitações é o número reduzido de entrevistas derivado do número de organizações que participaram na investigação, pois, como foi referido atrás, todas as que se incluíam no critério definido foram contactadas, contudo somente quatro responderam positivamente. Foram realizados outros contactos privilegiados, mas apenas foi possível incluir a Plataforma. Além disso, a triangulação dos dados, característica importante na investigação qualitativa, ficou comprometida porque foi apenas possível a realização de entrevistas e o uso de alguns documentos para a caracterização das organizações. Sendo assim, a cobertura de um maior número de ONGD e a mobilização de outras técnicas daria uma consistência e uma representação mais alargada aos resultados obtidos.

Uma última limitação que pode ser identificada tem que ver com a profundidade das respostas obtidas, visto que, em alguns casos, se tornou difícil a exploração de todas as questões de maneira aprofundada tanto devido ao tempo disponível, como às condições em que as entrevistas decorreram. Pode ser apontado também o enviesamento de algumas respostas, na medida em que o conhecimento prévio da investigadora desta realidade poderá, em alguns momentos, ter influenciado as respostas dadas pelos entrevistados.

Certamente, muitas outras limitações poderiam ser elencadas, mas estas são as que, na nossa perspectiva, influenciaram mais o decorrer do estudo.

Este trabalho possibilitou confirmar algumas das perspectivas que figuram neste domínio de análise, principalmente, a ideia de que o desenvolvimento implica capacitar as pessoas e tê-las como ponto de partida e de referência para a construção dos projetos. No entanto, há ainda aspetos para explorar e aprofundar. Desde já a realização de

estudos que atendem à promoção do desenvolvimento, tendo em conta, simultaneamente, as perspetivas das organizações e das populações que são beneficiárias dos seus projetos. Poderia ser pertinente, neste sentido, acompanhar um projeto específico e as suas diferentes etapas, observando como tudo é feito. Além disso, no contexto das ONGD portuguesas, seria importante analisar as atuais dificuldades de financiamento e as alternativas que têm sido encontradas, bem como, o conceito de impacto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M. (2005). A cooperação para o desenvolvimento e as suas motivações. In M. Afonso & A. Fernandes, *abCD introdução à cooperação para o desenvolvimento* (pp.10-22). Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e desenvolvimento.
- Alkire, S. (2002). Dimensions of human development. *World development*, 2, 181-205.
- Araújo, P. (2006). *A capacitação para o desenvolvimento das ONGD portuguesas. Dissertação de mestrado não publicada*, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Banco Mundial (2013). *Atlas of global development* (4 ed.). Washington: Autor.
- Bartenev, V. & Glazunova, E. (2013). *Internacional development cooperation. Set of lectures*. Moscovo: Banco Mundial.
- Beaufre, A. (1963/2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Calvert, P. (2005). Changing notions of development: bringing the state back in. In J. Haynes (ed.), *Development studies* (1 ed., pp.3-26). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Carvalho, F. (2011). *Cooperação na área da educação enquanto fator portador/produzidor de futuro*. In COOPEDU — Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação (pp. 275-281.). Lisboa: CEA.
- Costa, A. (1992). *Sociologia*. Lisboa: Difusão cultural.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Des Gasper (2007). What is the capability approach? Its core, rationale, partners and dangers. *The Journal of Socio-Economics*, 36, 335–359.

- Fernandes, A. (2005). A cooperação para o desenvolvimento em Portugal. In M. Afonso & A. Fernandes, *abCD introdução à cooperação para o desenvolvimento* (pp.120-136). Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e desenvolvimento.
- Fernandes, A. (2005). Os atores da cooperação para o desenvolvimento. In M. Afonso & A. Fernandes, *abCD introdução à cooperação para o desenvolvimento* (pp.43-69). Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos – Cooperação e desenvolvimento.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4 ed.). Londres: SAGE.
- Fuduka-Parr, S., Lopes, C. & Malik, K. (2002). Institutional innovations for capacity development. In S. Fuduka-Parr, C. Lopes e K. Malik (ed.), *Capacity for development. New solutions to old problems* (pp.1-23). Nova Iorque: Earthscan.
- Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia.
- Guerra, I. C. (2005). O planeamento no contexto de uma sociologia da acção. *Cidades - Comunidades e territórios*, 10, 13-24.
- Haynes, J. (2005). Introduction. In J. Haynes (ed.), *Development studies* (1 ed., pp.3-26). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Henriques, A. (2009). Construir o paraíso aqui: semear mudança para colher esperança. In ACEP (ed.), *Cooperação descentralizada. Entre Norte e sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades, favorecer mudanças* (pp.11-21). Lisboa: ACEP.
- Hespanha, P. (2001). Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (pp.163-196). Porto: Afrontamento.
- Hettne, B. (2005). Discourses on development. In J. Haynes (ed.), *Development studies* (1 ed., pp.26-47). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2011). *A cooperação portuguesa 2005-2010*. Lisboa: Autor.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2011). *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: Autor.
- Jafarzadeh, S. & Beheshti, M. B. (2012). Importance of freedom in humanities developing. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 31, 323 – 332.
- Lima, R. (2006). *Desenvolvimento levantado do chão ... com os pés assentes na terra. Desenvolvimento local – investigação participativa animação comunitária*. Porto: FPCE-UP.
- Lopes, C. (2002). Should we mind the gap? In S. Fuduka-Parr, C. Lopes e K. Malik (ed.), *Capacity for development. New solutions to old problems* (pp.121-147). Nova Iorque: Earthscan.
- Kamrava, M. (2005). Democracy and democratisation. In J. Haynes (ed.), *Development studies* (1 ed., pp.67-89). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Kanbur, R. & Sumner, A. (2012). Poor countries or poor people? Development assistance and the new geography of global poverty. *Journal of international development*, 24, 686-695.
- Krishna, A. (2008). Introduction: poor people and democracy. In A. Krishna (ed.), *Poverty, participation and democracy* (1 ed., pp. 1-28). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Mansuri, G. & Rao, V. (2013). *Localizing development. Does participation work?* Washington: Banco Mundial.
- McMichael (2004). *Development and social change. A global perspective* (3 ed.). Califórnia: SAGE.

- Miller, J. & Glassner, B. (1990). The inside and the outside: finding realities in interviews In D. Silverman (ed.), *Qualitative research. Theory, method and practice* (pp. 125-140). Londres: SAGE.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. *Sociologia – problemas e práticas*, 22, 137-154.
- Nussbaum, M. (2001). *Women and human development: the capabilities approach* (1 ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Nussbaum, M. (2010). *Creating capabilities. The human development approach*. Harvard: The Belknap Press.
- Pais, J. M. (2007). *Sociologia da vida quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: ICS.
- Pieterse, J. N. (2010). *Development theory* (2 ed.). Londres: SAGE.
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2012). *Guia das ONGD – 2012*. Lisboa: Autor.
- Proença, F. (2009). Avaliação da cooperação descentralizada da iniciativa de ONGD. In ACEP (ed.), *Cooperação descentralizada. Entre Norte e sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades, favorecer mudanças* (pp.47-81). Lisboa: ACEP.
- Rist, G. (2008). *The history of development. From western origins to global faith* (3 ed.). Londres e Nova Iorque: Zed books.
- Salamon, L., Sokolowski, S., Haddock, M. & Tice, H. (2012). *Portugal's nonprofit sector in comparative context*. Johns Hopkins Center for Civil Society Studies and Portugal's Instituto Nacional de Estatística (INE).
- Santos, B. V. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Paper apresentado no Seminário Internacional. Sociedade e Reforma do Estado, São Paulo, 26-28 de março de 1998.
- Santos, B. S. (2001). Os processos da globalização In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (pp. 31-99). Porto: Afrontamento.

- Schor, P. (2009). Dinâmicas de cooperação entre ímpares: ACEP face ao norte-sul. In ACEP (ed.), *Cooperação descentralizada. Entre Norte e sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades, favorecer mudanças* (pp.21-33). Lisboa: ACEP.
- Sen, A. (2000). *Development as freedom* (4 ed.). Nova Iorque: Anchor books.
- Sen, A. (1993). Capability and well-being. In M. Nussbaum e A. Sen (ed.), *The quality of life* (1 ed., pp. 41-71). Oxford: Clarendon Press.
- Smith, J. A. (1995). Semi-structured interviewing and qualitative analysis. In J. A. Smith, R. Harré e L. V. Langenhove (ed.), *Rethinking methods in psychology* (pp.9-27). Londres: SAGE.
- Taylor, I. (2005). Globalization and development. In J. Haynes (ed.), *Development studies* (1 ed., pp.268-288). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

ANEXOS

ANEXO I: Guião de entrevista – Organizações Não Governamentais Para o Desenvolvimento

Esta entrevista insere-se no âmbito do trabalho final do mestrado em “Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo” da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O objeto de estudo deste trabalho incide sobre a compreensão do papel que a intervenção das ONGD's portuguesas, na área da cooperação para o desenvolvimento, tem no desenvolvimento e na capacitação das populações dos países em vias de desenvolvimento. Neste sentido, é pedida a colaboração de algumas ONGD, assegurando que toda a informação recolhida será apenas usada para estes fins.

- Informações acerca do entrevistado:
 - Formação académica e experiência profissional;
 - N.º de anos que trabalha na organização;
 - Papéis e funções que desempenha dentro da ONGD;
 - Motivações para trabalhar na área do desenvolvimento.

- As ONGD no contexto nacional e internacional:
 - Papel das ONGD nos países em desenvolvimento (principais impedimentos ao seu desenvolvimento e o posicionamento das ONGD face a estes);
 - Relação da sociedade com os países em desenvolvimento e as ONGD;
 - Relação estabelecida entre as políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais e a intervenção da ONGD;
 - Desafios atuais das ONGD (no mundo, na sociedade portuguesa, nos países onde intervêm).

- Identidade da ONGD:
 - Ano de fundação;
 - Estatuto sociojurídico;
 - História (evolução/crescimento ao longo do tempo);
 - Missão, princípios/valores e objetivos da organização.

- Intervenção da Organização:
 - N. ° de projetos e países onde atuam;
 - Definição dos países, regiões, comunidades onde intervêm e das áreas de atuação (como se processa?);
 - Motivação da organização para intervir além dos PALOP e Timor-Leste (identificadas dentro da organização e dos próprios países, facilidades e dificuldades encontradas);
 - Conceção de cooperação para o desenvolvimento (e mais especificamente de desenvolvimento) e de capacitação na perspetiva da ONGD (influência desta conceção na intervenção);
 - Adequação da intervenção aos valores e aos objetivos definidos pela organização.

- Conceção da intervenção:
 - Diagnóstico das necessidades e dos problemas (como é realizado, tempo despendido);
 - Tipo de recursos mobilizados;
 - Metodologias usadas;
 - Participação das pessoas;
 - Influência dos mundos culturais de cada país e das suas especificidades no planeamento.

- Planeamento da intervenção:
 - Concordância entre o que é planeado e as necessidades e os problemas identificados;
 - Tipo de recursos mobilizados;
 - Metodologias usadas;
 - Participação das pessoas;
 - Influência dos mundos culturais de cada país e das suas especificidades no planeamento.

- Implementação da intervenção:
 - Relação entre o planeamento e a intervenção (capacidade do planeamento adaptar-se às situações e circunstâncias em que decorre a sua implementação);

- Duração dos projetos;
- Ações/atividades desenvolvidas;
- Metodologias usadas;
- Tipo de recursos mobilizados;
- Participação das pessoas;
- Influência dos mundos culturais de cada país e das suas especificidades concretização dos projetos (oportunidades e bloqueios).

➔ Avaliação da intervenção:

- Tipo de avaliação realizada;
- Perspetiva da organização sobre o papel da avaliação (pode ser vista, por exemplo, como processo de aprendizagem contínua ou simples identificação dos resultados);
- Tipo de recursos mobilizados;
- Metodologias usadas;
- Participação das pessoas;
- Influência dos mundos culturais de cada país e das suas especificidades no planeamento.

▪ Impacto da intervenção:

- Perceção da organização acerca do impacto da sua intervenção (conquista dos projetos, mesmo após o seu término);
- Perceção das pessoas acerca do impacto que a intervenção da ONGD tem nas suas vidas (o que a ONGD observa e percebe face aos comportamentos e as narrativas dos próprios sujeitos).

ANEXO II: Guião de entrevista – Plataforma Portuguesa das ONGD

Esta entrevista insere-se no âmbito do trabalho final do mestrado em “Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo” da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O objeto de estudo deste trabalho incide sobre a compreensão do papel que a intervenção das ONGD's portuguesas, na área da cooperação para o desenvolvimento, tem no desenvolvimento e na capacitação das populações dos países em vias de desenvolvimento. Neste sentido, é pedida a colaboração de algumas ONGD, assegurando que toda a informação recolhida será apenas usada para estes fins.

- **Informações acerca do entrevistado:**

- Formação académica e experiência profissional;
- N. ° de anos que trabalha na organização;
- Papéis e funções que desempenha dentro da ONGD;
- Motivações para trabalhar na área do desenvolvimento.

- **Identidade da Plataforma:**

- Ano de fundação;
- Estatuto sociojurídico;
- História (evolução/crescimento ao longo do tempo);
- Missão, princípios/valores e objetivos da organização.

- **Papel das ONGD no contexto nacional e internacional:**

- Papel das ONGD nos países em desenvolvimento (principais impedimentos ao seu desenvolvimento e o posicionamento das ONGD face a estes);
- Relação da sociedade com os países em desenvolvimento e as ONGD;
- Relação estabelecida entre as políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais e a intervenção das ONGD;
- Desafios atuais das ONGD (no mundo, na sociedade portuguesa, nos países onde intervêm).

- Intervenção da Plataforma:
 - Tipo de atividades realizadas;
 - Conceção de cooperação para o desenvolvimento (e mais especificamente de desenvolvimento) e de capacitação na perspetiva da Plataforma (influência desta conceção na intervenção das ONGD);
 - Papel da Plataforma na definição das políticas de desenvolvimento a nível nacional e internacional (influência junto de atores políticos, económicos, religiosos, sociais...)
 - Influência da Plataforma ao nível do conhecimento (seminários, workshops, livros...) e da intervenção (metodologias, recursos, financiamentos...) das ONGD;
 - Relação da Plataforma com a sociedade civil;
 - Adequação da intervenção aos valores e aos objetivos definidos pela organização.

ANEXO III: Caracterização das ONGD

Quadro 1: Caracterização das ONGD presentes no estudo

	Ano de fundação	Estatuto sociojurídico	Missão	Objetivos	Visão	Valores
ADDHU	2006	Associação	Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam e uma cidadania global na sociedade portuguesa, em especial nos jovens.		Todos os seres humanos devem gozar plenamente dos direitos humanos, independentemente da sua raça, cor, origem, sexo, língua, religião, opinião política ou outra.	Transparência, responsabilidade, justiça, solidariedade, independência política e religiosa, respeito pela dignidade humana e os direitos humanos.
ADRA	1984	Associação	Trabalhar com pessoas em situação de pobreza, vulnerabilidade e emergência, capacitando-as e envolvendo-as em processos de desenvolvimento, cooperação e ação responsável de forma a criar mudanças positivas e fomentar a equidade.		Apostando numa rede de conhecimento e eficiência a nível internacional, promove o direito a uma vida digna e tem um papel facilitador nas oportunidades sociais, morais e intelectuais dos sujeitos com quem se relaciona.	Motivado pelo ministério da paixão de Cristo, sustentabilidade, parcerias, participação, direitos humanos, transparência e integridade, eficácia.
Saúde em Português	1993	Associação		Promover os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a integração social e comunitária, a saúde e a igualdade de género; fomentar, divulgar e implementar		

				um suporte ao desenvolvimento, à assistência humanitária e de emergência; realizar atividades culturais; coordenar e executar projetos de investigação e estudos nas áreas e linhas de ação da organização; dinamizar a educação e a formação profissional, incluindo a educação para o desenvolvimento e a educação para a saúde; criar parcerias, protocolos e troca de experiências com organizações nacionais e internacionais; promover o voluntariado a nível nacional e internacional.		
OIKOS	1988	Associação	Erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, envolvendo e corresponsabilizando os atores sociais e criando soluções sustentáveis para que todos possam ter uma vida digna.		Um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.	Equidade, liberdade e liderança, solidariedade, responsabilidade, conhecimento e inovação, transparência e <i>accountability</i> .
Plataforma Portuguesa das ONGD	1985		Apoiar e potenciar a intervenção das ONGD Portuguesas que atuam em prol de um mundo mais justo e equitativo nos Países em Desenvolvimento nas áreas da cooperação, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária e de emergência,	Promover uma sociedade inclusiva onde os valores da solidariedade e da equidade sejam de facto uma realidade; criar plataformas de cooperação que inculquem na sociedade o respeito pela diversidade e pelos direitos humanos; fomentar políticas de não discriminação e		

			<p>promovendo as suas boas práticas junto de instâncias políticas, legislativas e sociais.</p>	<p>de promoção da dignidade de todos os seres humanos; apoiar e influenciar a conceção, a implementação e a avaliação das políticas de desenvolvimento e de cooperação nacionais e internacionais; ser um interlocutor privilegiado de organizações governamentais e não-governamentais nas questões do desenvolvimento e da cooperação.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

Fontes: ADDHU (n.d.). Quem somos? Recuperado em 20 de março, 2014, <http://www.addhu.org/index.php>.

ADRA (n.d.). Plano estratégico da ADRA 2013-2017. Recuperado em 20 de março, 2014, <http://www.adra.org.pt/>.

Saúde em Português (n.d.). Quem somos. Recuperado em 20 de março, 2014, <http://www.saudeportugues.org/>.

OIKOS (n.d.). Os nossos valores. Recuperado em 20 de março, 2014, <http://www.oikos.pt/>.

OIKOS (n.d.). Visão, missão e ambição. Recuperado em 20 de março, 2014, <http://www.oikos.pt/>.

ANEXO IV: Entrevistas organizadas por eixos

Eixo 1. Especificidades das ONGD

E1: *“Porque nós não fazemos tudo, eles agora a partir daí eles teriam de criar os seus próprios, desenvolver-se. Damos as primeiras coisas e depois a partir daí...”*

“Essa proximidade com as pessoas tanto com os dadores, como para aqueles a quem damos, é nos fundamental precisamente para o desenvolvimento. É fundamental. No fundo, somos, estamos todos no mesmo barco, como eu costumo dizer. Somos todos cidadãos do mundo.”

E2: *“ (...) as organizações da sociedade civil estão muito mais próximas das populações e conseguem perceber melhor quais são as suas necessidades e também acabam por interagir de uma forma muito mais eficaz com elas do que outro tipo de organizações, depois vindo de baixo para cima (...) a solução para as necessidades e a procura de...projetos ou de atividades ou de programas que possam melhorar a situação de vida das comunidades é muito mais eficaz, faz com que as pessoas sintam que também fazem parte do seu próprio desenvolvimento e da sua maneira de estar (...) os governos não têm muita possibilidade de o fazer uma vez que há uma aproximação muito mais top-down e também em termos de setor privado tem outro tipo de interesses e daí que a sociedade civil, as organizações não-governamentais são fundamentais neste processo (...)”*

E4: *“ (...) o papel das organizações tem vindo a mudar...tem vindo a mudar porque as sociedades mudam, as pessoas também vão evoluindo (...)E eu penso que o papel das organizações tem mudado e tem vindo a mudar e vai continuar a mudar. Penso que neste momento uma organização europeia e falo de uma organização como a OIKOS é cada vez mais...e é como a OIKOS assume...mais como um facilitador de processos de desenvolvimento. Nalguns momentos pois com um papel mais interventivo do que outros, noutros apenas uma espécie de um pivô, alguém que funciona, pois, como uma referência, como um intermediário, como um...alguém que ajuda e presta algum tipo de assistência, mas que cada vez delega e responsabiliza mais os atores locais pelo seu processo de desenvolvimento. Claro que isto nalguns países funciona melhor do que*

noutros ou pode funcionar mais do que noutros, depende de muitos fatores, entre os quais, pois, a capacidade que as próprias populações, as comunidades, o tecido social nesses países tem para assumir o seu próprio processo de desenvolvimento e tem para implementá-lo, para liderá-lo. Nalguns países e de uma maneira muito realista, existe menos capacidade para isso do que noutros.”

“ (...) as organizações internacionais assumem-se apenas como facilitadores, ponde atores em contacto uns com os outros, tomando um pouco uma perspetiva mais crítica e dizer: “Bem, nós temos já alguma experiência de desenvolvimento noutros países, nomeadamente em Portugal...o que aconteceu foi isto de certeza que é assim que querem ir muito bem. Olha estes riscos, estes riscos...” Alguém que tome uma perspetiva mais de fora e que mais do que tudo depois coloque questões e obrigue as entidades também a refletir.”

E5: *“ (...) podemos considerar a maior parte dos projetos das ONGD micro comparativamente com outros, mas muitos deles já são grandes também. Mas em que o impacto junto das populações é muito mais visível...trabalham muitas vezes em sítios onde, pela dificuldades geográficas dos países, é mais difícil os governos chegarem, portanto estão no interior dos países, estão em zonas muito mais carenciadas e, portanto, intervêm junto das populações, têm uma capacidade de adaptação à realidade muito maior do que propriamente um projeto bilateral que é definido pelo Estado e que tem aqueles trâmites todos...para alterar qualquer coisa tem que se voltar. E, portanto, as ONGD têm essa capacidade de adaptação e de procurar recursos locais e utilizam muito também sempre que possível as estruturas produtivas locais também para dinamizar a economia.”*

“ (...) é mais focalizado nas populações e nas comunidades e, portanto, são mais ou menos...servem como agentes catalisadores...não estão ali ou pelo menos o seu objetivo não é estarem ali durante muito tempo, é sobretudo criarem condições para que as populações depois possam continuar os seus projetos.”

“ (...) é criar condições para que a nível local as organizações possam assumir o controlo dos seus projetos, aceder a financiamentos internacionais, terem capacidades locais para avançarem com as atividades e, portanto, é estarem lá para resolver e continuar a contribuir para que os problemas sejam resolvidos. O papel das ONG continua a ser essencial. E é verdade que se tem que se adaptar, têm que alterar, às

vezes, algum âmbito das intervenções a nível local, mas as necessidades continuam a ser muito de acordo com aquilo que as ONG têm para oferecer.”

Eixo 2: As ONGD em relação com o contexto nacional e internacional

E1: “As ONGD estão bastante desacreditadas neste momento. Porquê? Porque não sei...algumas não sei trabalham de modo que as pessoas não têm fé, não acreditam que o dinheiro vá parar aos sítios, que as coisas sejam feitas de maneira sustentável (...)”

“ (...) a nível governamental ou de instituições ou do antigo IPAD (...) esses organismos que davam ajuda a organizações que tinham projetos de ajuda humanitária, as pequenas organizações eram sempre excluídas, sobretudo, quando trabalhavam em países fora dos PALOP, não é? Pronto, nunca percebi muito bem porquê, porque acho que o mundo está para além disso (...) mas esta é uma questão, enfim, que eu condeno vivamente no critério de atribuição e mesmo, hoje em dia, isso tem haver também com a política que, hoje em dia, se pratica a nível dos negócios estrangeiros que é a tal diplomacia económica, quer dizer e que era um bocadinho ajuda-se a quem interessa (...)”

E2: “A sociedade civil portuguesa lida muito mal porque é algo que lhe passa totalmente ao lado. Não tem...apesar da maioria das pessoas acharem que a cooperação para o desenvolvimento é importante ou melhor existe [risos] pelo menos um ou outro estudo feito nesse sentido. Na prática, quando falo com as pessoas não noto assim tanto isso. Acho que estamos muito virados para o nosso umbigo, para as nossas crises, para os nossos problemas e...e para o nosso pequeno país, estamos muito pouco...olhamos muito pouco para aquilo que é a realidade nos outros países.”

E3: “ (...) ainda aquele preconceito de...já nem tanto...mas ainda há muitos preconceitos na sociedade portuguesa infelizmente (...) é como por exemplo toda a gente diz que o Brasil é um...é trabalhadoras do sexo e copa, não é agora? E não é, nós sabemos que não é. Mas as pessoas ainda pensam assim. Não estou a dizer que é no geral, mas há muitas pessoas que ainda pensam assim.”

“Claro há organizações que já têm uma certa credibilidade. Mas claro durante alguns anos, quando eu andava na faculdade havia muito a sensação de que as ONG enviavam

peessoas para o terreno ou angariavam dinheiro e depois aquele dinheiro...questionava-se muito se aquele dinheiro ia realmente para África ou se aquela roupa que tu enviavas ia mesmo para aquela...pronto, e agora acho que através das redes sociais e internet veio te mostrar que é possível...mostrar às pessoas que o dinheiro que tu, tu... que efetivamente chega onde tu, onde...onde a organização quer e onde teve a pedir esses fundos para isso (...) ”

E4: *“A ONGD é uma entidade um bocadinho marginal. Não marginal no sentido negativo do termo, de criminoso. Mas marginal no sentido que está à margem e, então, são entidades a quem normalmente se...alguém se dirige quando precisa e quando faz falta. Normalmente são...enfim...são entidades que apesar do que se possa dizer e de posições, pois, públicas de serem muito importantes e muito...eu penso que essa importância, o valor e o mérito depois, muitas vezes, não é reconhecido e não é reconhecido de uma forma...de uma perspetiva muito prática...”sim senhora se vocês são tão importantes, depois o que é que nós também podemos fazer para que vocês continuem a ter importância?” Isto vai desde entidades públicas a fundações, empresas, seja quem for.”*

“ (...) não levam a sério...penso que, muitas vezes, é...são como entidades que fazem um trabalho, pois, mais por... pouco profissional, mais por capricho de três ou quatro carolas que fazem as coisas sempre numa perspetiva, pois, de voluntariado, como quase para se entreter sem um impacto verdadeiramente justificado ou justificável.”

“Cada vez olhamos mais os nossos próprios problemas e as pessoas começam a estar pouco interessadas e pouco sensíveis para o que se passa fora de portas se cá nós já temos com que nos entreter.”

“Portugal conhece poucos países para além dos PALOP e de Timor-Leste. E a própria estratégia de cooperação portuguesa passa precisamente por dar cada vez mais atenção aos países lusófonos e aos países, enfim...aos países dentro do espaço da CPLP (...) uma opinião mais crítica que possa existir está condicionada por esta prioridade que é histórica e, enfim, também política.”

“E pronto, então não há mundo para além disso e claro isto faz parte mesmo da estratégia da cooperação portuguesa, das recomendações da cooperação portuguesa, recomendações internacionais que dizem: “Bem, a cooperação portuguesa deve

prioritariamente trabalhar....pois fazer o que sabe onde sabe.” Mas isto, pois, é um âmbito limitado.”

“No caso da estratégia, enfim, a OIKOS através da Plataforma e do fórum de cooperação para o desenvolvimento, pois, participou e participa na definição da estratégia e em traços gerais está de acordo, não difere dos princípios que a OIKOS também definiu. Claro que depois cada financiador e cada entidade tem, enfim, as suas ideias particulares, não há grandes problemas desde que nos princípios gerais todos estejamos de acordo e no geral pensamos sim.”

E5: *“ (...) a cooperação para o desenvolvimento começa...também começa por aqui, mas não é um tema que tenha muita divulgação, que tenha muita visibilidade, que tenha peso político, que os média e os jornais peguem muito...quando pegam tentam sempre encontrar um ganhozito polémico, muitas vezes não vão ao fundo das questões (...) eu quando vejo e tenho visto bastantes ONG e cooperação para o desenvolvimento ultimamente mais nos jornais é por uma visão mais negativa, é aquela parte negativa que hoje em dia se fala da cooperação: que já não basta, que já não chega, que secalhar a ajuda temos que parar...reportagens... não é tanto pelo foco, pela positiva é mais pela negativa.”*

“ (...) quando se pergunta por exemplo...nós apoiamo-nos muito naqueles Euro barómetros sobre cooperação e sobre desenvolvimento que tem existido e o que é facto é que os resultados dos Euro Barómetros são positivos...a população portuguesa parece que está a favor apesar de alguma baixa agora no tempo de crise relativamente a outros Euro Barómetros antes...parece que continua a apoiar, mas eu acho que também não percebe muito bem o que é que estamos a falar. (...)

“Irá sempre dizer que sim, mas principalmente num contexto de crise que vivemos nós temos notado que as pessoas...muita gente e muita gente com responsabilidade pergunta, faz sempre a pergunta: mas porque é que nós havemos de estar a dar dinheiro lá para fora quando temos muitos problemas aqui?”

“E, portanto, não percebendo o impacto, não conhecendo as organizações não podem ter uma visão global do que é feito e do que o trabalho das ONG e da cooperação portuguesa significa. E, portanto, nunca há aqui um conhecimento muito grande e é um trabalho que temos de fazer constantemente ao nível da comunicação.”

“Não é fácil e que não ajuda também a nível político...a última audição pública que houve na Assembleia da República de cooperação para o desenvolvimento foi em 2002, portanto já lá vão mais de 10 anos em que se fala em plenário sobre isso.”

“ (...) agora quando houve a discussão do Orçamento de Estado (...) houve uma pergunta muito clara – Agora que o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento...houve a fusão...a questão da confusão entre a língua e a cooperação e o que ele disse claramente foi e é verdade que a cooperação tem estado a perder peso político ainda mais quer para a promoção da língua portuguesa, quer para a promoção da economia, da diplomacia económica...e ele disse claramente quando lhe foi perguntado se tivesse que escolher entre um projeto de cooperação para o desenvolvimento e de promoção da língua escolheria a promoção da língua. Quando nem sequer tem que haver este confronto.”

“Mas isto para dizer que também a nível político não há muita relevância, apesar da cooperação portuguesa ser considerada um pilar da política externa...mas tem estado a perder pelo contexto e há-de continuar sempre a perder e, principalmente, num contexto de crise estas questões nunca são muito visíveis e portanto as ONGD hão-de ser sempre, não é sempre...porque têm de fazer também bastante mais ao nível da comunicação para o desenvolvimento. Mas têm esse problema de visibilidade.”

Eixo 3: Desafios das ONGD

E1: *“ (...) não tínhamos qualquer tipo de financiamento de parte nenhuma porque eramos sempre pequenos, porque os nossos pedidos de financiamento eram sempre pequenos (...) ”*

E2: *“(...) com esta crise financeira internacional e também com as novas tendências de financiamento das organizações da sociedade civil e para o desenvolvimento, as coisas estão a mudar um pouco. Se tradicionalmente os fundos eram pacotados nos países mais ricos para enviar para os países mais pobres e eram feitas parcerias nesse sentido, neste momento os financiadores estão muito mais a financiar as organizações diretamente no sul sem ter que passar pelas do norte, já têm alguma capacidade, há muitas ONG do norte que também estão a criar sedes ou filiais nesses países do sul (...) ”*

“Agora, em Portugal, neste momento, o problema principal tem a ver com o financiamento, não existe, é muito pouco, muito reduzido. O governo cortou de uma forma brutal aquilo que eram os apoios à sociedade civil nas questões do apoio ao desenvolvimento. Os próprios doadores privados que existem estão a diminuir as suas contribuições porque têm também os seus salários, as suas rendas pessoais bastante diminuídas (...). Portanto, do ponto de vista do financiamento, as ONGD portuguesas estão a passar por uma situação bastante difícil. A alternativa tem sido virarem-se para parcerias com universidades, parcerias com outro tipo de organizações internacionais, procurando financiamentos europeus, mas aí também a concorrência é muito grande. E procurando também o apoio de fundações e outros doadores não tradicionais. Portanto, isso é o primeiro grande desafio que é mudar o financiamento.”

“O segundo desafio que eu diria tem a ver com esta mudança atual do mundo que tem um pouco a ver com aquilo que eu estava a falar há pouco...a pobreza não está a conhecer fronteiras e mesmo os países mais desenvolvidos estão a viver situações problemáticas nessa área. E, portanto, as ONG que estavam habituadas a trabalhar nos países pobres, agora começam a ver que secalhar nos países ricos também têm um papel a desempenhar.”

E3: *“Aqui em Portugal, acho que a maior dificuldade são os financiamentos, não é? Porque as organizações vivem muito do financiamento. Lá fora está cada vez mais difícil, os financiamentos estão cada vez mais complicados, não é. E...depois claro é muito difícil quando...nós trabalhamos nesses países, mas nós não estamos, ou seja não temos sede nesses países, não é? Não temos as delegações nesses países, o que nós temos são parceiros e esses parceiros, muitas vezes, nos mandam os diagnósticos para nós conseguirmos fazer os projetos, mas que depois é complicado porque depois tens linhas que são muito focadas...ou seja as prioridades das linhas é para as organizações que estão registadas nos países (...)”*

“ (...) acho que, neste momento, nesta situação de crise é mesmo a procura de financiamento. E é claro também tentares adaptar-te um bocadinho...as organizações...a Saúde em Português se tu olhares há vinte anos atrás sofre evoluções (...)”

E4: *“Eu acho que muitas organizações precisam primeiro que se definir, não é? Olhar para dentro, definir-se, dizer o que é que eu quero fazer e como é que eu quero fazer,*

terem linhas...ter uma orientação estratégica muito clara. Depois, precisam de ter portas relativamente abertas para que possam desenvolver essas estratégias. E...o grande desafio não é novidade nenhuma, enfim...a questão financeira, a questão de recursos. Sim é necessário recursos para se poder trabalhar e há organizações com um trabalho muito bem feito, mas que acabam por não ter escala e acabam por não ter dimensão e não ter capacidade para assumir um certo tipo de financiamento. Ora Portugal é um país periférico e é periférico também aí. Nos centros de decisão, os recursos estão longe, então para nós também é difícil aceder a esses recursos, principalmente para organizações que têm, na maioria delas, um âmbito geográfico de ação extremamente limitado.”

“Depois a nível humano não há...é difícil encontrarmos pessoas que trabalhem nesta área, que tenham experiência nesta área...porque o nosso mercado é muito pequeno...e que queiram continuar a trabalhar nesta área e a evoluir nesta área.”

“ (...) definir linhas estratégicas que sejam coerentes, pragmáticas e realizáveis, sermos capazes de montar planos que vão de encontro a essas ou que sejam capazes de cumprir essas linhas estratégicas, sermos, enfim, ter acesso a recursos que os possam concretizar e termos equipas que sejam capazes de as realizar.”

“Tentando diversificar, tentando responsabilizar todas as pessoas não só pela angariação de fundos numa perspetiva de financiamento privado, mas também de angariação de financiamento para projetos (...) Tentamos depois identificar vários tipos de financiadores, desde financiadores privados, financiadores públicos, entidades sejam organizações supranacionais, cooperações bilaterais, fundações internacionais, todo o tipo de organização que se encaixe nos princípios da OIKOS e que possa, dentro das prioridades setoriais...que as possa financiar.”

E5: *“ (...) a nível internacional...nós estamos a falar de uma realidade portuguesa em que as ONGD são...a nível europeu são pequenas ou médias...depois há verdadeiras multinacionais a nível europeu que aí têm outros problemas. As ONGD portuguesas têm uma capacidade forte de intervenção e que não se reflete ainda, acho eu, na sua capacidade e a sua...a possibilidade que têm de desenvolver projetos e de encontrarem outras organizações que contribuam para melhorar a eficácia dos projetos com outras mais-valias ainda não está refletida nos apoios que existem oficialmente ao trabalho das ONGD. Acho que elas podiam fazer muito mais, têm capacidade para fazer muito*

mais...estão às vezes demasiado limitadas por esta dificuldade de encontrar financiamentos. São também às vezes bastante conservadoras, focalizam-se demasiado num determinado tipo de financiamento, mas também tudo tem a ver com o contexto nacional a forma como conseguem funcionar.”

“O financiamento é sempre um desafio. Não há uma tradição das ONG portuguesas em ir buscar...a maior parte delas, digamos assim...há um grupo que consegue isso...de conseguirem financiamentos para além do que conseguem ao nível nacional ou da Comissão Europeia. Nós temos tentado trabalhar com as ONG nisso, na diversidade. Não é da diversificação de dependências, ou seja de irem buscar financiamentos a muitos lados diferentes, mas estarem...no fundo, continuarem dependentes. É tentar criar mesmo uma sustentabilidade financeira.”

“ (...) fazemos sobretudo um trabalho de divulgação das linhas de financiamento que existem a nível nacional e internacional...”

“Já trouxemos, já fizemos ciclos de formação, trazendo cá representantes de cooperações...de outras cooperações internacionais desde o Japão até aos Estados Unidos até...para ver realmente de que forma é que as organizações podem começar porque é um...entrar num ciclo de financiamento deste tipo de financiadores não é uma coisa imediata, demoras às vezes dois anos até que os financiadores conheçam as organizações, começam a conhecer as candidaturas, não é normalmente...é muito raro que à primeira candidatura se tenha logo um projeto apoiado. Portanto, é esse conhecimento, um bocadinho lobby também, entre aspas lobby, que tem que ser feito e, portanto, as organizações têm de começar e muitas delas são um bocadinho conservadoras a esse nível, há outras que têm contacto com redes europeias e não só, PALOP, Ásia, América Latina. E que vão conseguindo também aparecer em parceria com outras ONG, noutra tipo de financiamento e, portanto, esse é o caminho.”

“Mesmo a nível europeu, os financiamentos vão ser cada vez mais complicados às ONG portuguesas porque a sua dimensão é média...para as maiores ONG portuguesas é uma dimensão média a nível europeu. E as alterações que têm existido ao nível da...e que vão continuar e vão ser alargadas, acho eu, a todas as linhas...é obrigarem a que haja consórcios entre, pelo menos, 12 ou 15, já não sei agora o número, organizações de diferentes países, portanto com atividades nesses países e com projetos com dimensão entre dois, três milhões de euros e há organizações portuguesas que têm essa

capacidade, mas não são muitas. E, portanto, a maior parte delas ficaria à partida excluída do acesso...excluída enquanto preponente...pode ir como parceiro e provavelmente muitas delas irão como parceiro e ganharão a experiência através disso.”

“A questão de tentar mostrar o seu trabalho, de tentar ganhar visibilidade, quer a nível da opinião pública, quer a nível de outro tipo de entidades com quem possam trabalhar e criar mais escala nos seus projetos, mais impacto, mais eficácia. É essa questão do financiamento e sustentabilidade financeira. É a questão de assegurar que a cooperação portuguesa...contribuir também para assegurar que a cooperação portuguesa continua a ter um papel importante na política externa de Portugal (...)”

“Portanto, o seu trabalho também é esse, é continuar a defender o que acham que é importante como princípios bases para a cooperação. E aí também entra a educação para o desenvolvimento com todo o trabalho ao nível das escolas, um trabalho base, um trabalho de educação formal, não formal, sensibilização, influência política. “

“ (...) têm que continuar a lutar pela preservação dos valores que continuam a ser válidos a nível internacional, portanto. Podendo haver a necessidade de adaptar a cooperação e da intervenção que é feita a nível da cooperação para o desenvolvimento (...)”

Eixo 4. Conceção de desenvolvimento

E1: *“Sem os direitos humanos o desenvolvimento é complicado como todos devemos calcular (...) os direitos humanos não fazem sentido se as necessidades básicas das populações não estão asseguradas porque com certeza não vai dar informação sobre os direitos humanos a pessoas que não têm casa e que estão a morrer de fome.”*

“Ao incentivar, ao incentivar o ensino, não é? Estamos a contribuir para o desenvolvimento do país, como deve calcular. Acho que não há coisa que possa contribuir mais.”

“ (...) é um país onde a presença do branco ainda é algo, algo...presença de autoridade. Portanto, isso com o seu mal e com o seu bem de certa forma, às vezes,

pode jogar a favor do desenvolvimento daquelas pessoas, quando é bem aplicada. É preciso pôr reticências nisso porque há casos em que provavelmente não será bem aplicada, mas sendo bem aplicada acho que sim, acho que eles têm coisas a aprender, sobretudo a nível de estrutura percebe (...) Portanto, não é dizer “Ah mas isso temos que deixar tudo para eles” Nem pensar, seria o desastre total.”

“Não podemos deixar nada completamente nas mãos daquelas pessoas por enquanto, era bom que assim fosse e eu até poderia dizer que sim, que sim, mas estava-lhe a mentir, não dá! Não dá e isto não tem nada a ver com chegar lá e impor uma cultura que não é deles, não tem nada a ver com isso (...) Porque eles também têm de se esforçar e eu sei que a vida deles é dura, mas acho que também puxar um bocadinho por eles é necessário e faz parte da nossa visão das coisas. Não darmos tudo, nem pensar porque senão eles acomodam-se, como é óbvio.”

“ (...) quanto maior troca cultural houver, maior e mais rico será o desenvolvimento.”

“Eu não estou pouco mais ou menos a falar de imposição porque nós também temos aprendido imenso e mesmo os voluntários que mandamos para lá veem cheios de conhecimentos, experiências, sei lá que também lhes modificam a vida. E portanto não é só com um canal, são dois canais.”

“Não se pode fazer sem a participação dos locais, é impossível. Então em África e acho que em qualquer outro país é impossível. É sempre feita com a participação dos locais.”

E2: *“O que está por trás do trabalho da ADRA é sempre a melhoria das condições de vida das populações com quem trabalhamos. Portanto, é um conceito de desenvolvimento, nessa perspetiva, bastante humanista de procurarmos que as comunidades, as populações, as pessoas possam ter a oportunidade de viver a sua capacidade plena, procurando a igualdade de oportunidades, procurando que os direitos humanos sejam respeitados e sejam mais do que respeitados sejam promovidos. Tentamos sempre que os projetos que fazemos sejam projetos de uma grande participação e que as populações locais estejam envolvidas, o que confere também uma grande sustentabilidade porque quando o projeto acaba as populações continuam a ser donas dele, ownership e têm e prosseguem normalmente com as atividades desse projeto.*

E há uma outra componente que tem sido mais e mais presente nos nossos projetos que é a componente ambiental de que o desenvolvimento só se faz se o ambiente for respeitado e se, e se...quando os projetos são implementados as populações com quem trabalhamos também conseguem conceber essa visão holística da economia, do social e também do ambiente. Portanto, eu diria que a participação, a melhoria de condições de vida, o desenvolvimento sustentável, o ownership, o respeito pelos direitos humanos são alguns dos princípios ideológicos que estão por trás daquilo que defendemos.”

E3: “ (...) o ideal é tu contribuíres para aquela palavrinha que toda a gente gosta...para o empowerment dos locais. Acho que tens, isso é fundamental porque é assim o que...ou seja, o país não pode ser, não pode ser...não é viciado mas não pode ser...ou seja, não pode estar sempre a esperar coisas da cooperação portuguesa, nem da cooperação espanhola, nem da cooperação francesa, estás a perceber? Eles têm depois...claro que a cooperação tem de existir, mas depois passado um tempo os locais têm de ter consciência e perceções e o empoderamento deles para eles conseguirem fazerem aquilo para as cooperações não estarem sempre naqueles países (...) ”

E4: “É um, enfim, em que os atores locais são...devem ser na medida dos possíveis, pois, responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento e a tal, enfim, a questão do papel que devemos assumir como facilitadores. Não é possível haver desenvolvimento sem integração de atores locais e uma integração que seja, onde exista um ownership, um empoderamento dos projetos, das estratégias. Portanto, mesmo nos...em países onde possamos assumir projetos...assumir a implementação direta de projetos, existe uma parceria, um processo muito participativo com as comunidades e com os atores locais. É assim que vemos o desenvolvimento. O desenvolvimento é...nós somos facilitadores de processos de desenvolvimento, o desenvolvimento depois tem que ser...o processo tem que ser assumido e sempre que possível liderado por atores locais. E que seja o mais integrado possível, ou seja não olhar setor por setor de forma isolada, mas tendo em conta umas necessidades que são muito mais globais das pessoas, das comunidades.”

E5: “O desenvolvimento tem...começar por ser feito e trabalhado e definido com seus destinatários. Estamos a falar do desenvolvimento das populações mais carenciadas, tem que ser trabalhado a nível da conceção, da avaliação e da implementação com as populações e depois não estamos...não queremos criar uma dependência. A

cooperação não deve criar dependências, deve sobretudo contribuir para criar estruturas locais, como já disse várias vezes, para que as próprias populações possam ser os principais agentes do seu próprio desenvolvimento.”

“Há esta componente do crescimento económico que até, digamos...até ali ao início desta década havia sempre um confronto entre desenvolvimento e crescimento e o que interessava era o desenvolvimento e o crescimento económico era mais visto como uma...que não trazia desenvolvimento porque, muitas vezes, acabava por só beneficiar alguns e continua a ser assim, em muitos casos. Mas é essencial para a maior parte dos países em desenvolvimento terem também a componente de crescimento económico, de forte criação de emprego, de criação de estrutura produtiva e as ONG podem e contribuem também para isso através de microcréditos, parcerias com empresas.”

“Agora, a cooperação tem que necessariamente evoluir e responder a novos contextos, a novas exigências, mas não pode perder o foco...a focalização base nas populações e na luta contra a pobreza.”

Eixo 5. Intervenção da organização

E1: *“Ajuda-se quem precisa ponto.”*

“Porquê coordenadora local no Quénia? Porque eu tenho de me assegurar de que os projetos são seguidos como deve ser, que são monitorizados e não é com pessoas de lá que se monitoriza, pelo menos por enquanto. Há que formar essas pessoas.”

“Claro que em África e no Quénia tem...luta imenso contra uma coisa chamada corrupção, não é? Portanto, é sempre bom ter um coordenador local de cá que trabalhe lá com...com um coordenador local de lá porque há que haver uma monitorização muitíssimo forte e uma supervisão enorme sobre...sobre, pois, os meios financeiros que são aplicados porque se não a organização é roubada.”

“ (...) não se pode pensar nos primeiros dois, três, quatro anos em que se está a trabalhar num país destes se tem o conhecimento cultural e tudo que se passa ali. Não tem. São coisas que a experiência vai dando e não há nada que eu lhe possa dar a não ser a experiência. Ai pode ler aqui, poder ler acolá... Não, tem que estar no campo, tem

de estar no terreno para poder ter a experiência dessa diferença cultural que existe (...)
”

“ (...) o maior obstáculo é de facto a corrupção e o que é para eles normal (...) até agora era quase como cultural ficar-se com o dinheiro dos brancos era assim uma coisa normal, fazia parte já da cultura deles, quer dizer não há nada de especial a gente roubar a um branco não tem problema nenhum. “

“Mas como lhe digo há coisas culturais, como às vezes ficar com algum dinheiro não é nada de especial. E dá trabalho no sentido de que a minha filha, por exemplo, que é a minha coordenadora local, trabalha comigo há já cinco anos tem de se levantar às vezes às cinco da manhã quando é para fazer as compras...para comprar a comida para o mês todo dos miúdos, não é? Seria mais fácil dar o dinheiro diretamente às mãos...nas mãos do nosso colaborador de lá, nosso parceiro...os recibos viriam na mesma porque se há coisa fácil de fazer no Quénia é recibos falsos e como eu hei-de dizer crimes, tudo.”

“Aquele centro de acolhimento começou de uma maneira, não sei, talvez atónita, atípica digamos porque foi quando houve não estas eleições, mas as outras anteriores que houve violência pós-eleitoral e que morreram bastantes pessoas, como deve saber. E, sobretudo, os bairros de lata as diferenças étnicas vieram muito ao de cima e foi me pedida ajuda imediata para salvar algumas crianças e eu evidentemente nem pensei duas vezes e daí começou o centro. Depois, relativamente às necessidades, as crianças que vão para lá, não somos nós, como deve calcular, que vamos escolhê-las. Não vamos pedir, olha: deixa ver...é precisamente, trabalhamos em direto, em parceria direta com as autoridades locais (...) ”

“É assim, a metodologia é sempre trabalhar com as entidades locais (...) Portanto, qual é o método? É primeiro ver e tomar conhecimento da realidade, segundo estudá-la e terceiro ver de que maneira

é que uma organização como a nossa pode intervir porque sei lá se for uma organização como a tese que são os engenheiros sem fronteiras provavelmente seria, faria muito mais sentido intervir na zona rural com questões de...sei lá, abastecimento de água, etc. Portanto, isso também tem a ver com o tipo de organização de que estamos a falar.”

“A maneira de implementarmos os projetos precisamente é discutida aqui da maneira que nós acharmos que tem resultados mais...como é que eu hei-de dizer? Cujos resultados sejam mais satisfatórios de certa forma. Evidentemente tem uma margem de erro enorme sempre porque não se pode trabalhar nisto sem a margem de erro, sobretudo, os quatros anos em que a ADDHU não teve lá um coordenador local, nosso, português, daqui...as coisas não funcionavam tão bem porque nós delegávamos muito no coordenador local de lá.”

“Todos os anos é feita uma avaliação pela Carolina dos projetos no Quénia. Ela em geral faz uma avaliação de seis em seis meses. Portanto, os resultados...isto é um exemplo no bairro de lata...relativamente ao centro, é óbvio que é da evolução dos miúdos, dos resultados na escola, a evolução a nível de modos, de higiene, assim sei lá, das coisas mais básicas, não é? Se estão mais educados. Relativamente aos bairros de lata, nós fazemos a avaliação do projeto no sentido em que, por exemplo quantas crianças a mais, não é a mais... mas quantas mais crianças veem à escola porque damos de comer? Por exemplo. E todos os meses as crianças são medidas e pesadas para ver se estão de facto a crescer com saúde e pronto realmente que o programa alimentar escolar está de facto a ter os resultados que nós queremos, isto é a afluência às escolas, sobretudo, as meninas que eram as que menos iam.”

“Portanto, eles têm de nos apresentar, têm de nos dar provas de, enfim, da evolução do projeto e, mas é claro que é sempre supervisionado por nós.”

“Também a ADDHU é uma organização que dá um feedback enormíssimo (...) ”

“ (...) nós, somos unicamente financiados pelas pessoas e eu acho que seria uma falta de respeito da nossa parte não fazermos tudo e mais alguma coisa para assegurarmos que o dinheiro que às vezes dado com sacrifício é bem aplicado (...)”

“Tem imenso impacto...não é só a questão da educação e da comida, com certeza que isso é o maior impacto de todos, não é? Mas também do contacto com o estrangeiro porque como lhe disse a ADDHU tem um trabalho de campo não vai lá de vez em quando, vai lá com regularidade duas a três vezes por semana. Portanto, há o contacto com uma cultura diferente que eles apreciam imenso, imenso e acho que isso é benéfico para todos, tanto para nós que recebemos deles, como para eles que recebem de nós.

Isso, por exemplo, é uma das coisas que eu tenho notado e é assim nunca vi lá...neste bairro de lata, nunca vi lá ninguém, que vá lá nenhum branco.”

E2: *“Fazemos parte de uma rede internacional que está em cento e vinte países do mundo e, portanto, quando há necessidade...a motivação para estes países, por exemplo, apesar de nós já termos intervindo noutros, como Equador, Brasil, na China. Muitas vezes tem a ver com o fazermos parte de uma rede, eles enviam-nos propostas e nós achamos que elas são interessantes e acabamos por financiar.”*

“ (...) temos financiado projetos em países que são...onde é que...portanto, que têm menos ajuda, que têm menos apoios. O Burkina-Faso na altura em que nós financiamos, começamos a financiar era um país que estava, que era muito pouco fashion. Agora está um pouco mais e também nós temos diminuído o nosso apoio por causa disso, porque têm tido doadores maiores. Mongólia é um país que pouca gente quer financiar e, por isso, nós apoiamos.”

“ (...) a experiência de Angola é diferente da experiência do Burkina-Faso, é diferente da América do Sul.”

“Mas este, esta componente que acabou de referir faz parte das vantagens que nós temos. É que nós tendo escritórios a nível local, com staff local, com pessoas que nasceram ali, viveram ali, foram criadas ali, essas diferenças e os problemas que daí possam advir praticamente estão dissipados à partida. Normalmente nós temos um staff bastante curto de expatriados nos países onde trabalhamos, apenas os diretores de projetos, diretores de programas e tudo o resto são pessoas que são reportadas localmente e, portanto, a questão cultural, a questão das vivências locais está sempre bastante salvaguardada. É claro que há situações que são mais difíceis que outras.

Por exemplo, a ADRA da Somália tem de ter o seu escritório no Quênia porque não pode ter lá por causa de todos os problemas de segurança que ali surgem e isso faz com que às vezes não se consiga...as intervenções tenham graves problemas que são causados pelas crenças locais, enfim, e pela cultura local.”

“Como trabalhamos com países africanos de língua oficial portuguesa, temos alguns laços culturais comuns, bastantes...começando pela língua, mas não só. Isso leva a que as questões culturais não sejam de facto um, uma grande barreira.”

“Como eu disse há pouco, é muito de baixo para cima. E, portanto, como nós temos escritórios mais ou menos independentes nesses países, eles é que fazem o levantamento de necessidades, é que juntamente com as autoridades locais, as comunidades, etc, etc fazem o levantamento das necessidades e acabam por construir o projeto com base nisso. Nós depois aqui analisamos e tentamos procurar doador.”

“ (...) depende de projeto para projeto (...) por exemplo, o projeto da Mongólia com as crianças deficientes...a nível local, o que se fez foi algo muito semelhante aquilo que se faz no nosso país com qualquer projeto de apoio social: constatar com as autoridades locais que havia uma falha no apoio aquele tipo de populações, depois trabalhar juntamente com os pais, ver quais eram as principais necessidades, o que é que havia que responder...foi criado o projeto com base nessas necessidades. Portanto, provavelmente está mais dentro do assunto até do que eu. Por isso, a árvores de problemas, a árvores de objetivos, a matriz lógica, o quadro lógico e por aí fora. “

“Outras às vezes é feito para doador ver, não vou esconder (...) Mas mesmo que não seja...na génese ou melhor mesmo que não seja com aquela estrutura a fonte ou a fonte de informação acaba sempre por ser essa, por ser muito perto da população, ver quais são os problemas que existem, que soluções ou que objetivos podemos criar com base nesses problemas e daí para a frente secalhar já é a pessoa secalhar no escritório que faz e nós aqui que revemos e que melhoramos. Mas o inicial, a matéria-prima é de facto feita em conjunto com as populações. Senão não fazia sentido.”

“Depende dos projetos, depende das situações. Normalmente esse acompanhamento é feito pelos escritórios locais, mas uma ou duas vezes por ano os escritórios doadores também vão ao terreno. Com frequência nós pedimos informação, quando os projetos são muito pequenos naturalmente não vamos lá, mas pedimos sempre informação. Recebemos sempre relatórios trimestrais e vamos acompanhando como é que as coisas estão a ser implementadas. A avaliação depende...a avaliação final depende um bocadinho de cada projeto. Projetos mais pequenos a avaliação é feita pelo staff local, projetos maiores é feito por auditorias externas, como é natural. Portanto, a avaliação tem sempre esta componente de que...de um processo de continuidade... que o facto de se estar a avaliar vai se ver o que correu bem e o que correu menos bem. Mas ao ver o que correu menos bem como é que se pode melhorar? Ao ver o que correu bem tentar ver outro tipo de soluções que sejam usadas para outro tipo de problemas para se criar

um novo projeto, uma nova ação, um novo trabalho com a comunidade para continuar a desenvolver.”

“O impacto é sempre muito difícil de avaliar. E este secalhar é um dos pontos fracos da cooperação para o desenvolvimento (...) Depende do, que nível de impacto estamos a analisar ou que nós queremos conhecer. Porque se for o impacto na vida de uma pessoa, de uma aldeia ou o que quer que seja consegue-se ver o impacto. Se for impacto num país, secalhar é mais difícil. É claro que...quando se vão ver os objetivos que foram delineados e o que foi conseguido através deles, normalmente esses objetivos são conseguidos. A questão do impacto é que não é simplesmente uma questão de objetivos, é uma questão de que...o que é que esses objetivos na realidade realizaram naquela sociedade, naquela comunidade, naquele país, onde quer que seja. E de facto não há assim...os estudos de impacto são bastante caros, normalmente não estão...os orçamentos não os pagam e, portanto, normalmente não há um estudo de impacto. “

“ (...) vamos sabendo as histórias das pessoas que vão passando pelos nossos projetos e vamos vendo que de facto a vida delas foi melhorada, mas é algo empírico, muito mais do que qualquer outra coisa.”

“ (...) é um projeto com crianças de duas escolas primárias de populações bastante pobres e...já passaram milhares de crianças por esse projeto. Mas posso dar o exemplo de uma dessas crianças que quando fez o décimo ano quis vir para Portugal, nós apoiamo-la, pagamos-lhe a viagem, ela veio, esteve na zona de Coimbra a estudar, fez até ao décimo segundo e agora regressou ao seu país de origem onde está...onde é professora e está a preparar-se para estudar na universidade.”

E3: *“Fora da CP...ou seja, a área é a CPLP, não é? Depois, no Haiti pós, pós tsunami...2010 houve um tsunami no Haiti e nós, nós...considerou-se que era extremamente fundamental enviar uma equipa para o terreno de médicos. Então, envias uma equipa para o terreno de médicos, enfermeiros, logística...o que acontece é que depois tu estando lá pós, pós tsunami ou pós tufão, a ideia das nações unidas é tu nunca ficares lá só durante aquele período é tu ajudares os locais durante um certo tempo a recompor a vida (...) ”*

“ (...) a falta de estruturas políticas que te...não é a falta de estruturas políticas, tens estruturas não é? Mas...sim a corrupção. A desigualdade.”

“ (...) a orientação sexual e a identidade de género. E é um tema muito delicado em África, não é? Mas há um dos países em África que é mais sensível e que há uma maior abertura para trabalhares esta área que é Cabo Verde. Então, nós quando fui lá eu reuni-me, tive uma reunião com o instituto cabo-verdiano da igualdade de género e apresentamos umas áreas dentro da igualdade. E propus a área da orientação sexual e da identidade de género e Cabo Verde...ou seja, elas estavam muito abertas para essa área e até é do domínio deles...tens uma organização, a associação gay cabo-verdiana...ou seja, dentro dos países africanos Cabo Verde tu conseguias trabalhar essa área. E secalhar em São Tomé porque apesar de nós darmos formação em violência doméstica, tu depois vais abordar uma data de áreas...então, quando nós falávamos da homossexualidade, da orientação sexual e identidade de género não era assim um tema...era um tema muito delicado, não é? As pessoas não aceitam, ainda não estão sensibilizadas para (...) ”

“Nos países onde intervimos...também a questão do financiamento. A questão de muitas vezes...a comunicação não é? O...a dificuldade por exemplo quando tu queres, quando tu queres escrever projetos que...por exemplo o último projeto que eu escrevi de cooperação já não foi um projeto de cooperação daqueles projetos de cooperação tradicionais que estás habituada há não sei quanto tempo atrás, não é? De...Ou de água, ou de saneamento ou de infraestruturas ou de saúde. Então, o projeto que escrevi para São Tomé...o último que escrevi foi sobre a igualdade de género e foi a criação de planos para a igualdade em São Tomé. E isso é um desafio porque acho que a própria...a cooperação ainda não vê a igualdade de género, ou seja eles veem a igualdade de género como uma área transversal, mas não veem a igualdade de género como sendo secalhar uma área prioritária.”

“ (...) não posso chegar a um país que eu tenho a certeza que é homofóbico e dizer que a partir de hoje nós vamos implementar um projeto sobre orientação sexual e identidade de género naquele país quando sei que será um problema para a instituição, será um problema para as pessoas que estão a trabalhar no terreno, será um problema para isso tudo, não é? Eu acho que tu tens de seguir sempre as diretrizes, mas tens de ter sempre atenção ao país que tu estás...onde tu estás a trabalhar...aos direitos sociais...aos valores culturais deles.”

“Por exemplo, a violência doméstica, a violência doméstica é crime...por exemplo, em São Tomé a violência doméstica é crime e é crime desde 2008, é crime público desde 2008 e o polícia via o primo a dar...a bater na mulher e não apresentava queixa porque era primo dele. As coisas em São Tomé...eles dizem STP significa Somo Todos Primos, pronto.”

“Se fores uma organização, sei lá, como a Amnistia Internacional qualquer área tu, não é? Tens um trabalho muito diferente. Aqui nós temos atenção a esse tipo de, de características culturais e sociais do país. E, pronto, fazeres um projeto desses em Angola...a violência sexual em Angola e Moçambique...a equipa que estava no terreno saia de lá completamente pedrada, saiam todos mortos. Pronto, uma maneira mais...portanto, eu acho que sim temos de seguir as diretrizes nacionais e internacionais, tens de ter sempre atenção ao país onde tu queres fazer (...)”

“ (...) os direitos humanos, mas tens de ter atenção à maneira como tu os trabalhas, estás a perceber? Porque para eles era normal haver a mediação. E para mim a mediação é uma coisa que tu não fazes em viol...não fazes, percebes? Se fores trabalhar...nós trabalhamos com problemas de tráfico de seres humanos...é diferente da violência doméstica. Mas se uma pessoa, uma mulher chegar à APAV, eu não estou a ver a APAV a chamar diretamente o agressor: “então vamos agora discutir, então vá, porque é que lhe bateu?”, ele diz “Ah, porque ela não me fez o jantar!” e “Porque é que a senhora não fez o jantar?” Depois são essas coisinhas...”porque é que a senhora não fez o jantar?” “a senhora não sabe que tem de fazer o jantar ao marido”, não é? [risos] e às vezes é complicado quando tu tentas impor os nossos valores de cá a eles lá e às vezes tens situações que correm bem e outras situações que correm mal.”

“Dificulta a mentalidade fechada, trabalhando esta área, ou seja trabalhando uma área que não é área normal da cooperação, estás a perceber? Dificulta. Dificulta tu chegares a um país e dizeres assim...e depois dificulta, eu acho que até dificulta depois, muitas vezes, com outras organizações.”

“É com os parceiros. Muitas vezes, com as nossas idas. Muitas vezes, tu quando tens os projetos lá, não é? E vais ao terreno, comesças a perceber...percebes as necessidades que há, não é? No terreno. Depois com o parceiro...o parceiro também te diz vai por aí ou vai por outro lado e depois também de muitos relatórios que tu lês internacionais. Demora imenso tempo fazeres um projeto de cooperação.”

“Por skype, muitas vezes por telefone, por e-mail que te dizem como é que tu consegues fazer...ou seja, se vais para o lado direito, se vais para o lado esquerdo ou para que lado é que tu vais, não é? (...) imagina abre uma linha de candidatura...estou aqui a pensar no último projeto...olha foi o de Cabo Verde. Abriu...foi para vários países, não foi só para África...tinhas...era no mundo inteiro aquilo ali. E era combateres a discriminação de lésbicas e gays e bissexuais...e nós começamos a perceber...ou seja, veio a linha, nós trabalhamos nessa área cá em Portugal...

gostaríamos de trabalhar nessa área fora, não é? E comesças a perceber qual é o país melhor para trabalhares a área...dos países da CPLP, não é? E então dos países com quem estás a trabalhar pensas assim: Cabo Verde e comesças com os contactos de Cabo Verde...a fazer não é? E de repente dizes: olha a linha pede-te dois parceiros, tu tens pronto...normalmente, isso dos parceiros como nós temos uma base de dados dos parceiros definida por áreas é mais fácil para nós fazeres logo a seleção dos parceiros e perceberes se o parceiro (...) ”

“ (...) nós tínhamos reuniões por skype e dizíamos assim: “olhe nós achamos que devemos fazer isto, devemos fazer o projeto em duas ilhas” e eles diziam “Ok, podem fazer em duas ilhas, mas cuidado que na ilha x já foi feito isto e aquilo, portanto secalhar...” ou “na ilha y que é outra ilha que vocês podem...” onde nós conseguimos “temos índices de homofobia extremamente altos” que nós, tu aqui consegues ter acesso aos relatórios internacionais, mas que, muitas vezes, te escampam pormenores das coisas no terreno, por isso é que os parceiros são fundamentais no diagnóstico de projeto...no diagnóstico, na elaboração e no planeamento, na execução, na avaliação do projeto.”

“Agora, a análise SWOT é quando tens tempo porque as organizações pequenas é muito complicado tu...tu trabalhares única e exclusivamente para aquele projeto e dedicares-te, não é? Dedicares-te a cem por cento naquele projeto porque depois tens o projeto nacional que estás a fazer, tens outras coisas para fazer, torna-se...torna-se complicado, mas sim o ideal seria sempre fazer uma análise SWOT antes de fazeres um projeto.”

“Muito leve leve...muito devagar devagarinho...muito, pronto, mas comunicam, mas tens de haver uma pressão daqui muito grande. Mas sim eles comunicam. Por exemplo, este de Cabo Verde (...) para além da Câmara, tu tens mais cinco parceiros que estão

envolvidos no projeto e a Câmara é, muitas vezes, quem faz as reuniões com eles que...e que depois quando nós vamos ao terreno eles agilizam tudo, vem o coordenador do projeto ao terreno, então vamos agendar...nós dizemos: “queremos reuniões com os parceiros, reuniões com isto, reuniões com aquilo nanana, atividade um, atividade dois, ver como está o centro e as deslocações para o centro, as obras”

“Há projetos em que tu fazes o planeamento por skype. Quando eu fui a São Tomé em Maio, estava a candidatar-me a um projeto para um financiador e eu estava final de abril início de maio e eu tinha de entregar o projeto na última semana de maio, então fizemos tudo em conjunto desde a parte da fundamentação à parte de planeamento, de avaliação. Tudo...fizemos com aquele parceiro. Porquê? Porque estava em São Tomé.”

“Depende muito da situação. O que depois tu normalmente fazes é nestes países tu crias pontos focais, estás a perceber? Tipo em determinadas áreas tens um ponto focal. Eu sei que, por exemplo, em Cabo Verde há um ponto focal na área da igualdade e da violência e que sei que alguma coisa eu falo com ela (...) Uma pessoa que...com quem já ganhei uma relação, uma relação (...)”

“ (...) uma coisa é tu planeares, outra coisa é tu executares. E depois quando executas normalmente lá...tu tentas dar o teu melhor, mas secalhar só foi 45 % executado aquilo que tu planeaste por causa das condições todas...de não terem o material que tu querias (...) quando, por exemplo, quando eu fui para São Tomé, nós na primeira formação correu tudo muito bem porque foi na capital. Correu tudo muito bem. Depois saímos da capital e fomos para outro sítio e nós tínhamos falado com a coordenadora e perguntamos assim: “olhe mas nós precisamos dos mesmos materiais que tínhamos na outra formação” e ela “ não se preocupem doutoras, não se preocupem...está tudo...tudo garantido”. Olha chegámos lá não havia PowerPoint, não havia PowerPoint...não havia o retroprojektor, não havia um quadro para nós escrevermos, não tinhas folhas e eu assim...e é tentares fazer alguma coisa, não é? Depois nós tínhamos o computador e ligámos o computador e trabalhamos com eles a partir daí, mas depois de repente faltou a luz e tu tens de tentar executar aquilo de outra maneira e tens de ser muito criativo quando estás a trabalhar. “

“ (...) são eles que fazem as atividades. Por exemplo, este de São Tomé...eram eles...de São Tomé e de Cabo Verde. O coordenador somos nós, mas são eles que fazem as

atividades. Tens visitas ao terreno duas vezes por ano, imagina. Para além de tudo que trabalhas aqui com eles, não é?

Mas acho que é importante tu dares ao local as ferramentas necessárias para ele conseguir...conseguir trabalhar e depois desenvolver...e depois desse desenvolver os próximos e os próximos, não é? Eu acho que isso é fundamental...claro que fundamental seria o coordenador tivesse no terreno, pronto, mas por questões financeiras não é possível tu teres o coordenador no terreno. Porque é muito mais fácil quando a organização está no terreno (...) ”

“ (...) tens avaliação contínua, ou seja fazes avaliação de três em três meses ou de seis em seis. Depende do projeto...há projetos em que somos nós que fazemos, somos nós, pronto, que fazemos o relatório de avaliação. Há outros projetos em que nós conseguimos ter avaliadores externos que eu acho que é sempre melhor. E depois, pronto, depende muito, depende muito de projeto para projeto, mas quando consegues pedes avaliação externa que eu acho que é sempre...é sempre...não é mais credível (...) ”

“ (...) o impacto na área da saúde é muito bom. Por exemplo, em Cabo verde sim é muito bom. E toda a gente nos reconhece e sim. Nas filipinas também, Haiti também. E São Tomé nós trabalhamos só agora com a violência...que nós trabalhámos mas continuar a haver uma relação muito boa com os parceiros, não é? Mas a ação que tu fizeste foi muito pequena e não deu tempo, ou seja não é suficiente para a comunidade ter uma boa perceção de ti a não ser aquelas quarenta pessoas a quem tu deste a formação, não é? Mas, por exemplo, na Guiné...nós tivemos três anos na Guiné e a perceção foi muito boa também.”

“Depois em São Tomé era giro e aí isso para mim...eu adorava quando eles me faziam isso...que era eles chegarem ao pé de mim e depois diziam-me assim: “olha Rita eu hoje já fiz o jantar para a minha mulher” [risos] estás a ver? E tu trabalhas ali a igualdade...então eu dizia assim: “e fez?” e ela assim “sim, ao início achou que eu tinha outra, mas...” [risos] “mas eu expliquei-lhe” e depois tu brincas ali um bocadinho com a situação e dizes “pois explicou-lhe que uma pessoa de Portugal com umas ideias um bocadinho estranhas...” não e pronto. Depois, em maio...em maio foi muito melhor...em maio foi chegares...eu fui lá sozinha, a colega que foi comigo não

pronto ficou cá e eu fui sozinha...e em maio foi bom teres a percepção delas, quando elas te diziam

“Ah, ele agora ajuda-me muito, ele agora tipo ele até muda fraldas” [risos] e teres essas coisas e veres as pessoas com quem tu deste a formação a trabalharem muito na questão da violência e a quererem denunciar muitos casos e depois receberes e-mails eles a dizerem que não conseguem denunciar...lá está, há aquela barreira que não te deixa, não é? Ou que não...ou...e depois eu falava-lhes muito da questão do burnout, dizia-lhes que para terem atenção ao burnout no caso da violência, pronto. E eles muitas vezes...recebes e-mails a dizer: “fiz de tudo para e consegui levar a queixa e ela à última da hora desistiu”. Depois, mas é bom, ou seja eles mandarem-te esses e-mails é bom tu perceberes que afinal a formação que tu foste dar não foi mais uma formação e era sempre isso que eu lhes dizia: “ eu não quero vir aqui e ser mais uma das pessoas que vos vem dar formação, eu quero que vocês de uma vez por todas fiquem consciencializado que é crime público e, e...não é? E tem de denunciar mesmo.” Nós claro que dizíamos denunciem tudo, o que interessa é que denunciem, mas muitas vezes é essa percepção que tu tens. Quando estás no terreno é diferente, quando estás no terreno é o abraço...às vezes nem é preciso ser o abraço, sabes?”

“A sustentabilidade é muito muito difícil de garantir, não é? Porque isso é um trabalho...isso tens de trabalhar anos e anos para garantir a sustentabilidade dos projetos.”

E4: *“É que a nós queremos ajudar pessoas, não queremos ajudar aquela pessoa ou a pessoa no sítio A, no sítio B ou no sítio C ou a pessoa com passaporte angolano ou a pessoa com passaporte moçambicano. Queremos ajudar pessoas, independentemente do seu passaporte, da sua cor, da sua opção religiosa, da sua etnia, seja o que for. Portanto, tem a ver mesmo com necessidades e com a capacidade que temos também de poder ajudar essas pessoas a satisfazê-las e a ultrapassá-las. Portanto, também só faz sentido irmos para um determinado contexto e trabalharmos num determinado contexto se representarmos uma mais-valia. Não é só porque há uma pessoa que diz que tem fome, pois, na Etiópia ou no Yemen. Podemos trabalhar na Etiópia e no Yemen? Faz sentido? Somos capazes? Secalhar não. Mas se fossemos capazes na Etiópia e no Yemen de trabalhar, se...ou nalgum momento formos...se houver condições para*

trabalharmos na Etiópia ou no Yemen, pois, não existe qualquer tipo de problema para trabalharmos na Etiópia e no Yemen.”

“A falta de vontade política para esses que estão...que têm graves problemas de corrupção onde o seu próprio desenvolvimento não é de maneira nenhuma uma prioridade. Depois existem claro outros casos em que o problema passa por uma falta de maturidade da própria sociedade civil, da própria população e até das próprias entidades governamentais...falta de maturidade, falta de capacidade, falta de conhecimentos técnicos sobre como liderar processos de desenvolvimento, definir estratégia. Quer dizer, o que é nós pretendemos fazer e como é que lá havemos de chegar. Noutros casos, pois, falta de interesse da própria comunidade internacional...são casos perdidos porque é que vamos estar aqui a investir nesta gente se eles próprios não se interessam? Enfim, existem, pois, conflitos civis, sociais, étnicos que dificultam esse mesmo processo de desenvolvimento.”

“É um elemento com o qual temos que contar, ponto. Às vezes nem impede, nem facilita, é assim. Pois, não vou distribuir carne de porco num país muçulmano, quer dizer as pessoas vão morrer de fome e não vão comer. Se o meu projeto é distribuir carne de porco a um país ou a uma comunidade muçulmana pois à partida está desgraçado. E isso ele tem que saber. Como tem de saber outras questões. Pois secalhar deixam de ser tão extremas como essa. Preciso de saber como é que a comunidade está organizada, quais é que são os níveis de decisão e de respeito dentro da hierarquia da comunidade, tenho que saber qual é que o grau de compromisso da comunidade e o grau de compromisso da sociedade civil. Ou tradicionalmente tenho de saber como é que...convém saber ou é importante para mim saber como é que funcionam os canais de solidariedade, se existem, não existem. Em comunidades muçulmanas, pois, a solidariedade é uma obrigação corânica, portanto é fácil à partida se eu quiser implementar um projeto de ford paid, um crédito ao contrário, ou seja eu dou-te, eu faço-te...eu dou-te um crédito de...chamemos, pois, duas galinhas, sim? E tu tens a obrigação comigo de pagares depois quatro galinhas, mas em vez de me pagares a mim pagas a mais duas pessoas...duas galinhas ao vizinho da esquerda, duas galinhas ao vizinho da direita. Eu sei que à partida isto é um tipo de projeto que nalgumas comunidades é fácil de fazer e pode existir, se existirem os mecanismos de solidariedade, sim?”

“Depende muito, mas por isso daí a importância de estarmos envolvidos no país, estarmos na comunidade, trabalharmos com pessoas que são locais e com organizações locais que nos possam dizer: “Epa, isso é uma boa ideia, mas aqui não faz sentido ou isso é uma péssima ideia, ponto” ou “de que forma podemos ajustar esta tua ideia para que resulte melhor?”

“ (...) tentamos que o diagnóstico seja sempre feito com as próprias comunidades, com as entidades. É difícil haver o caso em que nós elaboremos um projeto em que não tenha havido uma consulta prévia ou o envolvimento de atores locais. Às vezes, não há tempo para fazer isso de uma forma adequada, mas mesmo quando esse tempo não existe, existe sempre depois consulta e o diagnóstico é sempre feito com as pessoas, com as pessoas da comunidade e do terreno e atores locais que são interessados direta ou indiretamente. Nesses casos, depois quando o projeto inicia, sempre que não há um processo de consulta e suficientemente participativo esse processo é feito posteriormente. E aí depois tentaremos sempre ajustar o projeto ao que for necessário, mas os processos de diagnóstico, o assessement do projeto são sempre feitos de uma maneira participativa.”

“Ferramentas há muitas e depende sempre do tempo que temos para as utilizar. E depende, portanto, também do grau de capacidade que existe na própria comunidade para sermos, para utilizarmos essas ferramentas. A árvores de problemas, a árvore de objetivos e tal...tentamos sempre criá-las ou pelo menos de certa forma fazer o levantamento desses problemas e desses objetivos e depois nós, por outro lado, a construir a própria problemática. Muitas vezes, há a aplicação das ferramentas é o que é...não é assim tão possível e tão fácil...mas se há uma, quer dizer, óbvio tentamos sempre fazer sessões e workshops de identificação de necessidades, de reconstrução de objetivos, de identificação de problemas, de reconstrução de objetivos. E depois a partir daí claro temos o nosso trabalho de casa para fazer. Nenhum projeto é feito sem a construção do marco lógico, por exemplo.”

“ (...) há um planeamento que é feito logo no momento do desenho da intervenção. E aí está, às vezes de uma forma mais ou menos participativa, mas é sempre feito no momento da intervenção. E depois é revisto, é atualizado.”

“ (...) existe na maioria dos projetos da OIKOS alguém mesmo com esse perfil, chamamos-lhe o técnico de monitorização e avaliação. E essa pessoa, e se não existe

ela depois o coordenador do projeto, o que faz é o acompanhamento...e o acompanhamento não é só preencher os quadradinhos do cronograma ou do gráfico ou seja o que for. Há um seguimento, que é o seguimento do próprio marco lógico...que é...que tem a ver com, enfim, o seguimento de um plano operativo: número de atividades, foi feito, não foi feito, os indicadores estão cumpridos, não estão a ser cumpridos, o orçamento – estamos a gastar, como é que estamos a gastar? Nós planificámos o mês passado, o que é que estamos a executar este ano? Comparar com o orçamento total. Ou seja, tudo isso é feito de maneira permanente. E claro assim permite que, havendo a identificação depois de algum desvio, se possa corrigir rapidamente. Em casos onde [inaudível] “Epa! estamos a ir por uma linha que é totalmente...não é aquela...ou que não podemos fazer aquilo, ir por onde tínhamos pensado inicialmente.” Muito bem, pois, conversamos, vemos que plano b podemos ter? Esse plano b está dentro do que é o contrato do projeto e da própria proposta? Podemos fazê-lo cumprindo, pois, prazos, indicadores, atividades, objetivos, beneficiários e tudo ou não? É preciso fazer algum tipo de ajuste mais profundo que implique alterações ao contrato?”

“ (...) para nós o beneficiário não é uma pessoa passiva que recebe, não é? Existe sempre um compromisso, um envolvimento com o projeto que vai além de uma atitude: “Obrigadinho pelo que me deram”. No fundo, o beneficiário é ele próprio responsável pelo seu próprio desenvolvimento como qualquer outro ator e, então, o que nós tentamos sempre é criar metodologias e formas em que sejam não só envolvidos no projeto, mas que sejam atores do próprio projeto e que assumam o projeto como deles. Agora, como? Pois, varia de projeto para projeto. Sei lá...por exemplo, em Cuba...projeto de construção de casas que foram destruídas pelos furacões, qual é que é o envolvimento das pessoas? Pois, cada beneficiário é ele o responsável pela construção da sua própria casa, não há aqui mais ninguém, então organizam-se todos os beneficiários em grupos e tal e, então, imaginemos, pois, um grupo de dez pessoas, estão os beneficiários...pois...dez beneficiários ajudam-se a construir as casas uns dos outros. Portanto, a OIKOS qual é que é o papel? Pois, por um lado, forma as pessoas, dizer: “Bem, o que vocês têm de fazer é isto...”

“ (...) os beneficiários participam em processo formativos...dizer, antes de começar o projeto: “Temos um projeto que é isto, faz sentido para vocês? Ou de que maneira é que vocês...?” Muitas vezes, o projeto é construído com os futuros beneficiários, não com todos não é? Mas com pessoas que poderão beneficiar no futuro do projeto. Apresenta-se o projeto, faz-se uma identificação de beneficiários, seja...depende, enfim...por exemplo, de uma maneira ou de outra...depende. E o envolvimento deles no projeto requiere contrapartidas, requiere não só tempo, mas também, pois, uma participação direta. “Vocês participam nos projetos, mas vou vos pedir que façam isto, aquilo e aqueloutro...não é para mim, é para vocês, vocês têm que assumir determinadas responsabilidades” O beneficiário é um ator, não é apenas um beneficiário, um recipiente, é um ator cujo envolvimento no projeto e o projeto [inaudível] depende do próprio projeto em si, às vezes pode ter realmente um papel mais central, mais relevante, mais participativo do que noutros.”

“ (...) fazemos avaliações em finais de processo, ou seja, se há um projeto que começa e acaba aqui e eu sei que não vai haver uma continuidade ou alguma coisa parecida, pois possivelmente faço uma avaliação final aqui. Mas se eu sei que, por exemplo, o projeto acaba aqui, mas vai haver uma fase posterior ou continua de outra maneira, pois secalhar não me interessa fazer a avaliação aqui. Faço uma avaliação aqui que cubra estes dois. Sim. Sim, normalmente fazemos avaliações ex-post que são avaliação já depois, no final do projeto...três meses depois do final do projeto. Não fazemos avaliações intermédias, é muito raro fazermos avaliações intermédias (...) ”

“ (...) em muitos dos nossos projetos, principalmente financiados pela União Europeia existe...eles têm uma figura que é a monitorização Rom e a monitorização Rom é um processo, um procedimento de monitorização que nalguns projetos é anual, noutros é quase aleatória e o...é um processo de seguimento que na realidade é muito parecido a uma avaliação. Incide sobre os cinco principais critérios de avaliação: pertinência, eficiência, eficácia, o impacto e a sustentabilidade.”

“Eles poderão é fazer a sua monitorização de uma forma mais ou menos participativa.”

“É difícil medir...pelo menos o impacto como o entendemos (...) são os resultados que se alcançam além dos resultados do próprio projeto, não é? E para este conceito de impacto entram também aqui os conceitos de duração de long-time...e de multiplicação ou eventualmente de replicabilidade. Nós não conseguimos nos nossos projetos incluir indicadores de impacto, temos os indicadores de resultados e de objetivos não temos indicadores de impacto (...) ”

“E, muitas vezes, não estamos, não só não temos, não estamos tempo suficiente dentro de um processo de desenvolvimento para medir o impacto da nossa atuação. Pois, trabalhamos aqui ou funcionamos aqui ou até aqui e depois vamos embora e não só não estamos fisicamente, como não temos recursos para fazer uma avaliação de impacto...de impacto como entendemos. O que fazemos sim é avaliações...podemos fazer uma avaliação de resultados e aí, enfim...tudo impecável, ou seja temos os meios para fazer, temos os indicadores para os fazer. A nível de impacto, pois, podemos ter uma ideia, uma sensibilidade, mas não conseguimos medir de maneira objetiva.”

“ (...) um projeto de geração de rendimentos – propomos que as pessoas aumentem o seu rendimento em 50 % até final do projeto, mais 50 %, ou seja 150 %, chegamos ao final do projeto e as pessoas, pois, em vez de terem um rendimento mensal de 200 dólares, pois, têm 300 dólares mensais. Impecável, a pergunta que faço à Sara: teve impacto? Pois, não sabemos. O que sabemos é que teve um bom resultado, mas não sei se teve impacto. Porque eu para analisar o impacto tinha de ir às casas das pessoas e tinha de ver o que é que vocês gastaram nesse dinheiro, estes 100 dólares a mais o que é que foi? Foi para...mudou-vos realmente a vossa vida? Teve algum efeito? Vocês conseguiram pôr os miúdos na escola? Vocês melhoraram a vossa dieta alimentar? Vocês têm melhores condições na casa? Com estes 100 dólares o que é que vocês fizeram? Ou pelo contrário o marido gastou os 100 dólares em copos e nas cobiadas com os amigos, chega a casa todos os dias bêbado e bate na mulher, arranjou uma amante e agora tem duas casas e divide o que ganhava os 150 %...os 300 dólares afinal são só 150 porque ele tem duas casas. Por exemplo...e é isso que nós não conseguimos medir e é isto que nós entendemos por impacto. Faz alguma diferença na vida destas pessoas mais estes 100 dólares? Sim ou não? Se sim, o impacto é positivo ou o impacto é negativo?”

“ (...) agora a nível de resultados posso dizer que a totalidade dos projetos da OIKOS, pelo menos aqueles até onde eu me recordo, cumprem 100% dos resultados.”

“ (...) claro que vão dizer assim: “eu queria sementes de milho, só vieram sementes de cevada”, “ eu gostava mesmo de ter uma bicicleta porque é que a OIKOS não me dá uma bicicleta? Porquê é que construiu um celeiro em vez da minha bicicleta porque com a minha bicicleta eu pegava nas coisas, ia ao mercado, trazia as coisas e não sei quê e vocês construíram-me o celeiro, epah o celeiro está bom, obrigadinho é muito bom assim posso guardar as coisas, mas eu gostava mesmo de uma bicicleta”. E estas coisas, isto acontece...é muito recorrente...se...mas que o facto de a pessoa ter o celeiro, mesmo que queira muito a bicicleta e preferia a bicicleta...secalhar a pessoa com o celeiro, ela própria não tem noção disso...secalhar os alimentos duram mais, em vez de durar para quatro meses, pois, podem durar para cinco meses, nas mesmas condições, não é, por exemplo. E a ideia é que no geral, quer dizer nós temos um procedimento que é um complaint, mechanism complaint form que as pessoas depois reclamam à OIKOS dizem que: “Bem, hoje não gostamos, isto correu mal, isto não sei quê e não sei que mais...”. Epah nunca...isto é dado lá às pessoas...o processo também é falível, mas sempre os comentários e a opinião é sempre positiva, não me recordo, agora há sugestões, há sempre...podemos fazer melhor e tal...podem fazer isto, porque é que não fazem assim e assado? Mas o feedback geralmente é positivo, não me recordo alguma vez ter tido um comentário negativo a dizer assim: “Não precisamos das OIKOS para nada, podem-se ir embora.”

“A sustentabilidade, mais que uma preocupação, é uma obrigação. Muitas vezes, é uma obrigação contratual. Muitos não são, há muitos projetos que não são para ser sustentáveis...projetos puramente assistencialistas para aquele momento...pronto certo, muito bem, toda a gente sabe e assume logo à partida. Não queremos, não pretendemos, ninguém espera que haja mais do que aquilo, às vezes pode acontecer.”

“Essa sustentabilidade alcança-se envolvendo as pessoas e que as pessoas depois assumam o projeto, criando ligações, condições logo à partida para que o projeto possa continuar. E para isso é muito importante que as pessoas...que o projeto não seja nosso, mas seja das pessoas e elas percebam tudo o que está a acontecer...que sejam elas próprias a propor tudo o que está a acontecer ou se não propor pelo menos que entendam e aceitem a proposta. E...mas também para haver uma sustentabilidade de

verdade, muitas vezes tem de existir pré-condições ou fatores externos à própria organização...às vezes pode não existir. A questão da sustentabilidade...existe até um ponto em que é controlável e onde depende de nós...a partir daí não, nós podemos fazer as coisas muito bem-feitas, mas se as pessoas depois não quiserem continuar, não exista ninguém que tenha vontade de continuar as coisas não continuam.”

E5: *“Ao fazermos esta representação e a maior parte das organizações trabalham nos PALOP, nós acabamos por nos dirigir também para isso (...) tentarmos criar aqui uma dinâmica mais forte com as Plataformas dos PALOP porque é, no fundo...é onde a maior parte das ONGD trabalha.”*

“Portanto, nós também respondemos um bocadinho aos interesses das nossas associadas. E, portanto, se as nossas associadas começarem a trabalhar mais noutros países...agora a esse nível não condicionamos as organizações, no seu âmbito geográfico, mas sobretudo trabalhamos CPLP e PALOP porque é o foco...também não temos capacidade de nos dispersarmos demasiado (...) ”

“ (...) as realidades são diferentes, as realidades são completamente diferentes de país para país. Portanto, os desafios também são diferentes e cada vez as organizações que trabalham em diferentes países têm intervenções, têm que se adaptar para as realidades locais.”

“A experiência a esse nível está muito em certas organizações, o que nós tentamos é aproveitar essas competências que eles têm para passá-las a outras ONG que estão num nível de desenvolvimento diferente. Mas nós não condicionamos o trabalho das ONG a esse nível, tentamos aproveitar e passar conhecimento entre as organizações (...) ”

“Mas tentamos trazer, por exemplo, experiência internacionais que possam ajudar as organizações portuguesas a aprender outros métodos, outras metodologias, a esse nível sim...às vezes, fazemos contacto com outras organizações europeias e não só. Portanto, aqui é mesmo ser uma ponte de contacto com outras realidades que possam ajudar nas metodologias e na criação de parcerias internacionais. Portanto, a esse nível fazemos, mas a grande mais-valia, o grande capital de conhecimento está nas organizações.”

“ (...) é um problema sempre dos projetos e da lógica de projeto das ONGD...têm um limite temporal muito curto e definido e os financiamentos funcionam segundo essa

lógica limitada no tempo e depois não...normalmente os financiadores não preveem uma avaliação de impacto pós término do projeto e as organizações...as estruturas da maior parte das ONGD como são organizações não-governamentais e dependem...e portanto a sua criação de lucro social é muito limitada, principalmente em Portugal...o lucro social nunca seria distribuição, seria de aplicação depois nas atividades. Mas é limitada, mesmo ao nível da legislação. Têm dificuldade em ter uma sustentabilidade financeira que vá para além deste ciclo de financiador-projeto e, portanto, continuar os próprios projetos e contribuir para que eles possam ter um impacto e uma sustentabilidade para além do seu limite do tempo também é difícil. Portanto, muitas vezes os projetos acabam por morrer ali e os financiadores têm muita culpa disso porque não preveem aquela questão da avaliação de impacto., seguimento...depois se continuar de alguma forma aquela intervenção, o que estão mais interessados é nos relatórios, relatórios técnicos, financeiros, se correu bem, coiso...e, portanto, isso limita um bocadinho o impacto.”

ANEXO V: Apresentação das dimensões, categorias e subcategorias

Eixo 1: Especificidades das ONGD

Dimensões	Categorias	Sub-categorias	Unidades de contexto	Unidades de registo
A: Finalidades	A1: Facilitadoras/catalisadoras	A1.1: Responsabilização dos atores locais	<p>“Porque nós não fazemos tudo, eles agora a partir daí eles teriam de criar os seus próprios, desenvolver-se. Damos as primeiras coisas e depois a partir daí...” E1</p> <p>“Penso que neste momento uma organização europeia... é cada vez mais um facilitador de processos de desenvolvimento. Nalguns momentos pois com um papel mais interventivo do que outros, noutros apenas uma espécie de um pivô, alguém que funciona, pois, como uma referência, como um intermediário, como um...alguém que ajuda e presta algum tipo de assistência, mas que cada vez delega e responsabiliza mais os atores locais pelo seu processo de desenvolvimento.” E4</p> <p>“É mais focalizado nas populações e nas comunidades e, portanto, são mais ou menos...servem como agentes catalisadores...não estão ali ou pelo menos o seu objetivo não é estarem ali durante muito tempo, é sobretudo criarem condições para que as populações depois possam continuar os seus projetos.” E5</p>	3
		A1.2: Consciencialização das comunidades	<p>“Bem, nós temos já alguma experiência de desenvolvimento noutros países, nomeadamente em Portugal...o que aconteceu foi isto de certeza que é assim que querem ir muito bem. Olha estes riscos, estes riscos...” Alguém que tome uma perspetiva mais de fora e que mais do que tudo depois coloque</p>	1

			questões e obrigue as entidades também a refletir.”E4	
B: Tipo de intervenção	B1: Proximidade das populações	B1.1: Abordagem de baixo para cima	<p>“Essa proximidade com as pessoas tanto com os dadores, como para aqueles a quem damos, é nos fundamental precisamente para o desenvolvimento. É fundamental. No fundo, somos, estamos todos no mesmo barco.” E1</p> <p>“ Depois vindo de baixo para cima (...) a solução para as necessidades e a procura de...projetos ou de atividades ou de programas que possam melhorar a situação de vida das comunidades é muito mais eficaz, faz com que as pessoas sintam que também fazem parte do seu próprio desenvolvimento e da sua maneira de estar (...)” E2</p>	2
	B2: Relação público-privado	B2.1: Capacidade de adaptação	<p>“ (...) Os governos não têm muita possibilidade de o fazer uma vez que há uma aproximação muito mais <i>top-down</i> e também em termos de setor privado tem outro tipo de interesses e daí que a sociedade civil, as organizações não-governamentais são fundamentais neste processo (...)” E2</p> <p>“ Trabalham muitas vezes em sítios onde, pela dificuldades geográficas dos países, é mais difícil os governos chegarem, portanto estão no interior dos países, estão em zonas muito mais carenciadas e, portanto, intervêm junto das populações, têm uma capacidade de adaptação à realidade muito maior (...)” E5</p>	2

Eixo 2. As ONGD em relação ao contexto nacional e internacional

Dimensões	Categorias	Sub-categorias	Unidades de contexto	Unidades de registo
C: Relação com a sociedade portuguesa	C1: Descrença nas ONGD	C1.1: Falta de reconhecimento público	<p>“As ONGD estão bastante desacreditadas neste momento. Porquê? Porque não sei...algumas não sei trabalham de modo que as pessoas não têm fé, não acreditam que o dinheiro vá parar aos sítios, que as coisas sejam feitas de maneira sustentável (...)” E1</p> <p>“Apesar da maioria das pessoas acharem que a cooperação para o desenvolvimento é importante ou melhor existe [risos] pelo menos um ou outro estudo feito nesse sentido. Na prática, quando falo com as pessoas não noto assim tanto isso.” E2</p> <p>“Claro há organizações que já têm uma certa credibilidade. Mas claro durante alguns anos, quando eu andava na faculdade havia muito a sensação de que as ONG enviavam pessoas para o terreno ou angariavam dinheiro e depois aquele dinheiro...questionava-se muito se aquele dinheiro ia realmente para África ou se aquela roupa que tu enviavas ia mesmo para aquela...” E3</p> <p>“A ONGD é uma entidade um bocadinho marginal...no sentido que está à margem e, então, são entidades a quem normalmente...alguém se dirige quando precisa e quando faz falta...apesar do que se possa dizer e de posição, pois, públicas de serem muito importantes...eu penso que essa importância, o valor e o mérito depois, muitas vezes, não é reconhecido e não é reconhecido de uma forma...de uma perspetiva</p>	4

			<p>“mas isto para dizer que também a nível político não há muita relevância, apesar da cooperação portuguesa ser considerada um pilar da política externa...mas tem estado a perder pelo contexto e há-de continuar sempre a perder e, principalmente, num contexto de crise estas questões nunca são muito visíveis (...)” E5</p>	
		C1.2: Falta de discussão política	<p>“ (...) não levam a sério...penso que, muitas vezes, é...são como entidades que fazem um trabalho, pois, mais por... pouco profissional, mais por capricho de três ou quatro carolas que fazem as coisas sempre numa perspetiva, pois, de voluntariado, como quase para se entreter sem um impacto verdadeiramente justificado ou justificável.” E4</p> <p>“E, portanto, não percebendo o impacto, não conhecendo as organizações não podem ter uma visão global do que é feito e do que o trabalho das ONG e da cooperação portuguesa significa. E, portanto, nunca há aqui um conhecimento muito grande e é um trabalho que temos de fazer constantemente ao nível da comunicação.” E5</p>	1
		C1.3: Falta de conhecimento da intervenção	<p>“Acho que estamos muito virados para o nosso umbigo, para as nossas crises, para os nossos problemas e...e para o nosso pequeno país, estamos muito pouco...olhamos muito pouco para aquilo que é a realidade nos outros países.” E2</p> <p>“Irá sempre dizer que sim, mas principalmente num contexto de crise que vivemos nós temos notado que as pessoas...muita gente e muita gente com responsabilidade pergunta, faz sempre a pergunta: mas porque é que nós havemos de estar a dar dinheiro lá para fora quando temos muitos problemas aqui?”E5</p>	2
	C2: Foco nos problemas internos	C2.1: Auto-centração		2

		C2.2: Falta de sensibilidade	“Cada vez olhamos mais os nossos próprios problemas e as pessoas começam a estar pouco interessadas e pouco sensíveis para o que se passa fora de portas se cá nós já temos com que nos entreter.” E4	1
D: Relação com as políticas de desenvolvimento	D1: Motivada pelos laços históricos	D1.1: Priorização dos PALOP e Timor	<p>“ (...) a nível governamental ou de instituições ou do antigo IPAD (...) esses organismos que davam ajuda a organizações que tinham projetos de ajuda humanitária, as pequenas organizações eram sempre excluídas, sobretudo, quando trabalhavam em países fora dos PALOP.” E1</p> <p>“Portugal conhece poucos países para além dos PALOP e de Timor-Leste (...) E a própria estratégia de cooperação portuguesa passa precisamente por dar cada vez mais atenção aos países lusófonos e aos países, enfim...aos países dentro do espaço da CPLP (...) uma opinião mais crítica que possa existir está condicionada por esta prioridade que é histórica e, enfim, também política.” E4</p>	2
	D2: Seguimento das diretrizes europeias e internacionais	D2.1: Coerência entre a intervenção e as diretrizes	<p>“ (...) seguir as diretrizes europeias e internacionais (...) E tentamos trabalhar sempre nessas diretrizes, no cumprimento dos objetivos do Desenvolvimento do Millennium...” E3</p> <p>“ Claro que depois cada financiador e cada entidade tem, enfim, as suas ideias particulares, não há grandes problemas desde que nos princípios gerais todos estejamos de acordo e no geral pensamos sim.” E4</p>	2

Eixo 3. Desafios das ONGD

Dimensões	Categorias	Sub-categorias	Unidades de contexto	Unidades de registo
E: Financiamento	E1: Diminuição dos apoios concedidos	E1.1: Dificuldade no acesso	<p>“ (...) não tínhamos qualquer tipo de financiamento de parte nenhuma porque éramos sempre pequenos, porque os nossos pedidos de financiamento eram sempre pequenos (...)” E1</p> <p>“Agora, em Portugal, neste momento, o problema principal tem a ver com o financiamento, não existe, é muito pouco, muito reduzido. O governo cortou de uma forma brutal aquilo que eram os apoios à sociedade civil nas questões do apoio ao desenvolvimento. Os próprios doadores privados que existem estão a diminuir as suas contribuições porque têm também os seus salários, as suas rendas pessoais bastante diminuídas (...)” E2</p> <p>“Aqui em Portugal, acho que a maior dificuldade são os financiamentos, não é? Porque as organizações vivem muito do financiamento.” E3</p> <p>“ E...o grande desafio não é novidade nenhuma, enfim...a questão financeira, a questão de recursos. Sim é necessário recursos para se poder trabalhar e há organizações com um trabalho muito bem feito, mas que acabam por não ter escala e acabam por não ter dimensão e não ter capacidade para assumir um certo tipo de financiamento. Ora Portugal é um país</p>	5

			<p>periférico e é periférico também aí. Nos centros de decisão, os recursos estão longe, então para nós também é difícil aceder a esses recursos, principalmente para organizações que têm, na maioria delas, um âmbito geográfico de ação extremamente limitado.” E4</p> <p>“ (...) a possibilidade que têm de desenvolver projetos e de encontrarem outras organizações que contribuam para melhorar a eficácia dos projetos com outras mais-valias ainda não está refletida nos apoios que existem oficialmente ao trabalho das ONGD. Acho que elas podiam fazer muito mais, têm capacidade para fazer muito mais...estão às vezes demasiado limitadas por esta dificuldade de encontrar financiamentos. São também às vezes bastante conservadoras, focalizam-se demasiado num determinado tipo de financiamento (...)” E5</p>	
	E2: Alternativas ao financiamento tradicional	E2.1: Doadores privados	<p>“E procurando também o apoio de fundações e outros doadores não tradicionais.” E2</p> <p>“Tentando diversificar (...) Tentamos depois identificar vários tipos de financiadores, desde financiadores privados (...)” E4</p>	2
		E2.2: Organizações internacionais	<p>“A alternativa tem sido virarem-se para parcerias com outro tipo de organizações internacionais, procurando financiamentos europeus, mas aí também a concorrência é muito grande.”E2</p> <p>“Tentando diversificar (...) Tentamos depois identificar vários tipos de financiadores, desde... entidades sejam organizações supranacionais, cooperações bilaterais, fundações internacionais, todo</p>	2

			o tipo de organização que se encaixe nos princípios da OIKOS (...)” E4	
		E2.3:Universidades	“A alternativa tem sido virarem-se para parcerias com universidades (...)” E2	1
F: Transformações mundiais	F1: Necessidade de intervir nos países desenvolvidos	F1.1: Mundialização da pobreza	“(…) tem a ver com esta mudança atual do mundo...a pobreza não está a conhecer fronteiras e mesmo os países mais desenvolvidos estão a viver situações problemáticas nessa área. E, portanto, as ONG que estavam habituadas a trabalhar nos países pobres, agora começam a ver que secalhar nos países ricos também têm um papel a desempenhar.” E2	1
	F2: Relações norte e sul	F2.1: Papel mais relevante dos países do sul	“Se tradicionalmente os fundos eram pacotados nos países mais ricos para enviar para os países mais pobres e eram feitas parcerias nesse sentido, neste momento os financiadores estão muito mais a financiar as organizações diretamente no sul sem ter que passar pelas do norte, já têm alguma capacidade, há muitas ONG do norte que também estão a criar sedes ou filiais nesses países do sul (...)” E2	1
G: Definição estratégica	G1: Definição de objetivos	G1.1: Ausência de objetivos	“Eu acho que muitas organizações precisam primeiro que se definir, não é? Olhar para dentro, definir-se, dizer o que é que eu quero fazer (...)” E4	1
	G2: Orientação para ação	G2.1: Falta de clareza	“(…) e como é que eu quero fazer, terem linhas...ter uma orientação estratégica muito clara.” E4	1
H: Recursos humanos	H1: Formação de profissionais	H1.1: Falta de profissionais com experiência	“Depois a nível humano não há...é difícil encontrarmos pessoas que trabalhem nesta área, que tenham experiência nesta área...porque o nosso mercado é muito pequeno...e que queiram continuar a trabalhar nesta área e a evoluir nesta área.” E4	1
I: Comunicação	I1: Sensibilização da sociedade	I1.1: Falta de visibilidade	“A questão de tentar mostrar o seu trabalho, de tentar ganhar visibilidade, quer a nível da opinião pública, quer a nível de outro tipo de entidades com quem possam trabalhar e criar mais escala nos seus projetos, mais impacto, mais eficácia.” E5	1

	I2: Preservação dos valores	I2.1: Perda da importância da cooperação na política externa portuguesa	“ (...) contribuir também para assegurar que a cooperação portuguesa continua a ter um papel importante na política externa de Portugal...Portanto, o seu trabalho também é esse, é continuar a defender o que acham que é importante como princípios bases para a cooperação.” E5	1
--	-----------------------------	---	--	---

Eixo 4. Conceção de desenvolvimento

Dimensões	Categorias	Sub-categorias	Unidades de contexto	Unidades de registo
J: Ação para o desenvolvimento	J1: Diretiva/replicadora	J1.1: Exercício de autoridade	“ (...) é um país onde a presença do branco ainda é algo, algo...presença de autoridade. Portanto, isso com o seu mal e com o seu bem de certa forma, às vezes, pode jogar a favor do desenvolvimento daquelas pessoas, quando é bem aplicada.” E1	1
		J1.2: Transmissão de valores	" Acho que eles têm coisas a aprender, sobretudo a nível de estrutura percebe (...) Portanto, não é dizer “Ah mas isso temos que deixar tudo para eles” Nem pensar, seria o desastre total.” E1 “ (...) às vezes é complicado quando tu tentas impor os nossos valores de cá a eles lá e às vezes tens situações que correm bem e outras situações que correm mal.” E3	2

	J2: Emancipadora/capacitadora	J2.1: Troca cultural	“(…) quanto maior troca cultural houver, maior e mais rico será o desenvolvimento.” E1	1
		J2.2: Participação	<p>“Não se pode fazer sem a participação dos locais, é impossível. Então em África e acho que em qualquer outro país é impossível. É sempre feita com a participação dos locais.” E1</p> <p>"Tentamos sempre que os projetos que fazemos sejam projetos de uma grande participação e que as populações locais estejam envolvidas, o que confere também uma grande sustentabilidade porque quando o projeto acaba as populações continuam a ser donas dele, <i>ownership</i> e têm e prosseguem normalmente com as atividades desse projeto." E2</p> <p>“Eles têm depois...claro que a cooperação tem de existir, mas depois passado um tempo os locais têm de ter consciência e perceções e o empoderamento deles para eles conseguirem fazerem aquilo para as cooperações não estarem sempre naqueles países (...)”E3</p> <p>“Não é possível haver desenvolvimento sem integração de atores locais e uma integração que seja, onde exista um <i>ownership</i>, um empoderamento dos projetos, das estratégias.” E4</p> <p>“O desenvolvimento tem...começar por ser feito e trabalhado e definido com seus destinatários.” E5</p>	5
		J2.3: Defesa dos direitos humanos	<p>“Sem os direitos humanos o desenvolvimento é complicado como todos devemos calcular (...) os direitos humanos não fazem sentido se as necessidades básicas das populações não estão asseguradas (...)” E1</p> <p>(...) procurarmos que as comunidades, as populações, as pessoas possam ter a oportunidade de viver a sua</p>	2

			capacidade plena, procurando a igualdade de oportunidades, procurando que os direitos humanos sejam respeitados e sejam mais do que respeitados sejam promovidos." E2	
	J3: Integrada	J3.1: Visão holística da realidade	<p>“(…) quando os projetos são implementados as populações com quem trabalhamos também conseguem conceber essa visão holística da economia, do social e também do ambiente.” E2</p> <p>“E que seja o mais integrado possível, ou seja não olhar setor por setor de forma isolada, mas tendo em conta umas necessidades que são muito mais globais das pessoas, das comunidades.” E4</p> <p>“Mas é essencial para a maior parte dos países em desenvolvimento terem também a componente de crescimento económico, de forte criação de emprego, de criação de estrutura produtiva e as ONG podem e contribuem também para isso através de microcréditos, parcerias com empresas.” E5</p>	3

Eixo 5. Intervenção das ONGD

Dimensões	Categorias	Sub-categorias	Unidades de contexto	Unidades de registo
K: Países de atuação	K1: Motivação para intervir além dos PALOP e Timor	K1.1: Resposta a necessidades emergentes	<p>“Ajuda-se quem precisa ponto.” E1</p> <p>“ (...) temos financiado projetos em países que são...onde é que...portanto, que têm menos ajuda, que têm menos apoios. O Burkina-Faso na altura em que nós financiamos, começamos a financiar era um país</p>	3

			que estava, que era muito pouco fashion.” E2 “É que a nós queremos ajudar pessoas, não queremos ajudar aquela pessoa ou a pessoa no sítio A, no sítio B ou no sítio C ou a pessoa com passaporte angolano ou a pessoa com passaporte moçambicano. Queremos ajudar pessoas, independentemente do seu passaporte, da sua cor, da sua opção religiosa, da sua etnia, seja o que for. Portanto, tem a ver mesmo com necessidades (...)” E4	
		K1.2: Resposta a situações de ajuda humanitária e de emergência	“Fora da CP...ou seja, a área é a CPLP, não é? Depois, no Haiti pós, pós tsunami...2010 houve um tsunami no Haiti e nós, nós...considerou-se que era extremamente fundamental enviar uma equipa para o terreno de médicos.” E3	1
		K1.3: Capacidade de resposta da organização	“ (...) só faz sentido irmos para um determinado contexto e trabalharmos num determinado contexto se representarmos uma mais-valia. Não é só porque há uma pessoa que diz que tem fome, pois, na Etiópia ou no Yemen. Podemos trabalhar na Etiópia e no Yemen? Faz sentido? Somos capazes? Secalhar não. Mas se fossemos capazes na Etiópia e no Yemen de trabalhar, se...ou nalgum momento formos...se houver condições para trabalharmos na Etiópia ou no Yemen, pois, não existe qualquer tipo de problema para trabalharmos na Etiópia e no Yemen.” E4	1
L: Influência da cultura de cada país	L1: Obstáculos à intervenção	L1.1: Falta de maturidade das entidades governamentais	“ (...) o maior obstáculo é de facto a corrupção e o que é para eles normal (...) até agora era quase como cultural ficar-se com o dinheiro dos brancos era assim uma coisa normal, fazia parte já da cultura deles, quer dizer não há nada de especial a gente roubar a um branco não tem problema nenhum. “E1 “ (...) a falta de estruturas políticas que te...não é a falta de estruturas políticas, tens estruturas não é? Mas...sim a corrupção.” E3	3

			<p>“A falta de vontade política para esses que estão...que têm graves problemas de corrupção onde o seu próprio desenvolvimento não é de maneira nenhuma uma prioridade.” E4</p>	
		L1.2: Falta de maturidade das estruturas civis e sociais	<p>“Por exemplo, a ADRA da Somália tem de ter o seu escritório no Quênia porque não pode ter lá por causa de todos os problemas de segurança que ali surgem e isso faz com que às vezes não se consiga...as intervenções tenham graves problemas que são causados pelas crenças locais, enfim, e pela cultura local.” E2</p> <p>“Por exemplo, a violência doméstica, a violência doméstica é crime...por exemplo, em São Tomé a violência doméstica é crime e é crime desde 2008, é crime público desde 2008 e o polícia via o primo a dar...a bater na mulher e não apresentava queixa porque era primo dele. As coisas em São Tomé...eles dizem STP significa Somo Todos Primos, pronto.” E3</p>	2
		L1.3: Falta de conhecimentos	<p>“(...) falta de capacidade, falta de conhecimentos técnicos sobre como liderar processos de desenvolvimento, definir estratégia.” E4</p>	1
		L1.4: Falta de interesse da comunidade internacional	<p>“(...) falta de interesse da própria comunidade internacional...são casos perdidos porque é que vamos estar aqui a investir nesta gente se eles próprios não se interessam? Enfim, existem, pois, conflitos civis, sociais, étnicos que dificultam esse mesmo processo de desenvolvimento.” E4</p>	1
	L2: Resposta das organizações	L2.1: Contacto com a realidade	<p>“(...) não se pode pensar nos primeiros dois, três, quatro anos em que se está a trabalhar num país destes se tem o conhecimento cultural e tudo que se passa ali. Não tem. São coisas que a experiência vai dando e não há nada que eu lhe possa dar a não ser a experiência. Ai pode ler aqui, poder ler acolá... Não, tem que estar no campo, tem de estar no terreno para puder ter a</p>	1

			experiência dessa diferença cultural que existe (...) ” E1	
		L2.2: Importância de um coordenador local no terreno	<p>“Porquê coordenadora local no Quênia? Porque eu tenho de me assegurar de que os projetos são seguidos como deve ser, que são monitorizados e não é com pessoas de lá que se monitoriza, pelo menos por enquanto. Há que formar essas pessoas.” E1</p> <p>“Eu acho que isso é fundamental...claro que fundamental seria o coordenador tivesse no terreno, pronto, mas por questões financeiras não é possível tu teres o coordenador no terreno. Porque é muito mais fácil quando a organização está no terreno (...)” E3</p>	2
		L2.3: Necessidade de adaptação	<p>“ (...) não posso chegar a um país que eu tenho a certeza que é homofóbico e dizer que a partir de hoje nós vamos implementar um projeto sobre orientação sexual e identidade de género naquele país quando sei que será um problema para a instituição, será um problema para as pessoas que estão a trabalhar no terreno, será um problema para isso tudo, não é? Eu acho que tu tens de seguir sempre as diretrizes, mas tens de ter sempre atenção ao país que tu estás...onde tu estás a trabalhar...aos direitos sociais...aos valores culturais deles.” E3</p> <p>“É um elemento com o qual temos que contar, ponto. Às vezes nem impede, nem facilita, é assim...Se o meu projeto é distribuir carne de porco a um país ou a uma comunidade muçulmana pois à partida está desgraçado. E isso ele tem que saber. Como tem de saber outras questões... Preciso de saber como é que a comunidade está organizada, quais é que são os níveis de decisão e de respeito dentro da hierarquia da comunidade, tenho que saber qual é que o grau de compromisso da comunidade e o grau de compromisso da sociedade civil. Ou tradicionalmente tenho de saber</p>	3

			<p>como é que...convém saber ou é importante para mim saber como é que funcionam os canais de solidariedade, se existem, não existem.” E4</p> <p>“ (...) as realidades são diferentes, as realidades são completamente diferentes de país para país. Portanto, os desafios também são diferentes e cada vez as organizações que trabalham em diferentes países têm intervenções, têm que se adaptar para as realidades locais.” E5</p>	
M: Diagnóstico	M1: Processo de realização	M1.1: Experiência no terreno	<p>“Muitas vezes, com as nossas idas. Muitas vezes, tu quando tens os projetos lá, não é? E vais ao terreno, comesas a perceber...percebes as necessidades que há, não é? No terreno...” E3</p> <p>“Portanto, qual é o método? É primeiro ver e tomar conhecimento da realidade, segundo estudá-la (...)” E1</p>	2
		M1.2: Leitura de documentos internacionais	“(...) depois também de muitos relatórios que tu lês internacionais.” E3	1
		M1.3: Uso das novas tecnologias	“Por <i>skype</i> , muitas vezes por telefone, por <i>e-mail</i> que te dizem como é que tu consegues fazer...ou seja, se vais para o lado direito, se vais para o lado esquerdo ou para que lado é que tu vais, não é?” E3	1
	M2: Âmbito de atuação da ONGD	M2.1: Adequação à identidade da organização	“ (...) ver de que maneira é que uma organização como a nossa pode intervir porque sei lá se for uma organização como a tese que são os engenheiros sem fronteiras provavelmente seria, faria muito mais sentido intervir na zona rural com questões de...sei lá, abastecimento de água, etc. Portanto, isso também tem a ver com o tipo de organização de que estamos a falar.” E1	1
	M3: Adequação à realidade local	M3.1: Envolvimento da comunidade	<p>“É assim, a metodologia é sempre trabalhar com as entidades locais (...)” E1</p> <p>“ (...) é muito de baixo para cima. E, portanto, como nós temos escritórios mais ou menos independentes</p>	3

			<p>nesses países, eles é que fazem o levantamento de necessidades, é que juntamente com as autoridades locais, as comunidades, etc, etc fazem o levantamento das necessidades e acabam por construir o projeto com base nisso.” E2</p> <p>“ (...) tentamos que o diagnóstico seja sempre feito com as próprias comunidad estrutues, com as entidades. É difícil haver o caso em que nós elaboremos um projeto em que não tenha havido uma consulta prévia ou o envolvimento de atores locais. Às vezes, não há tempo para fazer isso de uma forma adequada, mas mesmo quando esse tempo não existe, existe sempre depois consulta e o diagnóstico é sempre feito com as pessoas, com as pessoas da comunidade e do terreno e atores locais que são interessados direta ou indiretamente.” E4</p>	
		M3.2: Construção de parcerias	<p>“É precisamente, trabalhamos em direto, em parceria direta com as autoridades locais porque nem poderia ser de outra forma para se estar legal (...)” E1</p> <p>“ (...) nós tínhamos reuniões por skype e dizíamos assim: “olhe nós achamos que devemos fazer isto, devemos fazer o projeto em duas ilhas” e eles diziam “Ok, podem fazer em duas ilhas, mas cuidado que na ilha x já foi feito isto e aquilo, portanto secalhar...” ou “na ilha y que é outra ilha que vocês podem...” onde nós conseguimos “temos índices de homofobia extremamente altos” que nós, tu aqui consegues ter acesso aos relatórios internacionais, mas que, muitas vezes, te escampam pormenores das coisas no terreno, por isso é que os parceiros são fundamentais no diagnóstico de projeto...no diagnóstico, na elaboração e no planeamento, na execução, na avaliação do projeto.” E3</p>	3

			<p>“Daí a importância de estarmos envolvidos no país, estarmos na comunidade, trabalharmos com pessoas que são locais e com organizações locais que nos possam dizer: “Epah, isso é uma boa ideia, mas aqui não faz sentido ou isso é uma péssima ideia, ponto.” E4</p>	
	M4: Metodologias usadas	M4.1: Análise SWOT	<p>“(…) mas sim o ideal seria sempre fazer uma análise SWOT antes de fazeres um projeto.” E3</p>	1
		M4.2: Árvore de problemas e objetivos	<p>“Portanto, provavelmente está mais dentro do assunto até do que eu. Por isso, a árvores de problemas, a árvores de objetivos (…)” E2</p> <p>“(…) tentamos sempre fazer sessões e workshops de identificação de necessidades, de reconstrução de objetivos, de identificação de problemas, de reconstrução de objetivos.2 E4</p>	2
		M4.3: Matriz lógica	<p>“(…) a matriz lógica, o quadro lógico e por aí fora…” E2</p> <p>E depois a partir daí claro temos o nosso trabalho de casa para fazer. Nenhum projeto é feito sem a construção do marco lógico, por exemplo.” E4</p>	2
	M5: Fatores envolvidos na aplicação das metodologias	M5.1: Tempo disponível	<p>“Agora, a análise SWOT é quando tens tempo porque as organizações pequenas é muito complicado tu…tu trabalhares única e exclusivamente para aquele projeto e dedicares-te…” E3</p> <p>“Ferramentas há muitas e depende sempre do tempo que temos para as utilizar.” E4</p>	2
		M5.2: Capacidade de uso das metodologias dentro da comunidade	<p>“E depende, portanto, também do grau de capacidade que existe na própria comunidade para sermos, para utilizarmos essas ferramentas…” E4</p>	1

		M5.3: Troca de conhecimento entre as organizações	<p>“Mas tentamos trazer, por exemplo, experiências internacionais que possam ajudar as organizações portuguesas a aprender outros métodos, outras metodologias, a esse nível sim...às vezes, fazemos contacto com outras organizações europeias e não só. Portanto, aqui é mesmo ser uma ponte de contacto com outras realidades que possam ajudar nas metodologias e na criação de parcerias internacionais. Portanto, a esse nível fazemos, mas a grande mais-valia, o grande capital de conhecimento está nas organizações.” E5</p>	1
N: Planeamento	N1: Flexibilidade	N1.1: Ajuste às circunstâncias da realidade	<p>“ (...) uma coisa é tu planeares, outra coisa é tu executares. E depois quando executas normalmente lá...tu tentas dar o teu melhor, mas secalhar só foi 45 % executado aquilo que tu planeaste por causa das condições todas...de não terem o material que tu querias (...) tu tens de tentar executar aquilo de outra maneira e tens de ser muito criativo quando estás a trabalhar.” E3</p> <p>“ (...) há um planeamento que é feito logo no momento do desenho da intervenção. E aí está, às vezes de uma forma mais ou menos participativa, mas é sempre feito no momento da intervenção. E depois é revisto, é atualizado.” E4</p>	2
O: Implementação	O1: Participação	O1.1: Atribuição de um papel ativo aos atores locais	<p>“(...) são eles que fazem as atividades. Por exemplo, este de São Tomé...eram eles...de São Tomé e de Cabo Verde. O coordenador somos nós, mas são eles que fazem as atividades.” E3</p> <p>“ (...) para nós o beneficiário não é uma pessoa passiva que recebe, não é? Existe sempre um compromisso, um envolvimento com o projeto que vai além de uma atitude: “Obrigadinho pelo que me deram”. No fundo, o beneficiário é ele próprio responsável seu próprio desenvolvimento como qualquer outro ator e, então, o</p>	2

			que nós tentamos sempre é criar metodologias e formas em que sejam não só envolvidos no projeto, mas que sejam atores do próprio projeto e que assumam o projeto como deles.” E4	
P: Avaliação	P1: Tipo de avaliação	P1.1: Intermédia	<p>“Todos os anos é feita uma avaliação pela Carolina dos projetos no Quénia. Ela em geral faz uma avaliação de seis em seis meses.” E1</p> <p>“Normalmente esse acompanhamento é feito pelos escritórios locais, mas uma ou duas vezes por ano os escritórios doadores também vão ao terreno. Com frequência nós pedimos informação, quando os projetos são muito pequenos naturalmente não vamos lá, mas pedimos sempre informação. Recebemos sempre relatórios trimestrais e vamos acompanhando como é que as coisas estão a ser implementadas.” E2</p>	2
		P1.2: Final	<p>“ (...) fazemos avaliações em finais de processo, ou seja, se há um projeto que começa e acaba aqui e eu sei que não vai haver uma continuidade ou alguma coisa parecida, pois possivelmente faço uma avaliação final aqui. Mas se eu sei que, por exemplo, o projeto acaba aqui, mas vai haver uma fase posterior ou continua de outra maneira, pois secalhar não me interessa fazer a avaliação aqui. Faço uma avaliação aqui que cubra estes dois.” E4</p>	1
		P1.3: Ex.post	<p>“Sim, normalmente fazemos avaliações ex-post que são avaliação já depois, no final do projeto...três meses depois do final do projeto.” E4</p>	1
		P1.4: Externa	<p>“Projetos mais pequenos a avaliação é feita pelo <i>staff</i> local, projetos maiores é feito por auditorias externas, como é natural.” E2</p> <p>“ (...) há projetos em que somos nós que fazemos, somos nós, pronto, que fazemos o relatório de avaliação. Há outros projetos em que nós conseguimos ter avaliadores externos que eu acho que é sempre</p>	2

			melhor.” E3	
	P2: Papel da avaliação	P2.1: Processo de validação de resultados	“Portanto, eles têm de nos apresentar, têm de nos dar provas de, enfim, da evolução do projeto e, mas é claro que é sempre supervisionado por nós.” E1	1
		P2.2: Processo de continuidade e melhoria	<p>“Portanto, a avaliação tem sempre esta componente de que...de um processo de continuidade... que o facto de se estar a avaliar vai se ver o que correu bem e o que correu menos bem. Mas ao ver o que correu menos bem como é que se pode melhorar? Ao ver o que correu bem tentar ver outro tipo de soluções que sejam usadas para outro tipo de problemas para se criar um novo projeto, uma nova ação, um novo trabalho com a comunidade para continuar a desenvolver.” E2</p> <p>“Há um seguimento, que é o seguimento do próprio marco lógico...que é...que tem a ver com, enfim, o seguimento de um plano operativo: número de atividades, foi feito, não foi feito, os indicadores estão cumpridos, não estão a ser cumpridos, o orçamento – estamos a gastar, como é que estamos a gastar? Nós planificamos o mês passado, o que é que estamos a executar este ano? Comparar com o orçamento total. Ou seja, tudo isso é feito de maneira permanente.” E4</p>	2
		P2.3: Processo de prestação de contas	“Também a ADDHU é uma organização que dá um feedback enormíssimo...nós, somos unicamente financiados pelas pessoas e eu acho que seria uma falta de respeito da nossa parte não fazermos tudo e mais alguma coisa para assegurarmos que o dinheiro que às vezes dado com sacrifício é bem aplicado (...)” E1	1
Q: Impacto	Q1: Cumprimento dos resultados	Q1.1: Imediatos	“Tem imenso impacto...não é só a questão da educação e da comida, com certeza que isso é o maior impacto de todos, não é? Portanto, há o contacto com uma cultura diferente que eles apreciam imenso, imenso e acho que isso é benéfico para todos, tanto para nós que recebemos deles, como para eles que recebem de nós.” E1	4

			<p>“ (...) vamos sabendo as histórias das pessoas que vão passando pelos nossos projetos e vamos vendo que de facto a vida delas foi melhorada, mas é algo empírico, muito mais do que qualquer outra coisa.” E2</p> <p>“ (...) em maio foi bom teres a perceção delas, quando elas te diziam “Ah, ele agora ajuda-me muito, ele agora tipo ele até muda fraldas” [risos] e teres essas coisas e veres as pessoas com quem tu deste a formação a trabalharem muito na questão da violência e a quererem denunciar muitos casos e depois receberes e-mails eles a dizerem que não conseguem denunciar (...) eles mandarem-te esses e-mails é bom tu perceberes que afinal a formação que tu foste dar não foi mais uma formação (...)” E3</p> <p>“ (...) agora a nível de resultados posso dizer que a totalidade dos projetos da OIKOS, pelo menos aqueles até onde eu me recordo, cumprem 100% dos resultados.” E4</p>	
		Q1.2: De longo prazo	<p>“O impacto é sempre muito difícil de avaliar. E este secalhar é um dos pontos fracos da cooperação para o desenvolvimento (...) A questão do impacto é que não é simplesmente uma questão de objetivos, é uma questão de que...o que é que esses objetivos na realidade realizaram naquela sociedade, naquela comunidade, naquele país, onde quer que seja.” E2</p> <p>“É difícil medir...pelo menos o impacto como o entendemos (...) são os resultados que se alcançam além dos resultados do próprio projeto, não é? E para este conceito de impacto entram também aqui os conceitos de duração de long-time...e de multiplicação ou eventualmente de replicabilidade.” E4</p>	2
	Q2: Ausência de estudos de impacto	Q2.1: Imprevistos pelos financiadores	<p>“E de facto não há assim...os estudos de impacto são bastante caros, normalmente não estão...os orçamentos</p>	2

			<p>não os pagam e, portanto, normalmente não há um estudo de impacto.” E2</p> <p>“ (...) os financiamentos funcionam segundo essa lógica limitada no tempo e depois não...normalmente os financiadores não prevêm uma avaliação de impacto pós término do projeto e as organizações (...)” E5</p>	
		Q2.2: Falta de tempo	<p>“E, muitas vezes, não estamos, não só não temos, não estamos tempo suficiente dentro de um processo de desenvolvimento para medir o impacto da nossa atuação. Pois, trabalhamos aqui ou funcionamos aqui ou até aqui e depois vamos embora...” E4</p> <p>“ (...) é um problema sempre dos projetos e da lógica de projeto das ONGD...têm um limite temporal muito curto e definido (...)” E5</p>	2
R: Sustentabilidade	R1: Fatores que permitem a sustentabilidade	R1.1: Tempo de intervenção num local	<p>“A sustentabilidade é muito muito difícil de garantir, não é? Porque isso é um trabalho...isso tens de trabalhar anos e anos para garantir a sustentabilidade dos projetos.” E3</p>	1
		R1.2: Envolvimento das pessoas	<p>“Essa sustentabilidade alcança-se envolvendo as pessoas e que as pessoas depois assumam o projeto, criando ligações, condições logo à partida para que o projeto possa continuar. E para isso é muito importante que as pessoas...que o projeto não seja nosso, mas seja das pessoas e elas percebam tudo o que está a acontecer...que sejam elas próprias a propor tudo o que está a acontecer ou se não propor pelo menos que entendam e aceitem a proposta.” E4</p>	1